

**UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE**

Henrique Júnior Bernadeth Gonçalves

Pesca artesanal em Angola: a luta pela sobrevivência

ARARAQUARA/SP
2018

Henrique Júnior Bernadeth Gonçalves

Pesca artesanal em Angola: a luta pela sobrevivência

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, curso de Mestrado, na Universidade de Araraquara – UNIARA – como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente.

Área de Concentração: Dinâmicas Territoriais e Alternativas de Sustentabilidade.

Orientado: Henrique Júnior Bernadeth Gonçalves

Orientador: Prof. Dr. Oriowaldo Queda

G626 Gonçalves, Henrique Júnior Bernadeth
Pesca artesanal em Angola: a luta pela sobrevivência/Henrique Júnior
Bernadeth Gonçalves.- Araraquara: Universidade de Araraquara, 2018.
112f.

Dissertação (Mestrado)- Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente- Universidade de
Araraquara-UNIARA

Orientador: Prof. Dr. Oriowaldo Queda

1. Cooperativismo. 2. Pesca artesanal. 3. Comunidades pesqueiras.
4. Abordagem socioeconômica. I. Título

CDU 577.4

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

GONÇALVES, H. J. B. **Pesca artesanal em Angola:** a luta pela sobrevivência. 2018. 112 f.
Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente – Universidade de
Araraquara, Araraquara-SP.

ATESTADO DE AUTORIA E CESSÃO DE DIREITOS

NOME DO AUTOR: Henrique Júnior Bernadeth Gonçalves

TÍTULO DO TRABALHO: Pesca artesanal em Angola: a luta pela sobrevivência

TIPO DO TRABALHO/ANO: Dissertação / 2018

Conforme a LEI Nº 9.610, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998, o autor declara ser integralmente responsável pelo conteúdo desta dissertação e concede à Universidade de Araraquara permissão para reproduzi-la, bem como emprestá-la ou ainda vender cópias somente para propósitos acadêmicos e científicos. O autor reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte desta dissertação pode ser reproduzida sem a sua autorização.

Nome por extenso e assinatura do autor

Universidade de Araraquara – UNIARA

Rua Carlos Gomes, 1.217, Centro. CEP 14801-340, Araraquara/SP

Email (do autor): henriques.tilson@gmail.com



UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA - UNIARA

Rua Voluntários da Pátria, 1309 - Centro - Araraquara - SP
CEP 14801-320 | (16) 3301-7100 | www.uniara.com.br

FOLHA DE APROVAÇÃO

NOME DO ALUNO: Henrique Junior Bernadeth Gonçalves

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, curso de Mestrado, da Universidade de Araraquara – UNIARA – como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente.

Área de Concentração: Desenvolvimento Territorial e Alternativas de Sustentabilidade.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Oriowaldo Queda
UNIARA - Araraquara

Prof. Dra. Vera Lucia Silveira Botta Ferrante
UNIARA - Araraquara

Prof. Dr. José Maria Gusman Ferraz
UNIARA - Araraquara

Araraquara – SP, 28 de junho de 2018.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho especialmente ao meu amado pai, Henrique Gonçalves, e à memória de minha mãe, Nsimba Bernadeth. Este trabalho representa uma homenagem simbólica a todos os pescadores artesanais que foram aqui citados e estudados; falar de pesca é mergulhar nesta atividade extenuante e penosa na qual vivem e que dela faço parte.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é resultado do esforço e da dedicação máxima em me orientar, guiar a minha vida acadêmica de meu querido orientador, Prof. Dr. Oriowaldo Queda, a quem vai meu caloroso carinho e fraternos abraço e respeito. Que o senhor continue a desfrutar e assistir aquelas pessoas que são formadas pelo senhor graças a sua competência acadêmica e profissional.

Minha profunda gratidão especialmente à Profa. Dra. Maria Lúcia, pelos ensinamentos e pelo tempo despendido sempre para me ensinar e repassar suas experiências no campo acadêmico, sem me esquecer de exaltar seu humilde coração.

À Profa. Dra. Vera Botta, por sua contribuição para o presente trabalho e por seu enorme carinho, que sempre me levou a acreditar que qualquer barreira é simplesmente uma mera palavra, e que as ações e os esforços materializados a tornam transponível.

À Profa. Dra. Flávia Sossae, meu profundo agradecimento pela ajuda prestada, bem como por sua contribuição na construção e na realização deste trabalho.

Gostaria de felicitar igualmente a banca examinadora, não apenas pela presença, mas também pela participação direta no trabalho, com críticas, pontos de vistas diferentes e sugestões eventuais.

Meus agradecimentos ao conselho do Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, pela excelência, pelo esforço e pelos ensinamentos transmitidos a todos alunos da instituição, e, particularmente, por me acompanhar na realização deste sonho. A todos professores do programa que ajudaram e contribuíram de forma direta ou indireta, minha sincera e profunda gratidão por me concederem o privilégio de fazer parte deste ciclo e tê-los como grandes orientadores. Agradeço ainda à Secretaria do programa pelas virtuosas ações, sempre em prol de seus alunos, especialmente a Ivani Urbano e Sílvia.

Finalmente, agradeço a todos meus familiares e amigos que acompanharam esta trajetória desafiadora e gratificante. Ao meu amado pai, a meus irmãos Helder, Carmem, Luciana e Yuri. Um agradecimento mais que especial a Isabela Haddad e Celinha Haddad. Aos amigos Cassamo, Costa, Fiston, Duarte.

A Deus, meu pai todo-poderoso, por me conceder forças e persistência todos os dias.

RESUMO

A presente pesquisa adentra e foca basicamente a atividade da pesca artesanal em Angola, que é essencialmente praticada por aqueles que colocam o produto pescado no mercado, mas que, em contrapartida, retêm uma parte de suas capturas para consumo próprio. Por ordem geográfica, pescadores artesanais tendem a limitar-se no desempenho de suas atividades, carecendo de incentivos institucionais e de políticas que auxiliem seu desenvolvimento. Para isso, os modais organizacionais viáveis para sua inclusão socioeconômica são as cooperativas ou associações, que constituem uma ferramenta importante para fortalecimento das atividades pesqueiras e garantia de renda e manutenção familiar dos cooperados. Há problemas no funcionamento das cooperativas em Angola, sendo os principais relacionados à falta de capacitação e habilitações necessárias e à baixa escolaridade, que são reflexos das comunidades pesqueiras. O estudo incide, particularmente, na comunidade pesqueira do Nzeto, pelo contraste de seu desenvolvimento rural, no qual a pesca artesanal é tradicionalmente uma atividade de subsistência desenvolvida por populações que vivem ao longo da costa, atividade esta transmitida de geração a geração. Nesse âmbito, este estudo identificou as dificuldades e as condições de vida da comunidade pesqueira à luz do exercício da pesca, dentro do contexto da marginalização das atividades da pesca artesanal no município do Nzeto, província do Zaire, Angola. Os procedimentos metodológicos compreenderam levantamento e análise de dados documentais, estudo da comunidade pesqueira do Nzeto, com aplicação de questionários aos membros cooperados e não cooperados, e entrevista realizada a um funcionário do Instituto de Desenvolvimento da Pesca Artesanal e da Aquicultura. A partir dos dados obtidos nos questionários, foi possível observar que os pescadores relatam falta de assistência médica, materiais de pesca e estruturas apropriadas para trabalhar; além disso, também há a necessidade de implementação de escolas de treinamento para assessorar a atividade pesqueira. Ainda assim, foi possível concluir que os pescadores não pretendem deixar de realizar a pesca artesanal por ser este o meio de subsistência viável em meio ao desemprego.

Palavras-chave: Cooperativismo. Pesca artesanal. Comunidades pesqueiras. Abordagem socioeconômica.

ABSTRACT

The present research basically focuses on artisanal fishing activity in Angola; it is essentially practiced by those who place the product on the market, but who retains part of their catch for their own consumption. By geographical order, artisanal fishermen are limited to the performance of their activities, without institutional inducements and policies to help their development. For this, the viable organizational modalities for their socioeconomic inclusion are the cooperatives or associations, which constitute an important tool to strengthen the fishing activities and guarantee of income and family maintenance of the cooperative members. There are problems on the cooperatives operation in Angola, and the main are the lack of training and requisite skills and the poor education. This study is particularly about the fishing community of Nzeto, because of the contrast of its rural development, on which the artisanal fishery is traditionally a subsistence activity of populations living on the coast, activity passed down from generation to generation. In this framework, this study identifies difficulties and living conditions on the fishing community, inside the marginalization of this activity context in the Nzeto municipality, Zaire province, Angola. The methodological procedures included documentary data survey and analysis and case study of the fishing community of Nzeto, with applying a questionnaire to the cooperative and non-cooperative members, and a interview to a employee of Instituto de Desenvolvimento da Pesca Artesanal e da Aquicultura (Institute for the Development of Artisanal Fishing and Aquaculture). With the data obtained by the questionnaires, it was possible observe fisherworkers report lack of medical assistance, fishing gear and appropriated structures to work; also, there is need for training schools to aim the fishing activity. Nevertheless, it's possible conclude fisherworks don't wish abandon the artisanal fishery, because that is the viable livelihood on the unemployment.

Keywords: Cooperativism. Artisanal fishery. Fishing communities. Socioeconomic approach. Angola.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa da divisão territorial do município do Nzeto	20
Figura 2 - Divisão administrativa de Angola.....	24
Figura 3 - Distribuição populacional e densidade por província (2014).....	25
Figura 4 - População empregada por atividade principal (2014)	28
Figura 5 - Famílias e fonte principal de energia.....	28
Figura 6 - Província do Zaire.....	32
Figura 7 - Produção mundial de pescado (milhões de toneladas/ano)	33
Figura 8 - Esquema da relação entre mercado, cooperativa, estado e sociedade	44
Figura 9 - Distribuição de número de embarcações de pesca artesanal por província.....	48
Figura 10 - Distribuição dos centros de pesca na província do Zaire	50
Figura 11 - Pescadores em processo de desembarque (A e B).....	82
Figura 12 - Embarcações utilizadas pelos pescadores (A, B, C e D)	82
Figura 13 - Trabalho de limpeza (A) e de salga (B) do pescado realizado pelas mulheres	84
Figura 14 - Ausência de estruturas adequadas para manejo do pescado	85
Figura 15 - Acesso a água nos centros de pescas	87

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Indicadores de avaliação de desempenho macroeconômico	29
Tabela 2 – Angola: Emprego por setor de atividade econômica (milhares e %)	69
Tabela 3 – Angola: Estrutura do emprego por setor e por gênero (2008).....	70
Tabela 4 – Angola: Emprego total e emprego feminino no setor formal (2007)	70
Tabela 5 – Perfil dos pescadores entrevistados.	74
Tabela 6 – Posicionamento dos 22 pescadores cooperados entrevistados quanto à administração da cooperativa e perspectivas futuras.....	76
Tabela 7 – Posicionamento dos 22 pescadores cooperados entrevistados quanto aos objetivos pretendidos, benefícios econômicos e financiamento, apoio de instituições para melhorar o trabalho e continuidade futura dos negócios.	78
Tabela 8 – Infraestruturas de apoio à pesca artesanal nas províncias costeiras de Angola.....	88
Tabela 9 – Posicionamento dos 16 pescadores não cooperados quanto a situação da pesca artesanal, ao financiamento da produção, ao programa de extensão pesqueira pública e ao acesso a treinamentos para a prática pesqueira.	88

LISTA DE SIGLAS

Angop	Agência Angola Press
DNIIP	Direção Nacional de Infraestrutura e Indústria da Pesca
DNPPRP	Direção Nacional das Pescas e Proteção dos Recursos Pesqueiros
ETA	Educação Tradicional Africana
Fadepa	Fundo de Desenvolvimento das Pescas em Angola
FAO	Food and Agriculture Organization of the United Nations
ICSF	International Collective in Support of Fisherworkers
Inaipit	Instituto Nacional de Apoio à Indústria Pesqueira e Investigação Tecnológica
Inea	Instituto Nacional de Estatística de Angola
Inip	Instituto Nacional de Investigação Pesqueira
IPA	Instituto Nacional de Desenvolvimento da Pesca Artesanal
Mapess	Ministério de Administração Pública, Emprego e Segurança Social (Angola)
MPA	Ministério das Pescas (Angola)
ONG	Organização não governamental
OMS	Organização Mundial da Saúde
PIB	Produto Interno Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PSDPA	Política do Seguro Desemprego do Pescador Artesanal
SESMT	Serviço Especializado em Segurança e Medicina no Trabalho
Unita	União Nacional para a Independência Total de Angola

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 OBJETIVOS	18
1.1 Objetivo geral	18
1.2 Objetivos específicos	18
2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	19
2.1 Área de estudo	19
2.2 Coleta de dados.....	20
2.3 Questionários-base	21
2.4 Entrevista	22
3 CARACTERIZAÇÃO DE ANGOLA.....	23
3.1 Acesso a serviços e à educação.....	25
3.2 Participação da força do trabalho	27
3.3 Contextualização geográfica da província do Zaire e características administrativas ...	31
4 O VIVER DA PESCA: UMA RELAÇÃO DE LIBERDADE?.....	33
4.1 Etnoictiologia dos pescadores	38
4.2 Movimentos sociais dos pescadores	38
4.3 Cooperativas e comunidades pesqueiras	41
4.4 Cooperativa industrial de pesca Dialungana	45
4.5 Lutando pela sobrevivência e dificuldades.....	52
4.6 Marginalização das atividades pesqueiras	52
4.7 Políticas públicas	57
4.8 Governança da pesca e dos recursos naturais	60
4.9 Funções e responsabilidades dos diferentes intervenientes na cadeia de abastecimento	64
4.10 A mulher na atividade pesqueira.....	65
4.10.1 Saúde	72
4.10.2 A dificuldade dos cooperados na pesca artesanal	74
4.10.3 Participação das mulheres cooperadas nas atividades pesqueiras	83
4.10.4 Mulheres pescadoras não cooperadas	86
4.10.5 Pescadores não cooperados	88
5 PERCEPÇÕES E INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES COM UM	

FUNCIONÁRIO DO IPA – ENTREVISTA	90
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	94
REFERÊNCIAS	97
ANEXO 1 – Questionário aplicado aos homens e mulheres cooperados e não cooperados	104

INTRODUÇÃO

Pescadores artesanais podem ser descritos como aqueles que, na captura e no desembarque de toda classe de espécies aquáticas, trabalham sozinhos e/ou utilizam mão de obra familiar ou não assalariada, explorando ambientes ecológicos localizados próximos à costa, pois a embarcação e a aparelhagem utilizadas para tal têm pouca autonomia (CLAUZET; RAMIRES; BARRELLA, 2005). A atividade piscatória é uma das mais antigas exercidas pelo homem e vem desde o período que antecede ao Neolítico (7000-2500 a.C.); isso se explica por restos de cerâmica, cascas de ostras e mexilhões e outros sedimentos encontrados na Escandinávia, datados de período anterior ao Neolítico, atestando a importância remota dos moluscos na alimentação humana (DIEGUES, 2003).

A prática da pesca artesanal é marcada basicamente por acervo de baixa tecnologia, redirecionado a uma produção expressiva ao mercado ou para o autoconsumo das diversas famílias que se dedicam à atividade. Desta característica fundamental da pesca originou-se meu interesse pela prática pesqueira à qual, desde criança, estive ligado indiretamente, observando parentes, especialmente meu pai, na luta incessante na captura de peixes para a nossa subsistência alimentar e financeira, de modo a não deixar faltar o básico em casa. Minha participação dava-se no desembarque dos pescadores; como criança, participava na coleta de peixes e mariscos e na puxada de redes. O espírito e o sentimento coletivo obviamente me aticavam já na ambição por ganhos ou capturas significativas em grandes quantidades, o que já representava, de certa forma, o anseio em satisfazer de toda classe de pescador que sobrevive dessa atividade braçal e penosa. Portanto, é com bastante orgulho e entrega que me predispus a pesquisar os pescadores da comunidade do Nzeto, província do Zaire, essa classe de trabalhadores desprovidos de uma política facilitadora para desenvolvimento e fomento de suas atividades, e pelo fato de a comunidade localizar-se em uma área que, até 2002, foi de difícil acesso por conta dos confrontos armados que assolaram o país desde 1975.

Neste caso, o desenvolvimento da comunidade e, conseqüentemente, os pescadores foram esquecidos, como o foram ações governamentais que pudessem enaltecer e proteger estes camponeses- pescadores.

De acordo com algumas estimativas, 10 milhões de africanos têm na pesca artesanal sua atividade principal; por outro lado, 90 milhões têm nessa atividade a diversificação de seu estilo de vida. Advém daí a extrema importância de grande número de pessoas estarem ligadas

à atividade quando se trata de países em desenvolvimento, pois ela tem um papel vital nessas sociedades na erradicação da pobreza, na segurança alimentar e na promoção da nutrição (ANGOLA, 2013). Porém, é preocupante que grande parte das populações esteja fora do sistema produtivo formal.

Acrescente-se ainda, que, em Angola, o consumo estimado anual de peixe por pessoa é de 15 kg, acima dos 14 kg recomendados pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Há um potencial considerável para aumento das vendas locais de peixe fresco, seco ou processado de outras formas, e quase um terço da proteína animal necessária para a população vem dos peixes. A proporção de proteína animal de peixes para Angola foi de 29% em 2003 (KONDA, 2008).

Evidentemente, a natureza é o objeto de trabalho do pescador. Peixes, entre outras espécie, capturadas como fruto dessa modalidade, assim como as marés e as correntes, compõem o universo natural apropriado para a faina pesqueira, sobre o qual o pescador constrói seu conhecimento. Além de um processo econômico, a apropriação da natureza na atividade pesqueira é um processo de conhecimento construído na prática do pescador (CARDOSO, 2001).

É notório que exercer a pesca artesanal significa estabelecer uma relação de pertencimento com o mar; em suma, é elaborar rigorosamente uma comunhão com esse recurso ecológico. Ademais, se entre uma tripulação ou, digamos, grupo de pescadores embarcados, há que existir o sentimento de irmandade, com as águas marítimas e estuarinas, nessa mesma dinâmica, não deve ser diferente. Reitere-se que ser pescador artesanal embarcado é pertencer aos ritmos e aos segredos das águas e das representações provocadas e alimentadas por esse recurso ecológico no dia a dia dos trabalhadores pesqueiros e na capacidade de gestão socioambiental desses trabalhadores (RAMALHO, 2006).

A pesca artesanal em Angola ocorre paralelamente à pesca comercial, feita por grandes embarcações estrangeiras e em parceria com empresas locais e arrendadas, cujo escopo principal é atender o mercado externo. Já pessoas singulares e pequenas empresas dedicam-se à pesca artesanal em uma escala menor, e a atividade constitui fonte de receitas para um número considerável de famílias angolanas, assim como contribui na diversificação da dieta alimentar do povo angolano.

A costa angolana tem aproximadamente 1,6 mil km e duas correntes divergentes que criam um forte sistema de *upwelling* (afloramento, fenômeno oceanográfico que consiste na subida de águas superficiais), responsável pela produção básica de recursos marinhos. A área compreendida entre Lobito (município da província de Benguela) e a foz do rio Cunene é a

mais produtiva das zonas de pesca marítima de Angola, com abundância de espécies como carapaus, sardinhas e atuns, além de vasto número de espécies demersais. A chamada zona norte de pesca angolana estende-se de Luanda à foz do rio Congo; a zona central, de Luanda a Benguela (ANGOLA, 2013).

É necessário ressaltar que, significativamente, para melhorar os meios de subsistência e a segurança alimentar após o período de guerra prolongado, e, conseqüentemente, os deslocamentos, a política foi determinante em sua consecução, visto que, por algum tempo, definiu quem se beneficiaria das riquezas dos recursos naturais em Angola. Recursos pesqueiros, recursos hídricos e minérios são riquezas que devem ser compartilhadas por todos os cidadãos, em vez de serem explorados por grupos seletos em uma sociedade extremamente desigual. Nesse sentido, a governança sustentável dos recursos é uma questão política com dimensões locais, nacionais e globais. Este estudo visa especificamente explorar o papel potencial das cooperativas na governança do subsetor da pesca artesanal em Angola. Saliente-se que a importância da pesca artesanal para Angola está refletida no fato de que cerca de dois terços dos pescadores do país ganham a vida como pescadores artesanais (DU PREEZ, 2009).

A pesca artesanal é uma atividade independente, vista como feita por pessoas que capturam o pescado para consumo próprio e em um dado local; esses mesmos profissionais sofrem com uma série de problemas de ordem política e institucional na aceitação de suas atividades como egressos do sistema econômico vigente hoje. Assim, as cooperativas pesqueiras são eficazes para a inserção e inclusão social, de modo a assegurar a situação econômico-social de seus associados.

Em Angola, o cooperativismo pesqueiro constitui um modal primordial para o desenvolvimento da prática da pesca artesanal para defesa de seus direitos e desempenho de ações de âmbito comunitário, assim como foco nos interesses de seus associados.

Para Diegues (2003), com a crescente especialização das ciências, principalmente no século XX, o conhecimento dos mares e seus processos ecológicos, bem como de seus respectivos habitantes, humanos e não humanos, encontram-se divididos com outros campos de saber (geologia marinha, oceanografia etc.); podemos auferir que, até recentemente, as ciências humanas estavam muito ausentes dos estudos marítimos, como se o mar e os oceanos fossem grandes vazios, habitados ou povoados somente por peixes e aves marinhas.

São apontadas, nesse contexto, razões para ausência das ciências sociais de ordem de natureza externa e interna a essa disciplina. Primeiramente, o fator externo, com a visão das ciências naturais (oceanografia, biologia, física e química) e a percepção de que os mares são lugares de vazio humano, desabitado e sem a intervenção humana. Nesse ponto, os

especialistas em oceanografia biológica estudam a retirada da biomassa pela atividade pesqueira como sendo um processo meramente tecnológico, extrínseco a cada cultura. Já os fatores internos, a ausência das ciências humanas nos estudos das populações que vivem indireta ou diretamente dos mares, explicam-se ou devem-se em grande parte às ciências sociais, visto que até recentemente o estudo das comunidades marítimas era constantemente relacionado e inserido dentro dos estudos do mundo rural. Reforçando a mesma ideia, o litoral, a costa, o mar e o oceano eram, desse modo, simples extensões do continente, e as populações que habitavam esses ecossistemas eram consideradas igualmente “camponeses” e assalariados marítimos, e que cidades litorâneas e zonas costeiras representam espaço de moradia (DIEGUES, 2003).

O estudo incide particularmente na comunidade pesqueira do município do Nzeto (província do Zaire), pelo contraste de seu desenvolvimento rural, no qual a pesca artesanal é tradicionalmente uma atividade de subsistência desenvolvida por populações que vivem ao longo da costa, transmitida de geração a geração. O que suscitou o interesse maior foi identificar as dificuldades e as condições de vida da comunidade pesqueira à luz do exercício da pesca artesanal. A respeito, a pesquisa compreendeu análises — de documentos, da legislação e dos planos ministeriais do governo angolano — e aplicação de questionários a pescadores da comunidade pesqueira, cooperados ou não cooperados.

Devemos engendrar algumas críticas e discussões às políticas levadas a cabo, insuficientes — partindo da alta cúpula do governo, evidentemente representado por outra entidade — na elaboração e na consecução de políticas públicas para a pesca artesanal no país em estudo.

A presente dissertação está estruturada e organizada nas seguintes sequências: na primeira parte apresentamos o esboço da pesca artesanal como atividade inerente em todo o mundo, bem como a trajetória do mestrando, na contextualização de seu espaço de estudo e origem. A segunda parte está estritamente ligada aos procedimentos metodológicos adotados para este estudo. Na terceira parte apresentamos uma caracterização ampla e o estudo do país objeto do estudo nas diversas áreas e setores importantes, como saúde, educação, acesso a serviços e emprego, além da situação geográfica e cultural do território. Na quarta parte adentramos especificamente no exercício da pesca artesanal, na vivência dos pescadores artesanais em geral, incluindo sua história, desafios, dificuldades e as políticas levadas a cabo para a inserção e o reconhecimento social da categoria, organizações para sua representatividade. Por último, na quinta parte, com o intuito de observar a vida dos pescadores de outro ponto de vista, entrevistamos um funcionário do Instituto Nacional de

Pesca Artesanal de Angola (IPA), de forma a fornecer mais informações concernentes aos pescadores.

1 OBJETIVOS

1.1 Objetivo geral

Identificar as dificuldades e as condições de vida da comunidade pesqueira à luz do exercício da pesca, dentro do contexto da marginalização das atividades da pesca artesanal no município do Nzeto, província do Zaire, Angola.

1.2 Objetivos específicos

Analisar a disposição organizacional das cooperativas na comunidade pesqueira do Nzeto, província do Zaire, Angola; caracterizar o perfil da comunidade pesqueira de Nzeto no âmbito estrutural de toda cadeia de produção; discutir o enquadramento político-social do gênero nas atividades pesqueiras, buscando relacionar a mulher pescadora ao meio ambiente.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

2.1 Área de estudo

O município do Nzeto está localizado ao sul da província do Zaire, tendo como limite ocidental o oceano Atlântico, rodeado ao norte pelo município do Tomboco, ao leste pela província do Uíge e ao sul pela província do Bengo. Com base no último censo realizado em 2014, o município conta com uma população estimada em 48.011 habitantes, dos quais 23.952 são homens e 24.060, mulheres (INE, 2016b). Nesse contexto, é o município de maior extensão territorial da província, com 10.120 km², o que representa pouco mais de um quarto da área provincial total. Engloba quatro comunas: Nzeto, Kindege, Mussera e Kibala, com um total de 76 aldeias. O município compreende uma faixa litoral extremamente grande, com clima tropical, enquadrando-se assim no clima tropical quente, com duas estações climáticas definidas. Cabe dizer que 11% da população da província do Zaire reside no município, dispersa pelas comunas, mas com concentração maior na comuna-sede.

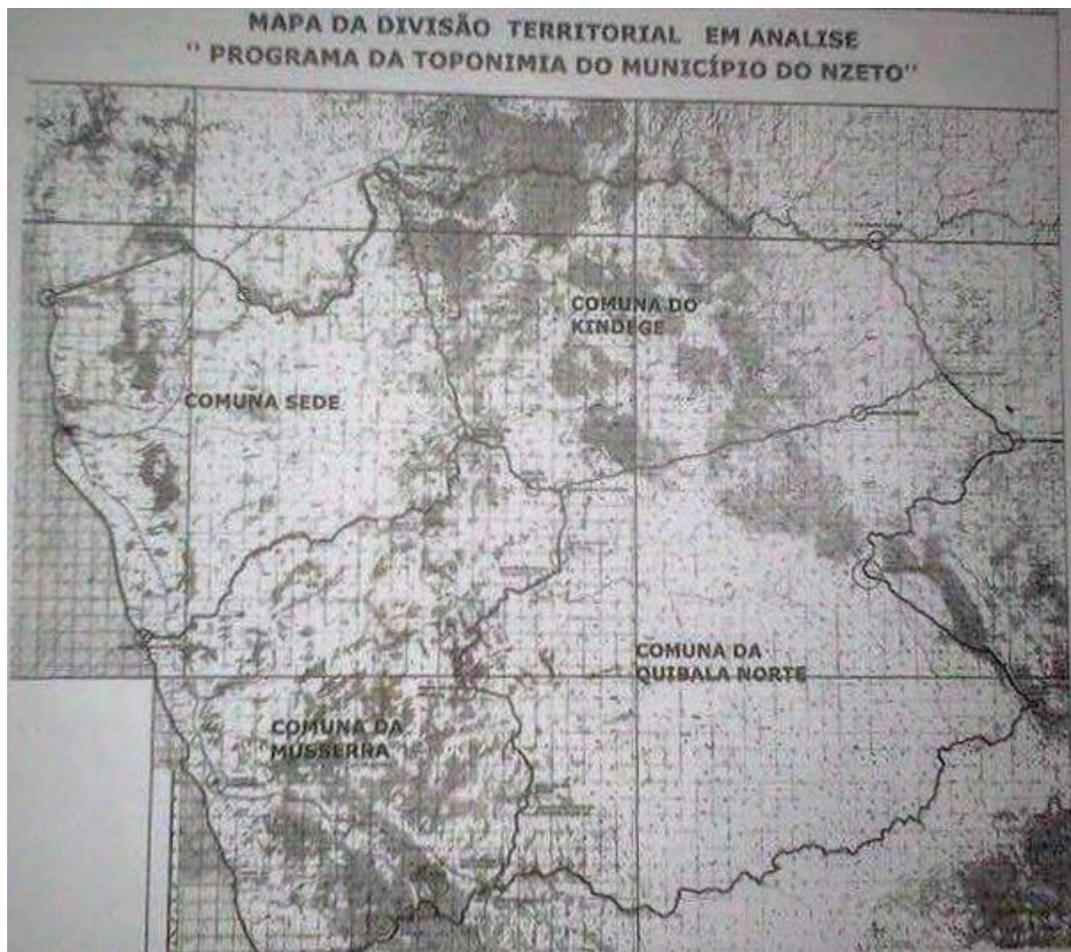
Consideramos como rural a comunidade em que mercê de uma prolongada e contínua interação homem e natureza em que se criou um ambiente essencialmente caracterizado por uma paisagem humanizada pela atividade agrícola e pecuária. Este aspecto da geografia humana vai desde a simples animação da paisagem natural pela pastorícia até a sua profunda alteração por trabalhos de irrigação, defesa contra erosão, etc. Desta interação homem-natureza resulta uma humanidade caracterizada por uma filosofia de vida e uma personalidade típicas e acentuadamente diferentes das dos meios urbanos. Em virtude desta diferença que sentimos existir entre meios urbanos e rurais procurou-se estabelecer uma classificação dicotômica que pretendeu caracterizá-los com base em variáveis simples, tais como população total e sua densidade. (FERRINHO, 1978, p. 108).

Dentre as várias comunidades pesqueiras existentes em Angola, vale ressaltar que o presente estudo está focado em pesquisar a comunidade pesqueira do Nzeto. Notadamente, para um número grande de famílias, população residente ou não ao longo das margens da costa marítima, a pesca artesanal constitui prática viável e é a fonte mais importante de renda.

Na província, é patente a inexistência de grandes embarcações para a prática da pesca artesanal, o que fomenta práticas mais mecanizadas nas construções de possíveis embarcações, estas sim geralmente e totalmente inadequadas, mal aparelhadas e construídas umas de madeira, outras em pau escavado ou fibra de vidro. Razões pelas quais a produção pesqueira encontra-se totalmente comprometida e limitada ao atendimento da demanda do mercado local e externo e na arrecadação monetária da mão de obra de seus intervenientes (ZAIRE, 2014).

O presente estudo foi desenvolvido especificamente no município do Nzeto (Figura 1).

Figura 1 - Mapa da divisão territorial do município do Nzeto



Fonte: Zaire (2014)

2.2 Coleta de dados

O estudo foi realizado a partir de análises documentais da legislação e dos planos ministeriais do Governo de Angola, das mais diversas áreas que compõem a comunidade pesqueira, bem como da bibliografia pertinente ao setor. Para o seguinte propósito, de forma a enaltecer a pesquisa, recorreu-se à pesquisa descritiva para observar, analisar e correlacionar os fatos e os fenômenos ao estudo de caso de uma cooperativa local (denominada Dialungana), analisando seus aspectos político-sociais em conjunto com estudo exploratório.

De forma a reunir dados importantes, foi preciso, inicialmente, coletar informações qualitativas disponíveis em documentos de autoridades governamentais em fases

complementares:

- a) coleta de informações e dados precisos junto às instituições de representação do Ministério das Pescas de Angola (MPA);
- b) análise de dados qualitativos e quantitativos do IPA;
- c) obtenção de dados e informações político-sociais e culturais na administração municipal do Nzeto.

“A análise de documentos constitui-se numa valiosa técnica de abordagem de dados qualitativos, podendo ser também utilizada para complementar informações obtidas de outras fontes” (GODOY, 1995, p. 67). Segundo Ribeiro (2008), o estudo qualitativo, que se desenvolve em uma situação natural, é todavia rico em dados descritivos, que colocam o pesquisador em contato direto com a problemática ou situação estudada, e dá mais ênfase ao processo que ao produto e, por outras vias, tende a sublinhar e retratar a perspectiva dos participantes, possuindo um plano flexível e aberto, enfocando a realidade de maneira complexa e contextualizada.

2.3 Questionários-base

Para efeitos mais objetivos, foram aplicados questionários semiestruturados aos membros associados da respectiva cooperativa, isto é, com base em uma amostragem probabilística dos munícipes, essencialmente a classe dos pescadores artesanais. Os questionários (roteiro de entrevista) foram enviados por e-mail a um funcionário da administração municipal devidamente capacitado e aplicados aos pescadores de 18 de outubro a 5 de novembro de 2017. A intermediação deste funcionário da administração municipal foi necessário por conta da baixa escolaridade e/ou do analfabetismo predominante entre os pescadores inseridos na amostragem do estudo.

O contato inicial com os pescadores entrevistados foi feito de forma consensual nos seus locais de trabalhos, principalmente para os pescadores não cooperados. Os pescadores cooperados foram identificados mediante a solicitação feita à associação das cooperativas de pesca artesanal do Nzeto, e os questionários foram aplicados aos membros da cooperativa Dialungana quando estes desembarcavam na costa. Para efeitos comparativos de informações coletadas em campo com os pescadores, foi entrevistado um funcionário do IPA mediante o

envio de questões por e-mail.

De modo a compreender efetivamente a comunidade pesqueira e a cooperativa estudada, bem como seus cooperados, foram aplicados questionários a 38 pescadores, sendo vinte membros da cooperativa e dezoito pescadores não cooperados. Pretendeu-se fazer essa divisão categórica com o intuito de estabelecer um estudo comparativo entre pescadores que estejam integrados a uma organização que defendam seus interesses variados e aqueles que exercem suas profissões sem qualquer respaldo de reconhecimento institucional em nível organizativo.

O processo de seleção dos pescadores para o estudo simplesmente obedeceu aos critérios daqueles que compõem a cooperativa, mediante o conhecimento do presidente da mesma. Em relação aos pescadores não cooperados, não foi estabelecida qualquer seleção criteriosa, visto que se pretendia dar voz e extrair informações pertinentes dessa classe que carrega consigo longos anos de experiências e vivência na pesca.

Definidos os pescadores informantes e com o auxílio dos questionários, foram levantadas informações com base nas seguintes categorias : a) identificação, como sendo uma abordagem às perguntas sobre idade, escolaridade, número de filhos; b) situação do cooperado na atividade pesqueira, abordando questões específicas do funcionamento da cooperativa, de seus objetivos ao integrar-se na organização e, contrariamente, da não adesão à organização; c) mulheres na pesca, abordagem exclusivamente feminina no exercício da pesca artesanal, bem como seu papel doméstico (anexo1).

2.4 Entrevista

De forma a correlacionar e comparar os dados obtidos por meios do questionário aplicado aos pescadores, buscamos entrevistar um funcionário do IPA, a fim de entender melhor e perceber as dificuldades reais e as ações governamentais voltadas aos pescadores artesanais. A entrevista foi estabelecida mediante um roteiro de treze perguntas previamente elaboradas, que foi enviado e aplicado via e-mail.

3 CARACTERIZAÇÃO DE ANGOLA

Angola está situada na parte ocidental da África, especificamente na zona austral; o país é banhado pelo oceano Atlântico e, como já mencionado, tem um litoral de 1,6 mil km, de norte a sul. Com uma extensão territorial de 1.246.700 km², Angola possui uma fronteira extensa — 4.873 km —, limitando-se a norte e a nordeste com República do Congo, República Democrática do Congo, com a Zâmbia a sudeste e com a Namíbia a sul. Vale salientar ainda que o território angolano pode ser dividido em seis áreas geomorfológicas: (i) área costeira, (ii) cadeias de montanhas marginal, (iii) o velho planalto, (iv) a bacia do rio Zaire, (v) a do Zambeze e (vi) a do Cubango.

O país, entretanto, possui duas estações climáticas, a das chuvas (verão), com duração de setembro a abril, e o cacimbo (inverno), que vai de maio a setembro. Nesse contexto, o regime de chuvas e a variação anual das temperaturas são as duas características climáticas comuns a todas as regiões. O país possui uma situação geográfica peculiar, por estar situado em uma zona intertropical e subtropical do hemisfério sul, ser próximo ao mar e, claro, pelas especificidades de seu relevo. Desse modo, divide-se em duas regiões climáticas: a região litoral, caracterizada pela umidade relativa anual de 30% e temperatura média superior a 23°C, e o interior, subdividido em zona norte — com precipitações elevadas, assim como temperaturas elevadas, zona de altitude que abrange as regiões planálticas centrais com uma estação seca de temperaturas baixas — e zona sudoeste, semiárida pela proximidade do deserto do Namibe, extensão do deserto do Kalahari, estando sujeita a grandes massas de ar tropical continental (ANGOLA, s. d.).

Angola, em termos territoriais, é o terceiro maior país da África Subsaariana. Segundo dados do último censo nacional realizado pelo Instituto Nacional de Estatística de Angola (Inea), que ocorreu entre 16 e 31 de maio de 2014, o país tem 25,7 milhões de habitantes, sendo que o número de mulheres sobrepuxa o dos homens. A Figura 2, abaixo, mostra a divisão administrativa de Angola.

A dimensão do território angolano é imponente, sendo equivalente às áreas somadas dos estados de Texas e Arizona, podendo ser comparada ao conjunto das áreas de França, Reino Unido e Espanha; é aproximadamente catorze vezes maior que Portugal. É, desse modo, uma das maiores unidades geográficas do continente africano, nitidamente com paisagem que alterna o deserto com florestas tropicais virgens e uma costa marítima das mais extensas do continente africano, contendo no solo reservas dos mais diversos recursos naturais

(BUNGA, 2015).

Figura 2 - Divisão administrativa de Angola



Fonte: Neto (2014)

Angola subdivide-se em dezoito províncias; 65% do território está situado em uma altitude entre mil e 1,6 mil metros. A moeda oficial é o kwanza; a língua oficial, o português, sendo que outras línguas nacionais (dialetos) são também muito usuais, como kikongo, kimbundo, tchokwe, umbundo, mbunda, kwanyama, nhaneca, fiote, nganguela, dentre outras (ANGOLA, s. d.).

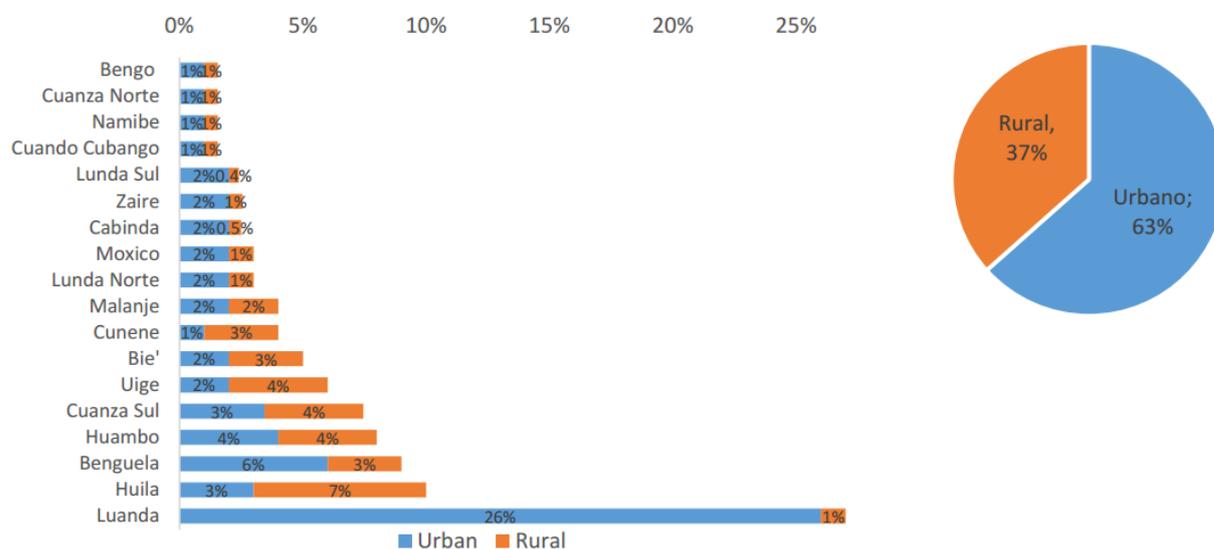
É importante pontuar que Angola, durante o período colonial, de fato alcançou elevadas taxas de crescimento e impulsionou seus setores agropecuário e manufatureiro; à época, o país exportava café e alimentos básicos, nomeadamente milho e, de modo prático, possuía autossuficiência alimentar.

Ainda assim, a maior parte da população continuava a viver em situação de extrema pobreza, e os indicadores sociais eram acentuadamente baixos. Não obstante, Angola esteve mergulhada durante quarenta anos em conflitos iniciados com a luta por sua autonomia, em 1961, acompanhada pela irrupção de uma guerra civil após a independência de Portugal, que se deu em 1975. O êxodo dos colonos portugueses e a luta armada ocasionaram o declínio drástico das atividades produtivas no país; a produção agrícola foi profundamente abalada e boa parte dela, deslocada.

No entanto, a atividade produtiva, responsável por 10% do produto interno bruto (PIB) à época da proclamação da independência, praticamente desapareceu. Logo, as lutas armadas causaram um efeito estrutural prolongado sobre a economia angolana e, particularmente, sobre a sociedade (UNCTD, 2013).

“Cerca de 60% da população angolana encontra-se ainda concentrada nos grandes centros urbanos, fruto do longo tempo de guerra civil que assolou o país desde a independência, em 1975, até 2002” (OLIVEIRA; ARTMANN, 2009), como observado na Figura 3.

Figura 3 - Distribuição populacional e densidade por província (2014)



Fonte: Censo da População e Domicílio (2014)

3.1 Acesso a serviços e à educação

O acesso ao ensino primário é relativamente melhor que o acesso aos serviços básicos

de saúde. Porém, famílias urbanas e rurais, 76% e 55 %, respectivamente, declaram ter acesso à escola até uma distância de 2 km de suas residências. Não obstante, é totalmente perceptível a existência de muitas crianças (29%) que precisam percorrer até 2 km diariamente para frequentar a escola. Embora uma parte dos chefes de família em áreas urbanas considerarem positiva a melhoria da infraestrutura da educação como satisfatória, nos últimos anos, na contramão, os chefes das famílias de áreas rurais não sentiram qualquer mudança nos últimos oito anos. Mais da metade dos agregados nas duas áreas consideram existir alguma melhoria na qualidade do sistema de ensino, há, porém, uma preocupação elevada no que diz respeito ao acesso tardio de algumas crianças: 29% das crianças entre seis e nove anos nunca frequentaram a escola, indicador extremamente preocupante de não escolaridade quando se considera a faixa etária crucial para os primeiros passos escolares (INE, 2011).

Para Pansini e Marin (2011), o ingresso das crianças aos seis anos de idade no sistema de ensino resultaria em um bom desempenho nos anos posteriores da vida escolar, o que se explica mediante a antecipação ou até mesmo uma vivência maior com essa cultura. É de notar-se ainda que o mesmo argumento é apoiado por pessoas que creem que o fato de crianças oriundas de classes média, que começam mais cedo o processo de escolarização, apresentam indiscutivelmente taxas maiores de sucesso ao longo de sua vida estudantil.

Segundo dados do INE (2013), crianças e adolescentes pobres entre seis e dezessete anos têm o dobro de chances de nunca frequentar a escola que as crianças consideradas não pobres. Por conseguinte, são detectadas razões que estão no encalce desse enigma, embora as mesmas razões sejam similares: duas classes (pobres e não pobres). A razão mais comum refere-se ao argumento, digamos assim, enraizado de que as crianças são ainda muito pequenas para ingressar no sistema de ensino. Um resultado que é praticamente recorrente nas crianças de 6-9 anos de idade como já citado. Outras razões são identificadas, como a falta de escolas e de professores, fator mais relevante em áreas mais pobres e que afeta essas crianças; por outro lado, o alto custo e a falta de vagas nas escolas são as razões mais importantes entre as crianças não pobres.

O sistema de ensino angolano é estruturado em três níveis: (i) o primário, (ii) o secundário e (iii) o superior. O ensino primário correspondente ao nível de escolaridade obrigatória e base do ensino geral, não fazendo distinções entre crianças e adultos; o ensino secundário subdivide-se em dois ciclos de três anos cada, conduzindo às habilitações literárias. Existe um sistema vocativo técnico paralelo, dividido em três anos de ensino vocacional (depois da instrução primária), quatro anos de ensino médio técnico após a nona classe; tais políticas nesse setor visam, de modo geral, garantir que todas as crianças usufruam

um ensino básico de qualidade e a continuação dos estudos em diferentes níveis após o ensino básico, de maneira a fazer frente à procura ou mesmo à inserção no mercado de trabalho. Não é de se admirar que a cobertura geral, no que tange ao ensino superior, é extremamente deficitário dentro do plano governamental, existe somente uma universidade nacional em todo o país, situação que impede a existência de polos universitários em outras províncias; acrescenta-se ainda que a qualidade do ensino não é satisfatória por diversas razões (BUNGA, 2015).

3.2 Participação da força do trabalho

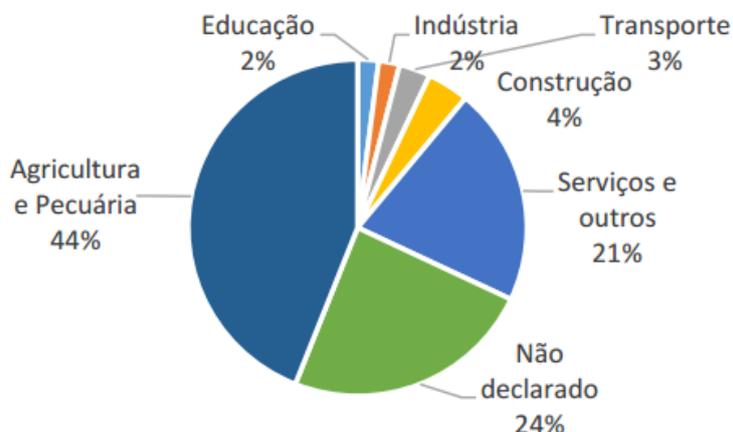
De acordo com o INE (2013), a taxa de participação da força de trabalho mede a proporção da população economicamente ativa, ou melhor, a população empregada ou desempregada. Em Angola, a taxa de participação da força de trabalho com quinze ou mais anos de idade é de 68%, e, ao analisar por área de residência, nota-se que as áreas urbanas têm taxa de participação significativamente mais baixas que as rurais, correspondentes a 59% contra 79% das áreas rurais. Nota-se, ainda, que, quando os dados são organizados por idade, há nitidamente uma relação entre a idade e a participação da força do trabalho. No entanto, a participação da população na força de trabalho aumenta de forma constante entre grupos de faixa etária mais jovens e estabiliza-se na faixa entre trinta e sessenta anos; vê-se uma queda entre os grupos de idade mais avançada.

É preciso fazer um enquadramento do segmento escolar exatamente quanto ao nível de escolaridade. As taxas de emprego são similares entre a população com ensino primário e com pelo menos o ensino secundário, com diferença de 1% (quando a primeira é de 66% e a segunda, 65%). Deve-se salientar que, de forma surpreendente, a população sem qualquer nível de escolaridade apresenta maior taxa de participação; os pobres são mais propensos a participar no mercado do trabalho que os não pobres.

Vale afirmar que 44% da população está envolvida na agricultura ou mesmo na pecuária; 4% trabalha no setor da construção, 3% nos transportes, 2% na educação, 2% na indústria, e 24% em outras atividades afins (Figura 4). Pode-se acrescentar ainda o acesso à energia elétrica, que é considerado precário, sendo de 52% nas zonas urbanas e míseros 2% nas áreas rurais. Para mitigar essa grave deficiência de infraestrutura, 24% das principais fontes de energia da população são lâmpadas de querosene ou de geradores de energia (Figura

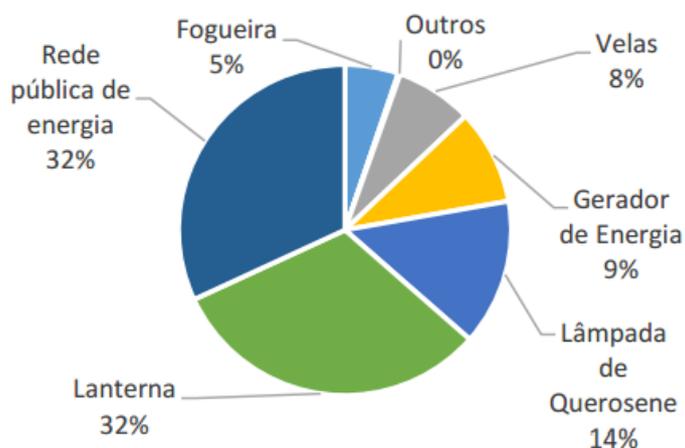
5) (PAPE; MELO DA SILVA; OLIVEIRA SAMPAIO, 2016).

Figura 4 - População empregada por atividade principal (2014)



Fonte: INE (2014)

Figura 5 - Famílias e fonte principal de energia



Fonte: INE (2014)

A independência angolana foi seguida por uma guerra civil de 27 anos, que resultou na morte de 1 milhão de pessoas e no deslocamento de mais de 4 milhões. Entretanto, desde 2002, Angola desfruta de um período de paz e estabilidade política, reiterando-se ainda que o país estabeleceu e manteve uma economia próspera, com crescimento médio anual do PIB real de 11,6%, considerada a maior média do mundo. Em suma, esse crescimento expressivo deve-se ao aumento da produção e das exportações de petróleo, recuperação essa que resultou na reabilitação e na construção de infraestrutura econômica e no aumento gradual da produção agrícola, da pecuária e da pesca (Tabela 1). Não obstante, frente ao crescimento econômico global impressionante, ainda há muito a fazer para melhorar as condições de vida da população angolana.

Tabela 1 – Indicadores de avaliação de desempenho macroeconômico

SETOR	ANO			
	2008	2009	2010	2011
Agricultura e pesca	6,8%	10%	11%	12%
Óleo e gás	57,9%	46,7%	48,4%	43%
Diamantes e outros minérios	1,1%	1,1%	1,1%	1,0%
Indústria transformadora	4,9%	6%	6,2%	8%
Energia elétrica	0,1%	0,1%	0,1%	0,2%
Construção	5,2%	7,5%	6,2%	6,2%
Serviços mercantis	17,9%	21%	20%	21,6%
Outros	6,1%	7,6%	7%	8%

Fonte: adaptado de FAO (2012)

Apesar de um PIB *per capita* de US\$ 5.576 em 2011, o coeficiente de Gini¹ permanece alto, em 58%, assim como a distribuição de renda permanece demasiadamente enviesada. Portanto, a maioria da população ainda vive com menos de US\$ 1,25 por dia, com a esperança de vida média de 51,1 anos. O país ocupa o 124º lugar entre 187 países do mundo em índice de desenvolvimento (FAO, 2012). Segundo relatório emitido pelo Banco Mundial em junho de 2016, cerca de 30% da população angolana encontrava-se abaixo da linha de pobreza em 2008. Nas áreas rurais, o índice era ainda pior: metade das pessoas vivia abaixo da linha da pobreza.

Vale sublinhar as razões que estão no encalce do problema “pobreza” em Angola; Citamos primeiramente os conflitos armados, a pressão demográfica, a destruição e a degradação das infraestruturas econômicas e sociais; por outro lado, o funcionamento inadequado e deficiente dos serviços de educação, saúde e proteção social, a queda acentuada da oferta interna de produtos fundamentais, a debilidade do quadro institucional, a notável desqualificação e desvalorização do capital humano e a ineficácia das políticas macroeconômicas (OLIVEIRA, 2012).

A pobreza em Angola é inferior à média da África Subsaariana, mas isso não se reflete no nível de escolaridade. Em 2013, o índice de alfabetização dos jovens era de 73%, comparado a 71% na África Subsaariana, ou seja, a diferença de 2 pontos percentuais é mínima. Além disso, um nível de pobreza inferior tampouco se traduz em melhores índices na saúde, pois, em 2015, a taxa de mortalidade infantil angolana foi quase o dobro da registrada

¹ Parâmetro estatístico utilizado para medir o nível de desigualdade de renda.

na África Subsaariana: foram 96 mortes a cada mil nascidos em Angola *versus* 56/1.000 na África Subsaariana (PAPE; MELO DA SILVA; OLIVEIRA SAMPAIO, 2016).

De acordo com o FMI (2015), décadas de hostilidades e conflitos terminaram com déficits significativos de infraestrutura e de capital humano. Embora as receitas oriundas do petróleo tenham contribuído para o crescimento nas últimas décadas, o país tornou-se vulnerável à volatilidade do mercado mundial do insumo. É notório que houve progressos na redução da taxa da pobreza — que passou de 54%, em 2000, para 43%, em 2008 —, todavia, a desigualdade aumentou drasticamente. Após as eleições de 2012, o governo deu início a um Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), que prioriza o gasto em infraestrutura com a finalidade de diversificar a economia e promover o crescimento inclusivo. Porém, o gasto efetivo é bem menor que o estipulado no PND.

Angola está empenhando em um longo processo de transição, saindo de uma economia socialista planejada e centralizada para uma impulsionada pelo mercado. Este processo teve início com a implementação de dois programas de desenvolvimento econômico - o programa de saneamento econômico e financeiro (PSEF), em 1987, e o programa de recuperação econômica (PRE), em 1989. Os dois programas tinham como objetivos a estabilização macroeconômica e a reestruturação da economia, o que permitiria uma maior participação do setor privado e a desregulamentação dos mercados. Os primeiros programas mostraram ser ineficazes, e até o ano de 2000 cerca de doze projetos de estabilização e reforma macroeconômica foram implantados mas apresentaram resultados frustrantes. (UNCTD, 2013, p. 2).

Passados quinze anos do fim dos conflitos civis em que o país esteve submerso, Angola apresentou um progresso substancial em aspectos políticos e econômicos; em contrapartida, os angolanos continuam a sofrer pelas dificuldades relativas aos desafios em matéria de desenvolvimento. Os efeitos resultantes da guerra sobre a economia e a população ainda são muito evidentes, fazendo-se sentir e pressentir os efeitos e os sinais característicos de uma sociedade pós-conflito.

Recentemente, a economia angolana foi abalada fortemente pela queda do preço internacional do petróleo, e, conseqüentemente, o crescimento econômico diminuiu para 3% em 2015, impulsionado por um abrandamento muito acentuado da atividade não petrolífera, para 1,5%, dado que os setores industriais, da construção e dos serviços adequaram-se aos cortes no consumo privado, assim como no investimento público em um contexto de disponibilidade restrita de recursos, em consonância ao fraco desempenho da agricultura com relação a seu potencial, por conta dos chamados “choques de oferta” (ou “choques de inflação”, que ocorrem quando a quantidade de um ou mais produtos ou serviços diminui significativamente, ocasionando aumento de seu preço sem o aumento correspondente da demanda). Todavia, os indicadores de atividades econômicas de alta frequência apontam para

um profundo abrandamento em 2016, ano em que a confiança empresarial atingiu os níveis mais baixos já registrados no segundo semestre (FMI, 2015).

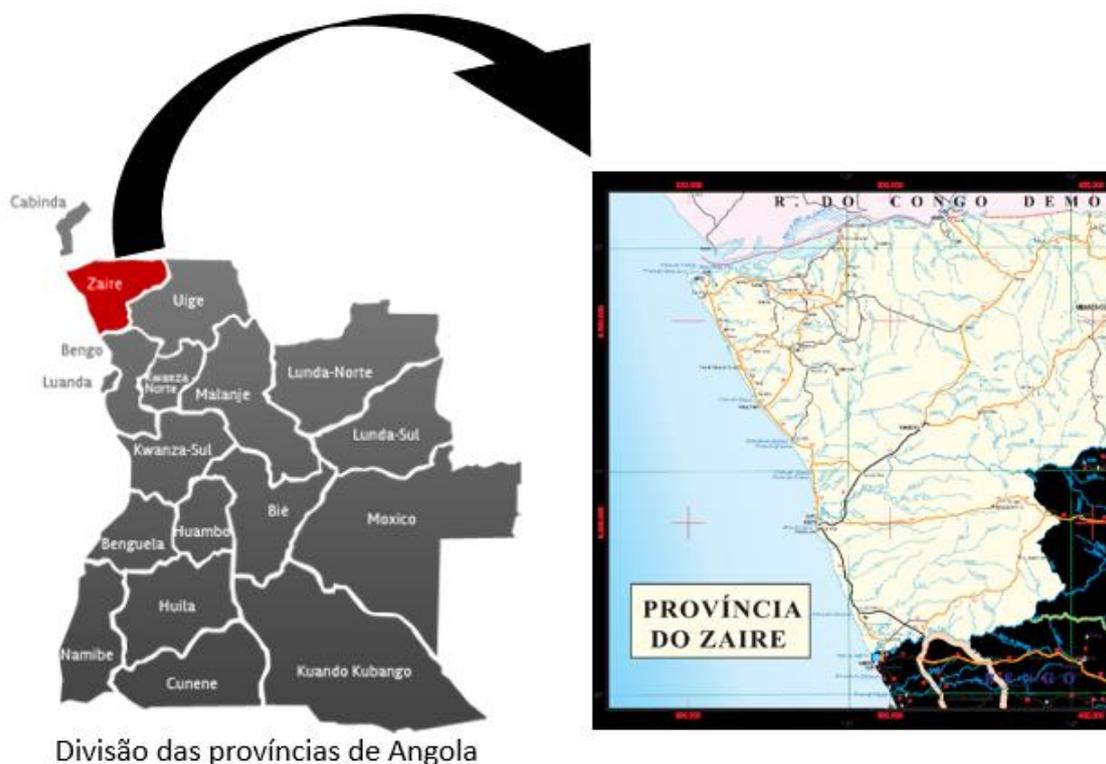
É importante ressaltar que Angola é um país rico em recursos naturais, especialmente minerais e petrolíferos. A abundância de terras agrícolas e as condições climáticas diversificadas fornecem ambiente propício para o desenvolvimento de uma gama variada de cultivos, tanto em zonas tropicais como temperadas, e também da pecuária. Igualmente, há uma grande profusão de recursos pesqueiros e potencial hidrelétrico enorme (UNCTD, 2013).

É notório que a economia angolana é extremamente dependente da exploração e da produção do petróleo e de um florescente setor diamantífero; nesse aspecto, há uma tendência crescente de diversificação da economia para outros setores, nomeadamente a construção, a agricultura e os serviços.

3.3 Contextualização geográfica da província do Zaire e características administrativas

A província do Zaire (Figura 6) está localizada no extremo noroeste de Angola, divisando a norte com a República Democrática do Congo — 190 km de fronteira fluvial e 120 km de fronteira terrestre —; a oeste, com o oceano Atlântico, em uma extensão de 250 km, a sul, com as províncias do Bengo e de Uíge. Sua extensão territorial é de 40.130 km², o que representa 3,2% do território angolano. É importante ainda frisar que sua localização geográfica permite usufruir de boa acessibilidade, quer dizer, por vias marítimas, terrestres e fluviais. De oeste a leste, a província estende-se por três zonas fisiográficas, denominadas planície litoral, subplanalto do Congo e serra de Canda (ZAIRE, 2014).

Figura 6 - Província do Zaire



Fonte: Zaire (2014)

A capital da província do Zaire é a cidade de M'banza Kongo, que também faz parte de um dos municípios da mesma província, mas, por razões da localização, é também um polo de dinamização do interior da província. Os demais municípios são Soyo, Nzeto, Tomboco, Noqui e, por último, e também o de menor extensão, o de Cuimba.

O governo provincial é estabelecido da seguinte forma: um governo da província, três vice-governadores provinciais, quatro delegações provinciais, quatro serviços de apoio técnico, dezoito direções provinciais e seis administrações municipais (ZAIRE, 2014). O governador provincial e os vice-governadores são nomeados pelo presidente; já as delegações provinciais, as dezoito direções provinciais e as seis administrações municipais são nomeadas pelo governador provincial.

4 O VIVER DA PESCA: UMA RELAÇÃO DE LIBERDADE?

É importante mencionar, ou elucidar, que a pesca somente começou a ser considerada uma atividade econômica importante a partir de 1910. No entanto, já no século XVIII há indícios de que algumas espécies de peixe eram exportadas (principalmente seco), e tudo indica tratar-se da chamada tainha (DIEGUES, 1973).

Devemos frisar que aproximadamente 4 milhões de pessoas dependem direta ou indiretamente da atividade pesqueira; em contrapartida, a forte e intensa ocupação e o uso abusivo dos recursos naturais comprometem a população de peixes e, em consequência, a manutenção e a sobrevivência das comunidades pesqueiras (DOMINGUEZ, 2014).

A pesca no mundo (Figura 7) é responsável pela garantia do modo de vida de algo entre 10% e 12% da população mundial, podendo ser enquadrada dentro de múltiplas escalas em que sua produção ocorre, como no caso da pesca recreativa ou esportiva, pesca de subsistência, pesca artesanal e/ou a pesca em escala, pesca industrial e a aquicultura. A quantidade de pescado capturado nas águas do mundo é bianualmente publicada pela organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO - Food and Agriculture Organization of the United Nations); após a adequação dos referidos dados, é então reportado aos países-membros, entre os quais Angola se inclui (FAO, 2012).

Figura 7 - Produção mundial de pescado (milhões de toneladas/ano)



Fonte: adaptado de FAO (2012)

Em um levantamento feito em 2005, 20% dos agregados familiares — aqueles inseridos na amostragem das diferentes províncias — foram identificados como diretamente envolvidos na prática pesqueira. Sendo assim, a atividade ou a cadeia de valor da pesca artesanal em Angola é composta nomeadamente por captura, desembarque, processamento e, finalmente, comercialização. Não que ocorra obrigatoriamente nessa ordem, visto que o processamento é a prática em que as mulheres compram o produto dos pescadores e, em seguida, efetuam o processamento, normalmente a secagem; em situações adversas, esta pode acontecer antes mesmo do desembarque ou não realizar-se. O mesmo pode perceber-se no fato de não existir na pesca artesanal, em algumas circunstâncias, a atividade de processamento e distribuição, uma vez que a venda do produto é levada a cabo pelas mulheres da comunidade próxima ao local onde se faz o desembarque e, por conseguinte, funcionando como comércio de pescado (ANGOLA, 2013).

A pesca artesanal é entendida como uma categoria vigente em qualquer estado; aponta-se ao posto de trabalho, com características especiais, como a arte de fazer extração e a maricultura e, nesse mesmo fio, refere-se ao uso de técnicas tradicionais de confecção de apetrechos e embarcações. Sua principal característica é a qualificação profissional realizada a partir das tradições orais e familiares e também comunitárias. Entretanto, é uma atividade de extração e coleta em que os pescadores atuam em regime de parceria, mas sem vínculos empregatícios. É perceptível nessa atividade o envolvimento de relações familiares, bem como celebração de solidariedade entre conhecidos da mesma área, e não podemos deixar de frisar que, normalmente, os pescadores são os donos dos meios de produção — embarcações, apetrechos de pesca e equipamentos (SILVA, 2014).

De acordo com Machado (2009), a categoria pesca artesanal comporta muitos “tipos” e evidentemente se diferencia de lugar para lugar. Nomeadamente sob alguns aspectos, a construção de sua identidade, de seu *habitus*, de seu *ethos*, responde essencialmente a uma série de fatores, como clima, espécie procurada, se a pesca é realizada durante o dia ou à noite, se o pescador possui aparatos técnicos indicados ou não, se a pesca é realizada no rio ou no mar; do mesmo modo, todos elementos ligados diretamente às relações de produção (propriedade dos meios de produção, relações de trabalho etc.). No entanto, todas essas variáveis concorrem para a diferenciação social pelo trabalho na pesca, que sob a semântica da categoria “pesca artesanal” determina uma gama de atividades praticadas em rios, mares, lagos e mangues.

Na organização do trabalho pesqueiro, não há assalariamento, nem vínculo empregatício. O recrutamento da tripulação se faz através de contrato não verbal e vai constituindo-se através de laços de parentesco, compadrio, vizinhança e

distribuição da produção. (LIMA, 2002, p. 113).

Vale salientar que a pesca artesanal diferencia-se do trabalho assalariado, pois a família configura-se como uma estrutura de consumo, dependente de ganhos não com o que produz, mas com a venda realizada por sua força de trabalho. Não obstante, no trabalho do pescador artesanal, o modo de produção organiza e mobiliza a força de trabalho, contida nas relações familiares e, circunstancialmente, compondo com o processo de reprodução social. Então, a solidariedade tende a governar a organização da família e dos processos de trabalho tradicionais. Dessa mesma maneira, a gestão das atividades apresenta vínculos hierárquicos de parentesco e vem a ser caracterizada como uma espécie de gestão vertical patriarcal ou matriarcal, diferentemente das formas participativas em organizações como cooperativas, que se baseiam em relações horizontais (PENA; GOMEZ, 2014).

Um código de honra que os pescadores chamam de ‘respeito’, intimamente ligado à reciprocidade, forma e controla as relações pessoais na pesca local. A ética relacionada ao ‘respeito’ vai além de um cerimonial na pesca: ela liga as consciências individuais muito mais fortemente que os regulamentos oficiais. Nas comunidades em que os capitais é escasso, o ‘respeito’ especialmente no que toca ao pagamentos de dívidas resultantes de favores, é a medida da dignidade das pessoas. É impossível pescar por muito tempo na área sem ‘respeito’, é primeiramente no contexto da reciprocidade, no quadro geral da marginalização social, que os direitos ao espaço marítimo e à a pesca são estabelecidos e regulamentados. (CORDELL, 1989, p. 4).

Ramalho (2006) faz uma aproximação no contexto das tradições e das qualificações profissionais repassadas entre familiares:

O conhecimento pesqueiro – traduzido em suas formas de gestão – é patrimonial, ancestral, que transborda de geração a geração, tanto pela força da oralidade, como no ato de ver alguém mais velho pescando. É, a partir daí, que os segredos aquáticos são revelados aos mais novos, e que se entende as artimanhas das águas. Assim, pesqueiros são desvendados, caminhos descortinados, técnicas de manejo das armadilhas e náuticas trazidas à luz, explicitando as maneiras e os métodos usados para se mapear e usar o território mar-de-dentro e mar-de-fora. (RAMALHO, 2006, p. 150).

Dando prosseguimento à discussão, ver, fazer e conservar na mente o aprendido é o caminho decisivo para tornar-se um pescador. Por conseguinte, essa mesma aprendizagem nunca é feita diferentemente; isso se explica com a observação de que essas mesmas técnicas nunca foram manuseadas diferentemente, pois sua rotina sempre foi essa, isto é, passando de avô para pai, e de pai para filho, dos mais velhos para o mais jovem ou considerando mesmo dos mestres da embarcação para o resto da tripulação. Nesse caso, é bem evidente aqui o sentido da tradição e de seus contornos supracitados, podendo ainda o mesmo autor emendar que a pesca artesanal tem a finalidade de ligar os homens às práticas tradicionais,

reproduzindo os sistemas socioculturais e até mesmo os sistemas de gestão e o ordenamento do ambiente. Todavia, para viver da pescaria, o exercício do trabalho referenda-se em ações patrimoniais e que possam ser recriadas em situações em que se devem afirmar as características econômicas e simbólicas de existência dos pescadores na sociedade (RAMALHO, 2006).

Segundo Ramalho (2006), a pesca artesanal é o espaço construído pela sociabilidade com base no parentesco, ligando ao futuro de uns o passado de outros homens; o que faz da atividade da pesca algo a ser assimilado em um convívio cotidiano. Segundo Cordell (2001), de forma tradicional, a pesca artesanal é realizada a partir de portos locais, que suprem mercados pequenos; ainda assim, o “calão” (pequena rede de cerco) pouco mudou desde quando foi introduzido pelos colonizadores portugueses, no século XVI. No entanto, com o passar do tempo, o controle de pontos de pesca concentrou-se em diferentes unidades de apropriação territorial, isto é, grupos ligados a mestres de pescas e também a grupos familiares, bem como extensos grupos de parentesco e mestre de canoas individuais que fiscalizam um sistema complexo de locais de lanço de redes.

É verdade que não há um consenso claro sobre o significado da pesca artesanal ou de pequena escala; sua atividade opõe-se à pesca realizada em grande escala, aquela que usa de amplo acervo tecnológico e vem acompanhada de grandes investimentos, evidentemente acessível apenas a uma classe capitalista da qual as comunidades pesqueiras não fazem parte (SILVA, 2014).

Para Diegues (2003), o pescador artesanal provém da interligação do pescador-lavrador, surgindo dessa mesma decomposição; porém, o lavrador é caracterizado por ter na agricultura sua atividade principal, realizada dentro da época agrícola, sendo restante do tempo dedicado à atividade da pesca.

O MPA define a pesca artesanal como sendo um processo de trabalho baseado na unidade familiar ou no grupo de vizinhança, que tem como fundamento o fato de os produtores serem proprietários de seus meios de produção (rede, anzóis etc.). De acordo com o Decreto 41/05, em seu art. 49, as embarcações de pesca artesanal são classificadas como aquelas que desenvolvem atividades de pesca comercial, tenham até treze metros de comprimento total e sejam propulsionadas por remos, à vela ou por motores fora de borda ou interiores, fazendo o uso de gelo para a conservação do produto pescado, bem como de arte de pesca, como linhas de mão e redes de cerco e emalhar. Porém, as embarcações de pesca artesanal estão sujeitas às condições e aos requisitos da subseção sobre autonomia, construção, equipamento, higiene e conservação (ANGOLA, 2005).

De acordo com o IPA (2017) estima-se que as capturas totais da pesca marítima em Angola situem-se pouco acima das 300 mil t/ano e que o setor artesanal contribua com cerca de 30-40% desse volume. Também se estima que estejam envolvidas direta e indiretamente na atividade da pesca artesanal mais de 85 mil pessoas, entre pescadores, processadores, comerciantes e outros intervenientes na cadeia de valor. Já em 2004, foram estimadas em Angola a existência de cerca de cem comunidades piscatórias localizadas ao longo de toda a costa marítima.

Torna-se importante deixar clara a existência de diferentes categorias de embarcações, de acordo com a legislação angolana:

[...] as embarcações de pesca licenciadas para desenvolver as atividades de pesca classificam-se em embarcações de pesca artesanal, semi-industrial e industrial, em conformidade com os critérios constantes das subseções seguintes. (ANGOLA, 2005).

A pesca se tem mantido como uma atividade econômica e cultural do país, ou seja, a pesca artesanal se tem destacado por sua resistência, mantendo-se e sobrepondo-se como uma arte e uma atividade socioeconômica extremamente importante. Em suma, ela é mais representativa do ponto de vista de absorção de mão de obra e, juntamente da representação cultural, vale acrescentar ainda nesse contexto que um fator tem sido importante nas comunidades pesqueiras: o significado cultural e a identidade que o pescador e a comunidade atribuem à pesca desenvolvida (SILVA, 2010).

Quase todas as especialidades de pesca supõem tipos de direitos territoriais de uso. Padrões de uso de espaço pesqueiro estão incrustados em torno de vilas, vizinhanças dentro das cidades, estabelecimentos rurais e povoados. Os nativos pescam de acordo com o que consideram direitos que lhes dão acesso a pedaços dos estuários. As condições desta apropriação variam segundo turnos de lançamento de redes para a captura de peixes migratórios, que duram horas ou alguns dias, até direitos privados cobrindo áreas de reprodução de espécies, corais e locais de lanços de redes definido pelo ciclo lunar [...]. A mobilidade relativa dos equipamentos de pescas e embarcações, sazonalidade, zoneamentos microambientais, ciclos de vida das espécies de peixe e diversas variáveis sociais também influenciam os arranjos de pesca em determinados locais. Direitos de pescas são tradicionalmente transmitidos para um número limitado de aprendizes ou parentes, ou de acordo com relações sociais duradouras ligadas à atividade pesqueira. (CORDELL, 2001, p. 2).

De fato, como forma de organização social e econômica, a atividade pesqueira já apresenta uma temporalidade muito antiga; apesar de estar desvinculada dos esquemas clássicos de periodização humana, percebe-se que a atividade pesqueira permeou toda trajetória da humanidade até os dias de hoje (CARDOSO, 2001).

4.1 Etnoictiologia dos pescadores

A etnobiologia (*éthnos*, do grego para grupo de pessoas que vivem em conjunto, povo) estuda o conhecimento que as comunidades humanas dominam acerca dos recursos naturais e dos ecossistemas de que dependem para suas atividades comerciais ou de subsistência. Dessa forma, a etnoictiologia (*ikhthús*, do grego para peixe) é o estudo da interação entre pescadores e peixes e o conhecimento que estes possuem sobre aquele recurso (MASSENA et al., 2014); esse conhecimento pode ser denominado tradicional, nativo ou mesmo local (SILVANO, 2004). No mesmo contexto, o conhecimento tradicional refere-se a um conhecimento singular e local que existe dentro das condições específicas de homens e mulheres de uma determinada área geográfica particular e que se desenvolveu ao redor dela (SILVA; BRAGA, 2017).

O entendimento das relações entre determinadas culturas e ambientes específicos pode dar-se através da análise das atividades de exploração dos recursos naturais. No caso dos recursos pesqueiros, o primeiro passo é analisar a pesca artesanal e o conhecimento local envolvido. Estudo dessa natureza podem ter tanto um caráter biológico, se o objetivo for buscar informações sobre determinadas espécies, como ecológico, se for entender processos ecológicos envolvidos na atividade de pesca. (RAMIRES, 2008, p. 32).

É evidente que os pescadores artesanais normalmente possuem conhecimento detalhado acerca da ecologia do meio ou território palco de suas atividades, como, por exemplo, o comportamento e a classificação dos peixes, conhecimentos que têm grande importância e influência nas diferentes estratégias de pesca, como na captura de cardumes e na exploração de aglomerações reprodutivas de peixes.

Para Ramires (2008), embora haja trabalhos que buscaram aplicações do conhecimento ecológico local, ou mesmo que estudaram as práticas de manejo baseadas em informações oriundas do conhecimento ecológico local, é salutar destacar que tais observações são consideradas importantes na validação de hipóteses científicas e de propostas de novas direções para as pesquisas e para a elaboração de planos de manejo mais apropriados.

4.2 Movimentos sociais dos pescadores

É bem verdade que a pesca, enquanto atividade humana, configura uma modalidade do

uso do espaço, assim como incide na produção do espaço. De acordo Cardoso (2001), sua especificidade tem lugar na articulação entre os meios aquático e terrestre, sendo que o primeiro comporta os processos de apropriação da natureza e, em contrapartida, o segundo traduz os espaços de morada do pescador e o da realização do pescador enquanto mercadoria. Obviamente que ainda se pode designar o meio aéreo, cujas manifestações interferem diretamente nas atividades pesqueiras, e o subaquático, caracterizando a pesca como articuladora de um espaço tridimensional.

Segundo Marinho (2009), na sociedade atual, os indivíduos ajustam sua identidade pessoal ao de uma minoria; assim, a pessoa humana divide-se em vários recortes, segundo suas características peculiares, associando-se ao grupo mais afim. É imprescindível citar que o movimento mundial da pesca teve início na luta dos pescadores, na Índia, contra a prática da pesca de arrasto (modalidade usual da pesca industrial) nos anos 1970, que culminou na morte de vários pescadores em conflito com a indústria pesqueira e na destruição de muitas embarcações (MARINHO, 2009).

É importante mencionar dois aspectos interessantes nessa conjuntura de movimentos sociais: o espaço econômico e o espaço natural. Segundo Cardoso (2005), o primeiro reside na temática de um dos maiores embates, no qual se defrontam os pescadores artesanais, em seguida adianta que a categoria é vista como um dos grupos sociais em que predomina a situação explícita de pobreza, não faltando várias tentativas de revertê-la. Em suma, é em terra, e não no mar, que, obviamente, as causas dessa situação manifestam-se, que, entretanto, tal situação reflete-se nas condições de moradia, saneamento, nutrição, escolaridade e saúde inadequadas presentes na maioria das comunidades pesqueiras.

Pode-se dizer que a cadeia de intermediação do pescado é, quiçá, uma das mais longas presentes no setor primário. Aliando-se ao fato da precibilidade do peixe enquanto produto ou mercadoria, não restam dúvidas de que esses fatores resultam em considerável transferência de renda do pescador para os setores de distribuição.

De acordo com Marinho (2009), a fase marcante — se não a mais impactante — foi a década de 1980, com a realização de conferências e fóruns. Em 1984, a FAO organizou a Conferência Mundial para a Gestão da Pesca e Desenvolvimento em Roma, com o objetivo de estabelecer novas estratégias para o setor pesqueiro no contexto da convenção para o direito do mar. No entanto, como as organizações dos trabalhadores foram excluídas do debate, os pescadores da Índia e numerosas organizações não governamentais (ONGs) decidiram organizar uma conferência paralela, voltada a entidades representativas da pesca profissional. Do encontro paralelo dos pescadores à conferência da FAO participaram mais de cem

trabalhadores, representando 34 países; nesse encontro, utilizou-se pela primeira vez o termo *fishworker*, (trabalhadores de pesca) em substituição a *fisherman*, (pescador) o que tornou visível o papel feminino na pesca.

Com certeza, a par disso, o termo dá mais visibilidade aos trabalhadores do setor informal, que desenvolvem diversas atividades ligadas à prática pesqueira. Como mérito desse encontro paralelo, um dos resultados mais importantes foi a criação da ICSF (International Collective in Support of Fisherworkers), que adotou como missão apoiar a formação e a organização dos pescadores artesanais no mundo.

Já na década de 2000, mais precisamente em 2007, em Selingué, Mali (país situado na África, sendo um dos mais pobres do continente), ocorreu o Fórum de Soberania Alimentar — organizado por Via Campesina, World March of Women, Amigos da Terra e outras organizações. Participaram do encontro mais de quinhentos representantes de oitenta países ligados a organizações de trabalhadores rurais, pescadores artesanais, agricultores familiares, povos indígenas e sem-terra. No ano seguinte, ocorreu em Bangkok, Tailândia, a conferência global dos pescadores artesanais (MARINHO, 2009).

No documento preparatório à conferência, as entidades fazem referência à indivisibilidade dos direitos humanos, sustentando que desenvolvimento responsável e sustentável em comunidades de pescadores artesanais e indígenas somente é possível caso os direitos políticos, civis, sociais, econômicos e culturais estejam integrados. Essa perspectiva contraria a visão liberal, em que existe uma hierarquia entre direitos, pelo menos em sua garantia, com maior efetividade dos direitos políticos e civis em detrimento dos sociais. (MARINHO, 2009, p. 76).

Já o espaço “natural”, uma vez que a qualidade dos ambientes aquáticos está estritamente ligada à produtividade da pesca e à consequente reprodução das sociedades de pescadores, é um segmento que tem tomado a linha de frente nas denúncias e nas ações contra a degradação. Diante desse aspecto, com o desenvolvimento e a rigidez da questão da politização da questão ambiental, pescadores artesanais buscam a articulação com outros setores, visando o cumprimento da legislação ambiental e o encaminhamento de denúncias e lutas. É importante relatar que já foram feitas denúncias de drenagem de lagoas, fechamento de lagos para pesca, poluição por despejos industriais, pesca predatória em várias modalidades, dentre outros exemplos. Cabe ressaltar ainda que essas questões apontam não somente para conflitos entre atividades pesqueiras e demais usos do espaço litorâneo, marinho e fluvilacustre, mas demarcam a importância do que se convencionou tratar-se da pesca artesanal na preservação dos recursos naturais, o que é muito importante, visto que se baseia na adoção de técnicas de maior seletividade e, por conseguinte, de menor escala de predação, podendo ser considerada menos impactante ao meio ambiente explorado (CARDOSO, 2005).

Pode-se estabelecer uma outra relação, à medida que as sociedades pesqueiras e suas localidades fixadas ao longo do litoral e demais corpos d'água, teriam entre suas preocupações a continuidade e reprodução das pescarias, advindo uma maior necessidade de preservação dos recursos pesqueiros. (CARDOSO, 2005, p. 2.832).

4.3 Cooperativas e comunidades pesqueiras

É preciso salientar que muitas sociedades ilhoas, sobretudo em regiões oceânicas, ou com outra disposição geográfica, como o litoral, desenvolveram uma relação particular com o mar, podendo surgir nelas um canal de oportunidade de contatos ou de limitações com outras sociedades. No contexto aqui retratado, o mar não é tão somente um espaço físico, móvel e mutante, mas lugar de sobrevivência e de trabalho, sobre o qual essas sociedades dispõem de conhecimentos acumulados: em suma, é o território onde desenvolvem práticas sociais simbólicas, por meios das quais o espaço marítimo e as espécies animais e vegetais são representadas mentalmente (DIEGUES, 1998). É interessante ressaltar aqui, segundo Diegues (1998), que essas mesmas comunidades até recentemente eram estudadas com metodologias e conceitos empregados para as sociedades agrícolas e rurais. No entanto, a partir da década de 1970, surge o desenvolvimento de uma área de saber específico das ciências naturais humanas, nomeada *antropologia marítima* ou *socioantropologia marítima*.

A antropologia marítima é o campo de pesquisa dedicado aos estudos etnológicos das comunidades que vivem do mar ou daquelas que têm como sua principal atividade a pesca. Referência importante nessa área do saber ou pesquisas em análise é Geistdoerfer (1989 apud DIEGUES, 1998, p. 44), que relata que a antropologia marítima estuda a variedade e a complexidade dos sistemas técnicos, sociais e simbólicos elaborados pelas populações litorâneas no processo de apropriação do espaço marinho, de onde retiram sua subsistência. Por conseguinte, a antropologia marítima estuda o modo de vida da gente do mar no que se apresenta do específico ao particular, mostrando o contraste com as sociedades continentais, com as quais mantém relações estreitas. Ademais, Geistdoerfer (1989 apud DIEGUES, 1998), ao falar de sociedades marítimas em relação a determinações gerais ligadas à localização geográfica ou aos tipos de atividades humanas, diz que nelas estão associados saberes técnicos particulares (conhecimento do meio marinho, da fauna e da flora, técnicas de fabricação de embarcações, de navegação).

De acordo com Maldonado e Santos (2006), a cultura da cooperação é uma filosofia baseada em conceitos e valores humanísticos — como solidariedade, confiança e organização funcional de grupos — e tem como propósito substituir o individualismo pela ação coletiva. É bem verdade que, uma vez levada a cultura da cooperação a zonas ou comunidades mais carentes, torna-se mais próspera a criação de alguma conexão ou sincronização entre as diversas formas de organizações, sejam associações ou consórcios, de modo a fortalecer ligações entre elas, bem como visar a produtividade, a qualidade e o estabelecimento coeso diante das turbulências existentes no seio do mercado.

Para Ciotti e Teixeira Jr. (2005), a cooperativa difunde-se como instrumento que torna viável a contratação global da atividade de seus sócios, relacionando o trabalho destes de forma conjunta aos usuários de seus serviços, de modo a resguardar ou defender a individualidade e a autonomia desse tipo de atividade, impedindo que qualquer tipo de intermediação possa dar origem a algum resultado lucrativo. Neste contexto, sua finalidade é promover a aproximação da atividade profissional de seus sócios ao usuário final dos serviços, sem a intermediação que produz o lucro e deteriora o teor de qualidade desse trabalho.

Costa (2007) menciona os cuidados que se deve ter na definição real dos termos *cooperar*, *cooperativas* e *cooperativismo* (embora, etimologicamente, os três sejam palavras que derivem do mesmo verbo *cooperar*, do latim *coopĕror*, significando trabalhar com alguém) e faz ainda um enquadramento histórico do processo de construção do cooperativismo, um movimento muito antigo, que remonta aos primórdios da história humana. Nesse aspecto, o *ato de cooperar* e o *cooperativismo* não podem ser confundidos, visto que *cooperar* pode ser entendido como qualquer ato ou mesmo ação de colaborar com outras pessoas em qualquer formação socioeconômica, já o segundo somente pode ser entendido como um movimento social, que procurou, por meio de associação, fugir de uma opressão social resultante de um determinado período histórico ou de um determinado sistema, ou melhor, o capitalismo concorrencial do século XIX.

Desse modo, a experiência internacional, particularmente a de países da África Subsaariana, deixa bem claro que o cooperativismo pode ser uma forma de organização empresarial com ampla relevância econômica e social, tanto na geração de emprego como na capacidade de aumentar a produção de bens e serviços, contribuindo para a segurança alimentar, promovendo a inclusão social e a integração regional e reduzindo a pobreza em grande escala. Logo, em vista dessa realidade, o fomento ao cooperativismo surge no cume das agendas políticas de quase todos países dessa região da África (ANGOLA, 2012).

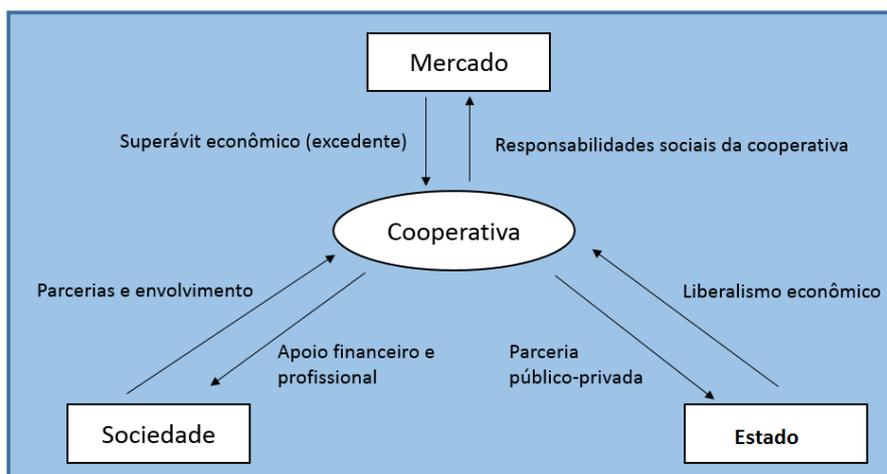
Há que se deixar patente a definição de organização como sendo constituída por um grupo de pessoas que agem em conjunto para atingir um objetivo comum; mas é claro que a definição de organização abrange um campo imenso. Os estudos organizacionais, em geral, são voltados a organizações com tempo de vida mais longo, que têm interesse em continuar existindo, como empresas, hospitais, instituições de ensino, associações, exércitos, ONGs (organizações não governamentais), entre outros (BATALHA, 2008).

É preciso elucidar que a aplicação do cooperativismo na atividade da pesca artesanal surge da incapacidade em organizar a produção e de afastar ou excluir intermediários da cadeia produtiva e valorizar o pescado. Entretanto, se fizermos uma análise atenta da literatura, é possível identificar e correlacionar vários casos de insucesso do cooperativismo na pesca em comparação a ações coletivas de projetos bem-sucedidos no emprego dessa forma de organização produtiva, particularmente nos países em desenvolvimento (DEACON, 2012). De acordo com Eid, Lianza e Pimenta (2004), justamente por essa razão, é comum a afirmação de que a materialização das cooperativas a partir de valores solidários amplia a potencial autonomia dos pescadores sobre sua atividade produtiva.

A identidade do pescador artesanal, pequeno produtor pesqueiro, pescador simples, ao meu ver, é encontrada na oposição a uma outra coisa, no conflito e no embate político, em especial nos conflitos entre as estruturas produtivas com diferentes graus de incorporações tecnológicas. (CARDOSO, 2001, p. 35).

É importante declarar, de acordo com Du Preez (2009), que as cooperativas foram encontradas tanto em países desenvolvidos como em desenvolvimento e em setores tão diversos como agricultura, crédito, educação, habitação e pesca. Como se pode atribuir a partir do início do século XIX até hoje, o movimento cooperativista passou por períodos otimistas e bons, seguido por choques ou desilusões e ajustes. A Figura 8 ilustra algumas cooperativas que passaram por mudanças de formas ou forma ajustada.

Figura 8 - Esquema da relação entre mercado, cooperativa, estado e sociedade



Fonte: adaptado de Du Preez (2009)

Há, atualmente, um interesse renovado nessa forma institucional; logicamente que tal interesse ocorre em um contexto de troca de papel do Estado e da inclusão de atores não estatais na área de governança e desenvolvimento. Nos países em desenvolvimento, foram identificadas três fases distintas no desenvolvimento do cooperativismo, com as cooperativas de hoje distinguidas das primeiras, caracterizadas primeiramente pelo paternalismo colonial, em seguida do populismo pós-colonial, e, por último, o nacionalismo (DU PREEZ, 2009).

Também na visão de Pinho (1966 apud COSTA, 2007, p. 58) os conceitos são diferentes, em que *cooperação* significa ação conjunta com vista ao mesmo objetivo e *cooperativismo* significa sistemas, ideologias ou até mesmo doutrinas. Por fim, a cooperativa deve ser desse modo, representar uma instituição, ser uma entidade em que as pessoas cooperam objetivando o mesmo fim.

A cooperativa é uma pessoa jurídica formada por profissionais autônomos que se reuniram sob forma de sociedade cooperativa para viabilizar sua contratação coletiva. Dado esse aspecto particular, a cooperativa integra a atividade profissional de seus associados, bem como promove a prestação coletiva dos serviços por intermédio de contratos com outras pessoas jurídicas, exercitando, em nome desses sócios, a atividade econômica de proveito comum, ou seja, sem finalidade de lucro, de acordo ou consoante o objeto legal próprio desse tipo de sociedade (CIOTTI; TEIXEIRA JR., 2005).

Para Du Preez (2009), a cooperativa pode ser definida como associação autônoma de pessoas unidas para a satisfação de suas necessidades e aspirações econômicas, sociais e culturais comuns por intermédio de uma empresa de propriedade conjunta e democraticamente controlada.

As formas sociais constituem uma esfera da invenção cultural em que é mais difícil estabelecer a linha demarcatória entre fins e meios. A invenção de novos tipos de associação entre membros de uma sociedade e a institucionalização das relações (de cooperação ou conflituais) entre os indivíduos, são expressão da capacidade criadora do homem em uma das suas formas mais nobres. (FURTADO, 2008, p. 118).

“Atividade-fim da cooperativa resume-se na prestação de serviços aos seus próprios associados, mediante a organização, o planejamento e a instrumentalização dos contratos de seus sócios” (CIOTTI; TEIXEIRA JR., 2005, p. 21).

De maneira a compreender melhor a definição de comunidade pesqueira, o MPA a define

Como sendo um grupo (famílias, vilas, comunidade, etc.) cuja estratégia de vida é particularmente ou totalmente da atividade relacionada a pesca (pescar, processar, comercializar o pescado, construir barcos, etc.). Estas comunidades representam um conjunto de relações econômicas, sociais e culturais que lhe conferem características individuais que diferem de um lugar para outro. (ANGOLA, 2013, p. 69).

Após essa breve explanação teórica dos diversos entendimentos sobre cooperativa, é salutar deixar conspícuo, segundo Cardoso (2005), que as inconstâncias da captura, inerentes à pesca extrativista, comprometem também os rendimentos dos pescadores, que se valem da afirmação ou lema de que “um dia dá e outro não dá”. Todavia, é um fato que compromete a organização dos processos de armazenamento e comercialização por parte dos pescadores artesanais, que, conseqüentemente, por exemplo, impeça de firmarem contratos regulares de fornecimento de pescado. Essa discussão diz respeito à escala de produção, e não só, mas ultrapassa a discussão acima, sobre a qual o mesmo autor em seguida dá um parecer:

Neste sentido, a formação de Cooperativas de Pescadores tem sido, ao longo da história do setor, um discurso presente nos planos governamentais de ação para os pescadores artesanais, sendo que o insucesso da maioria delas tem sido atribuído ao ‘espírito’ e à ‘cultura’ individualista do pescador. Estes fracassos tratam-se, antes de uma questão política do que uma questão psicológica, uma vez que, na maior parte dos casos, as iniciativas partiram de fora da categoria e muitas vezes comportaram a construção de infraestruturas de alto custo operacional, cuja manutenção compromete sobremaneira os rendimentos dos envolvidos no processo. Outras vezes formam-se núcleos administrativos cujo comportamento assemelha-se a empresas e distanciam-se dos preceitos cooperativos. (CARDOSO, 2005, p. 2.829).

4.4 Cooperativa industrial de pesca Dialungana

De maneira a situar nossa pesquisa dentro do enquadramento proposto, estudaremos uma cooperativa situada na comunidade pesqueira do Nzeto: analisaremos seu funcionamento

e sua disposição organizativa, bem como sua atuação no espaço denominado.

A cooperativa tem sua sede na província do Zaire, município do Nzeto, bairro do Kibonga, casa nº 154. A sede social poderá ser alterada dentro da província do Zaire por simples deliberação da direção; com igual instrumento poderão ser estabelecidas delegações da cooperativa, cujo objeto único ou principal é a pesca. Entretanto, no âmbito territorial, para a realização de seus fins, ela pode realizar contratos para adquirir direito à propriedade, direito à superfície ou outros direitos que assegurem o uso e a fruição de instalações ou de locais de armazenamento, produção, conservação e distribuição de pescado ou ainda para as atividades da cooperativa, assim como para habitações para os cooperados; a permissão e a utilização de seus bens ou serviços por outras cooperativas, no espírito de auxílio mútuo e complemento de meios ou de cooperações; contrair operações com terceiros, dando prioridade aos membros inscritos na cooperativa; contrair empréstimos e outras operações financeiras. Os excedentes líquidos anuais gerados pelas operações com terceiros reverterem para um fundo indivisível destinado à prestação de serviços aos membros ou à comunidade.

O capital social da cooperativa é variável, sendo o montante mínimo aproximadamente 100 mil kwanzas (cerca de R\$ 1,9 mil no câmbio atual), e, para a subscrição de cada membro, são necessárias dez ações de títulos nominativos no valor de 2,5 mil kwanzas (R\$ 47,50), no qual cada sócio contribui com quatro títulos. Por conseguinte, para associar-se à cooperativa, o interessado deve ser maior de 18 anos ou ser entidade coletiva, desde que requeira adesão por sua livre vontade e preencha as condições exigidas pelo estatuto da cooperativa e demais legislações complementares.

Chama-se a atenção para o caráter específico da estratégia empresarial da cooperativa, que se explica pelo fato de ela atuar em dois ambientes distintos ou dois mercados: o ambiente dos associados e o do mercado propriamente dito. Nesse caso, o primeiro pauta-se na relação baseada em princípios e doutrinas cooperativistas, como a livre adesão, a gestão democrática, a distribuição das sobras “pro rata” das operações e também a taxa limitada de juros ao capital social; já o segundo assenta-se nas regras capitalistas em um contexto de concorrência de oligopólio, o que, de fato, exige da empresa competitividade, eficiência e eficácia, tornando-se imperativo que um dos objetivos da cooperativa seja a geração de excedentes para o desenvolvimento (PANZUTTI, 2001).

Logo, é importante descrever a constituição administrativa da cooperativa, ou seja, seus órgãos sociais: assembleia geral, direção e órgão fiscal. Os mandatos dos referidos órgãos são por eleição e têm a duração de quatro anos, renováveis por três períodos idênticos. Cabe ressaltar ainda que são contabilizados dez membros fundadores da cooperativa, que são

comerciantes, e quarenta membros associados.

O art. 3º da Lei de Cooperativas define cooperativa como sendo:

“[...] pessoas coletivas autônomas, de livre constituição de capital e composição variáveis e de controle democrático, em que seus membros se obrigam a contribuir com recursos financeiros, bens e serviços, para o exercício de uma atividade empresarial, de proveito comum e com riscos partilhados, que visa a promoção dos interesses sociais e econômicos de seus membros, com um retorno patrimonial predominantemente realizado na proporção de suas operações com a cooperativa. (ANGOLA, 2015).

Nesse aspecto, elas estão classificadas segundo a norma em *cooperativas de primeiro grau*, as constituídas por pessoas singulares e/ou coletivas e cujo o objetivo é a prestação direta de serviços aos seus membros; *cooperativas de segundo grau ou de grau superior*, as uniões, federações ou confederações de cooperativas cujo objetivo assenta-se na coordenação, no financiamento, na formação, na orientação e na organização produtiva em maior escala dos serviços de suas cooperativas filiadas perante as instituições públicas e privadas; *cooperativas polivalentes*, as que abrangem mais de uma área de atividade dentro do mesmo ramo, incluindo atividades relacionadas ou conexas, desde que organizadas por seções (ANGOLA, 2015).

Com base nas definições legais, a cooperativa Dialungana enquadra-se juridicamente como cooperativa de primeiro grau. Vale também destacar, de forma sucinta, as políticas públicas dispostas na lei, subsídios e benefícios fiscais e financeiros; o art. 112 faz referência aos subsídios concedidos pelo Estado para a aquisição de imobilização corpórea, que não são suscetíveis à repartição entre membros. Já o art. 113 trata dos benefícios fiscais e aduaneiros: a) inserção ou isenção de imposto; b) financiamento bonificado; c) prazos de carência do financiamento mais longos; e d) isenção ou redução de direitos aduaneiros.

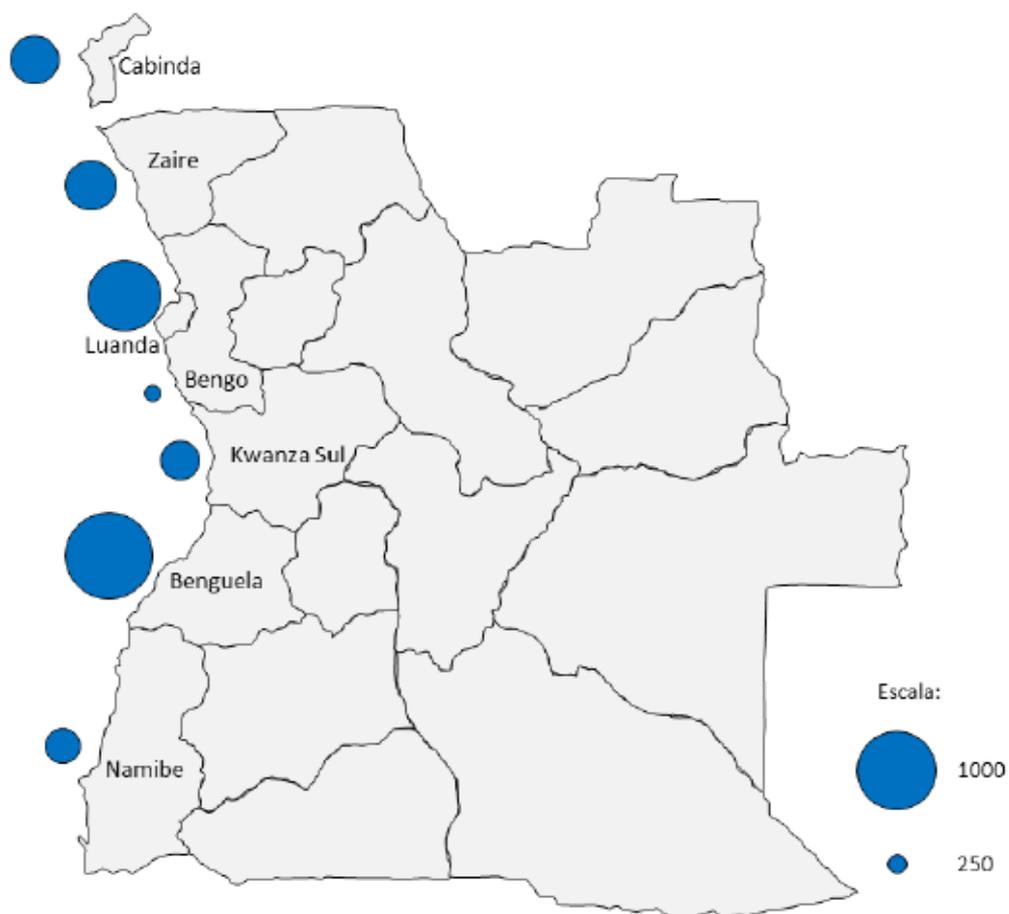
A organização e funcionamento das cooperativas caracteriza-se na realidade como uma empresa de sociedade anónima, onde apenas se verifica partilha dos recursos do património estrito da cooperativa (empresa), isto é, comum um sócios. Esta organização compreende assim, que os membros da Cooperativa possuem individualmente o seu negócio e atividade pessoal, e em complemento partilham um negócio comum enquadrado pelo regime da cooperativa. As atividades individuais dos seus membros são da estrita responsabilidade e gestão de cada um. As capturas individuais realizadas por cada membro, usando as respectivas embarcações pessoais são comercializadas por cada indivíduo individualmente, sem qualquer interação pelo grupo ou benefício, para a ou da cooperativa. No caso em que a cooperativa tem algum património ou embarcação esta á gerida de modo a que no final do ano, caso existam lucros, estes são reinvestidos no património comum da cooperativa ou simplesmente distribuídos entre os seus membros. (SILVA; COSTA, 2013, p. 25).

Silva e Costa (2013) insistem na crítica, como acima descrita, relatando que o espírito de cooperativismo inerente ao funcionamento das cooperativas é praticamente inexistente, e a

compreensão sobre a mesma é mal interpretada, o que acaba por gerar desconfiança entre os cooperados ou mesmo nos indivíduos fora dela. No entanto, alguns armadores não pertencentes às cooperativas têm o entendimento que as organizações servem apenas para o interesse de um grupo limitado. Por outro lado, também se considera que as instituições são fechadas e que não há interesse em incorporar outros membros.

Tais relatos não podem ser desconsiderados, visto que são resquícios de um período em que não havia legislação a nortear a atividade, lembrando que tais instrumentos e a política de incentivos materializaram-se recentemente, em 2015. Cabe simplesmente, de forma metódica e com a equidade necessária, analisar a situação atual dessa classe trabalhadora e propor, se necessário, caminhos que levem à efetivação de seus anseios dentro das leis que a respaldam.

Figura 9 - Distribuição de número de embarcações de pesca artesanal por província



Fonte: Angola (2013)

De acordo com Kefalás (2016), o conceito de comunidade pesqueira tradicional é constantemente associado a diversos termos, cujos significados usualmente são semelhantes,

como grupos, povos, populações ou sociedades tradicionais, comunidade locais, povos tribais, populações extrativistas, entre outras.

Uma comunidade é um agrupamento social que se caracteriza por uma coesão baseada no consenso estabelecido espontaneamente entre as pessoas. Elas podem ser de vários tipos: urbanas e rurais; profissionais, residenciais, de lazer; religiosa, místicas e políticas, etc. (TAVARES, 1983, p. 62).

É importante ressaltar que a comunidade é um sistema complexo, com uma localização geográfica e um consenso sociopsicológico; da mesma maneira, em um sentido funcional, esses elementos combinam-se para então produzir a comunidade em ação. No mesmo sentido, a comunidade é o primeiro grupo social que manifesta certa autossuficiência; nesse aspecto, a vizinhança é já um grupo mais dependente. A comunidade possui as instituições que são mais essenciais à vida do grupo — como escola, igreja, hospital etc. Não obstante, Ferrinho (1978) acrescenta que, mesmo após o conceito de comunidade, ainda é possível defini-la como uma pluralidade de pessoas com uma cultura comum, que lhes fornece o sentimento de pertencerem a um grupo bem definido, em que os interesses coletivos se reconhecem com os interesses individuais de seus membros de um modo geral.

Na comunidade pesqueira do Nzeto, município com população estimada em 48.011 mil habitantes, há 285 pescadores, dos quais 114 são cooperados, e 171 não, contabilizando somente a pesca marítima. Entretanto, existem atualmente cinco cooperativas, com cerca de dez a vinte membros cada uma, que se diferenciam em seus modelos organizativos. Em Angola há igualmente os chamados “centros de pescas”, que são caracterizados como um local de embarque e desembarque de pesca artesanal. Nesses locais pode existir infraestrutura de apoio à atividade de pesca, como unidades de processamento, infraestruturas de salga e seca. Também há aquelas em que os pescadores e seus familiares residem de forma permanente com seus familiares, constituindo comunidades de pescadores, grandes ou pequenas. Os locais de desembarque com essas características foram denominados “centro de pesca permanentes” (IPA, 2017).

Em Angola, foram cadastrados 161 centros de pescas em dezessete municípios costeiros; as províncias de Benguela e Zaire são as que têm o maior número desses centros. A Figura 10 ilustra os centros de pescas na província do Zaire.

Figura 10 - Distribuição dos centros de pesca na província do Zaire



Fonte: adaptado de IPA (2017)

Segundo Silva e Costa (2013), identificava-se naquele momento em Angola a

inexistência de uma regulamentação para o funcionamento e para o desenvolvimento de cooperativas, incluindo o desenvolvimento de estatutos, inexistentes em algumas cooperativas, o que representa uma lacuna organizacional importante, já que uma das limitações para o desenvolvimento das cooperativas reside na falta de orientação e acompanhamento.

Em boa hora surgem as leis das cooperativas, em agosto de 2015, como experiência recente para orientar cooperativismo de maneira a nortear o trabalho rural sob impulso e orientação do Estado.

Vale destacar, nesse contexto, que a experiência recente do cooperativismo em Angola tem sido conduzida para organizar o trabalho rural sob o impulso e as diretrizes do Estado; embora o movimento cooperativista tenha uma implantação e expansão forte na província, ainda assim não é capaz de criar organizações coesas que traduzam o potencial econômico e dos recursos do país, particularmente no setor agrícola. Essa situação atribui-se mormente à falta de uma legislação facilitadora de seu desenvolvimento no quadro de uma estratégia integrada de fomento ao cooperativismo.

No entanto, a Lei nº 23/15, de 31 de agosto, e a Constituição da República de Angola, em seu art. 38, nº 2, consagram o direito à livre iniciativa cooperativa, assim como em seu art. 92, a garantia da coexistência dos setores público, privado, bem como o cooperativo. Preceitos constitucionais são, nesse caso, um mandado para que o Estado crie um quadro legal e implante políticas de fomento ao cooperativismo amplamente apoiadas na iniciativa privada (ANGOLA, 2010; 2015).

Nesses aspectos, são correlacionadas as causas como o baixo nível de instrução acadêmica ou mesmo a inexistência de habilitações e capacitação necessária mais específica para o desenvolvimento organizacional exercido por esses indivíduos, entre elas cita-se o conhecimento em cooperativismo e associativismo, a gestão, administração, informática e a contabilidade; para sanar a deficiência nesta última área, recorre-se à contratação de técnicos especializados.

Assim, é de extrema importância relevar a questão e o problema de que o pescador artesanal pratica sua atividade por fatores inerentes à geografia do espaço como oceanos, lagos e rios, o que leva à marginalização de suas atividades. Assim, como a tipologia organizacional do cooperativismo em Angola vai impactar no desenvolvimento social e econômico desses associados? Quais os mecanismos políticos institucionais manuseados ou colocados em ação para o desenvolvimento dessas organizações?

4.5 Lutando pela sobrevivência e dificuldades

Podemos, de antemão, retratar as diferentes dificuldades existentes no mundo da pesca artesanal basicamente a partir do espaço, que é o meio onde se desenvolvem suas atividades como um todo, e da produção que permeia todo o processo com a força de seu trabalho.

Segundo Diegues (1999), as comunidades marítimas constituem-se pela prática dos pescadores ou gente do mar em um ambiente natural logicamente marcado por perigo, riscos, mobilidade e mudança física. É importante ressaltar que, desde então, a pescaria cooptava um número grande e considerável da força de trabalho; atualmente, a atividade tem sido encarada como uma prática menor ou paralela da força de trabalho assalariado de outras profissões. Como consequência, a dificuldade de sobrevivência decorrente da falta de perspectiva tem deixado a pesca artesanal de lado como principal meio de sobrevivência; nada mais é que uma estratégia que se apresenta à árdua tarefa de garantir o sustento de milhares de famílias (MACHADO, 2009).

4.6 Marginalização das atividades pesqueiras

Costa (2007) relata o estágio da marginalização da atividade da pesca artesanal em consonância a sua representatividade, que são as cooperativas pesqueiras, sendo uma situação perversa que obriga o pescador a enfrentar dupla marginalidade, na qual a primeira causa vem do determinante geográfico — visto que pescadores habitam e exercem suas atividades às margens dos rios, oceanos e lagoas — e a segunda, das imposições de ordens estruturais e conjunturais que incidem na carência de organização associativa capaz de libertar da marginalidade socioeconômica, ainda bem visível atualmente (MALDONADO; SANTOS, 2006, p. 326).

Torna-se importante adentrar na questão da marginalização dentro do contexto da pesca artesanal, com questionamentos pertinentes e, logicamente, com embasamento teórico, de modo a não deixar transparecerem várias dúvidas. Logo, vem a questão principal: de onde vem a desigualdade e o que a produz?

Souza (2006) explica que ela parte do pressuposto que, para a compreendermos, precisamos entender primeiramente como se estrutura o mecanismo de dominação simbólica

específico do capitalismo ou do racionalismo ocidental. Na tentativa de deixar mais claro, o autor diz que é necessário entender como em uma sociedade moderna é construída uma hierarquia social legítima, nesse caso, do valor diferencial dos seres humanos, sendo esse o ponto crucial. Ainda alerta, mesmo sendo teórico, que o tema exige atenção e conhecimentos de especialistas, pois é visível como muitos adeptos do populismo teórico ou mesmo do “basta olhar a realidade para ver o que imagina ser”. De tal modo, a sociedade moderna baseia-se na pressuposição de igualdade, contudo, a desigualdade tem de ser legitimada, normalmente, como quase sempre acontece, e somente a perspectiva genética permite revelar o componente “arbitrário” e “contingente” de uma realidade que, depois de institucionalizada e “naturalizada” na consciência cotidiana, tem suas origens esquecidas.

Entretanto, a sociedade moderna esquece também o que vem a motivar nosso comportamento e nossa vida. A questão genética e histórica, e ao mesmo tempo teórica, leva o autor a uma pergunta principal e que deve ser esclarecida e respondida, que é: como se produz a legitimação da desigualdade em sociedades cuja a integração social vive da ilusão da igualdade?

A ‘gênese’ da ‘hierarquia moral’ que comanda a forma como a classificação e a desclassificação social são produzidas no capitalismo é importante por conta disso, para retirar a aparência de ‘naturalidade’ acerca dos princípios sociais que conduzem sem que nos demos conta disso. O ocidente nasce, na sua especificidade em relação a outras formas civilizatórias concorrentes, por exemplo, a hindu e a chinesa imperial, por produzir uma ética de trabalho baseada na oposição alma/corpo. Essa ‘escolha’ cultural, que acarreta uma ‘hierarquia moral’ extremamente singular, é contingente e arbitrária. Poderia ser outro princípio social regulador como efetivamente aconteceu nas culturas orientais que se constituíram paralelamente ao ocidente, como Weber estudou na sua sociologia da religião. (SOUZA, 2006, p. 142).

Segundo Cordell (1989), comunidades pesqueiras tradicionais localizadas ou mesmo espalhadas em mangues são normalmente marginalizadas socialmente. Em contrapartida, ou melhor, de certa forma, o mangue merece a reputação de ponto de não retorno-refúgio dos marginalizados, também podendo ser dos catadores de caranguejos, dos sem-terra e sem raízes, ou seja, um lugar onde aquele que não tem para onde ir sempre pode encontrar um marisco ou um peixe miúdo para comer e manter-se vivo. Porquanto, a princípio, é de difícil compreensão enunciar como grupos sociais politicamente fracos de pescadores de canoa possam manter grandes áreas de espaços costeiros, que distintas leis definem como sendo propriedade comum. Nesse âmbito, o autor propõe que se deve investigar como os pescadores legitimam suas demandas de apropriação de recurso na ausência de qualquer medida legitimadora, isto é, aquelas vindas de fora das comunidades, e também o que ocorre aos direitos tradicionais quando os mercados modernos, juntamente com as forças industriais,

penetram nas áreas que antigamente foram banco de pescas isolados.

A pesca local de cerco apresenta interesse especial porque contém uma força e paradoxos ocultos relacionados com o viver e trabalhar nos limites da marginalidade. A sociedade de classes nega aos pescadores a possibilidade de ser proprietários de terra, mas permite-lhes criar, manter, transferir e defender direitos de fora da Lei do Mar oficial. Essas práticas ameaçam os pressupostos centrais do paradigma da propriedade comum, na medida que se refere à natureza da concorrência, filosofias e estratégias de uso entre grupos sociais pobres e a origens dos problemas da pesca predatória em ambientes marinhos. (CORDELL, 1989, p. 3).

Carvalho (2012), à luz dessa temática, aborda que a exclusão social enquanto categoria que, de fato, considera a população que está à margem do progresso econômico e da partilha dos benefícios daí resultantes, e então sujeita a fragmentações e erosões dos laços entre indivíduo, sociedade e Estado. Nesse contexto, o autor deixa patente que os excluídos são os que não têm direito a um rendimento e, por conseguinte, a um trabalho, a uma atividade econômica, à educação, à formação, à saúde e a oportunidades igualitárias. De igual modo, na sequência, explicita que a inclusão apoia-se na aceitação e na valorização da diversidade, isto é, na cooperação entre diferentes e na aprendizagem da multiplicidade, anota que é um processo por meio do qual a sociedade, em suas várias dimensões, adapta-se de maneira a poder inserir ou incluir todos os indivíduos. Em suma, o mesmo autor faz referência que, uma vez considerando o combate à pobreza, assim como à exclusão social, a inclusão é tanto mais efetiva bem quanto mais resulte de um processo com ampla participação das populações, no qual as organizações de base associativa constituem instrumentos de coesão social.

É igualmente importante deixar claro que, quando se fala de exclusão, tende-se a associar a designação de social, ou melhor, entende-se como exclusão da sociedade. Inequivocadamente, é a sociedade como ponto decisório. Eis a questão: que é a sociedade? Evidentemente que a sociedade (seja local, regional, nacional ou global) é constituída por um conjunto de sistemas sociais, alguns dos quais poderão ser considerados como básicos ou essenciais (PERISTA; BAPTISTA, 2010).

Deve-se, porém, notar que tanto os sistemas sociais básicos considerados ou os domínios em que foram agrupados são interdependentes entre si, inclusive sobrepondo-se em alguns casos. A falta de recursos, no mínimo, dificultará o acesso ao mercado de bens e serviços, bem como causará maiores dificuldades no acesso aos sistemas prestadores de serviços, mesmo aos que estão total ou parcialmente protegidos (PERISTA; BAPTISTA, 2010, p. 3).

É necessário ressaltar o seguinte: se as próprias ideias de pobreza e de exclusão social tendem a centrar as atenções dos indivíduos que as experienciam, logicamente que não nos

podemos dar ao luxo de esquecer que sua produção e reprodução social apresentam um componente estrutural importante. Ou seja, se são pobres e/ou excluídos indivíduos concretos, neste caso, sua condição de pobreza e/ou de exclusão constrói-se e reproduz-se principalmente a partir de fatores estruturais que lhe são exteriores e anteriores e que, não obstante, não deixam de os influenciar até o começo da determinação social de seus destinos individuais (DIOGO; CASTRO; PERISTA, 2015).

[...] A forma como a sociedade se organiza em termos políticos e em termos econômicos é determinante. Na dimensão política assume particular importância o estado, como um instrumento produtor, angariador e distribuidor de recursos, bem como o sistema político e as elites (que dominam e gerem o estado a partir do sistema político). Se a forma como os recursos e serviços do estado são distribuídos é objeto de intensas lutas políticas, as elites têm aí um papel central e, por essa via, assumem um lugar cimeiro na decisão de quem é beneficiado (e quem é prejudicado). Portanto, são estas elites que, em boa parte, decidem, criando condições para situações de maior ou menor desigualdade de distribuições de rendimentos, potenciadoras ou mitigadoras da pobreza, e para o maior ou menor acesso a bens e serviços vários e a uma maior ou menor participação da sociedade. (DIOGO; CASTRO; PERISTA, 2015. p. 18).

É preciso raciocinar à luz dessa temática, que nada mais é a “vulnerabilidade”. A vulnerabilidade humana não é um fenômeno novo, mas se vem agravando em consequência da instabilidade financeira e do crescimento de pressões ambientais como as alterações climáticas, que possuem um potencial crescente de minar o progresso no que se refere ao desenvolvimento humano. Todavia, é importante salientar que a maioria das pessoas, no mundo inteiro, é vulnerável em maior ou menor grau a choques, catástrofes naturais, crises financeiras, conflitos armados de diversas naturezas e também transformações sociais, econômicas e ambientais de longo prazo. Ademais, cabe referir que as debilidades econômicas estão a comprometer o contrato social, mesmo nas sociedades industrializadas mais avançadas; com esse acontecimento, país algum está imune ou intocável aos efeitos de longo prazo das alterações climáticas (PNUD, 2014).

Segundo o PNUD (2014), algumas pessoas são mais vulneráveis que as outras; em muitos casos, normas sociais discriminatórias e insuficiências de ordem institucional exacerbam essa vulnerabilidade, deixando determinados grupos privados do apoio familiar, comunitário ou estatal de que precisam para reforçar sua capacidade fazer frente às dificuldades. É importante mencionar esta camada mais afetada, os pobres, a par, por exemplo, das mulheres, dos imigrantes, dos idosos e dos grupos indígenas, que são estruturalmente mais vulneráveis, pois sua insegurança durou por longos períodos. Como se não bastasse, a vulnerabilidade agravou-se e criou divisões de gênero, raciais, étnicas, profissionais e de estatuto social que concretamente não são fáceis de serem superadas.

Identifica-se em Angola a caracterização das categorias sociais que se encontram em situações explícitas de vulnerabilidade. De acordo com Oliveira (2012), essas vulnerabilidades são nomeadamente: a) pequenos agricultores e camponeses; b) analfabetos; c) desempregados; d) crianças de rua e sem abrigos; e) desmobilizados das forças armadas; f) deslocados de guerra; g) famílias monoparentais e h) deficientes físicos.

É verdade que qualquer pessoa inserida nestas categorias sociais está suscetível e exposta a situações de carência, privação e marginalização, condições que posteriormente a levam a uma situação de exclusão social.

De acordo com Da Costa (2008), há diversos tipos de exclusão social, das quais o autor identificou algumas:

- a) Económica - caracterizada pelas más condições de vida ou privações de recursos, com baixos níveis de instrução e qualificação profissional etc.;
- b) Social - mediante a privação relacional, caracterizada pelo o isolamento, ou melhor, em casos assistidos ou mesmo vivenciados por idosos e deficientes;
- c) Culturais - casos como racismos, xenofobia, preconceitos diversos originam esse tipo de exclusão que frequentemente configura falhas simultâneas com os demais sistemas, essencialmente o económico (pobreza), o territorial (“guetização” e degradação habitacional) o emprego (insegurança laboral);
- d) Comportamento autodestrutivo - ligado a alcoolismo, toxicod dependência, prostituição e drogas etc.;
- e) Patológica - relacionada a doenças de ordem psicológica ou mental.

Muitas adaptações positivas desenvolveram-se nas comunidades de pescadores que, de alguma forma, compensam parcialmente as pressões da pouquidade e da exclusão social. Todavia, por meio das cadeias de relacionamentos pessoais, juntamente com as de parentescos, os pescadores apoiam-se mutuamente, portanto, a cooperação e a reciprocidade são elementos essenciais que ajudam no combate à carência de alimentos, na construção de habitações, bem como no provimento de roupas e remédios, e também facilitam a necessidade constante de reparo nas embarcações (CORDELL, 1989).

A sociedade de classes nega aos pescadores a possibilidade de ser proprietários de terra, mas permite-lhes criar, manter, transferir e defender direitos de pesca fora da Lei do Mar oficial. Essas práticas ameaçam os pressupostos centrais do paradigma da propriedade comum, na medida em que se refere à natureza da concorrência, filosofias e estratégias de uso entre grupos sociais pobres e às origens dos problemas da pesca predatória em ambientes marinhos. (CORDELL, 1989, p. 3).

Não obstante, o MPA (ANGOLA, 2013) aponta e realça essa marginalização dentro da integração das políticas nacionais, sendo esta limitada quanto ou face à irradiação da pobreza em detrimento da indústria de energia e de óleo e gás, que é foco principal de políticas e incentivos no desenvolvimento do país.

4.7 Políticas públicas

É nítida a falta de políticas voltadas para esses trabalhadores, embora haja políticas públicas e plano de desenvolvimento a ser cumprido até 2017, estes estão distantes dos anseios das comunidades, que passam por problemas socioeconômicos de diversas naturezas. Com políticas incipientes, compromete-se o desenvolvimento das comunidades que fazem da pesca artesanal seu meio de subsistência.

Angola é um país em transição, tanto em direção a uma economia de mercado quanto a um sistema político democrático. Em ambas áreas ainda há muitos desafios que exigem atenção. O índice de transformação da Fundação Bertelsmann, que classifica os países de acordo com o seu estágio de democracia e economia de mercado, bem como de gestão política, coloca Angola em 83º lugar dentre os 128 países em desenvolvimento e em transição analisados. Além disso, a capacidade institucional e a governação precisam melhorar exponencialmente. Angola alcançou 44,1 dos 100 pontos possíveis no índice de governação africana Mo Ibrahim de 2011, ocupando o quadragésimo lugar no continente. Os indicadores de Governação do Banco Mundial (WGI na sigla em inglês) mostram que, embora tenham havido avanços, muito permanece por fazer. O cenário político angolano foi descrito como ‘congelado porém estável’; existem certos fatores que, se não forem tratados adequadamente, poderão vir a provocar certa instabilidade. (UNCTD, 2013, p. 2).

Entretanto, para alterar essa percepção é necessário repensar o valor social atribuído aos diferentes tipos de atividades, isto é, de forma a compreender porque umas são mais importantes que outras. É importante dizer que a mudança deve começar oportunamente no emprego do termo pesca, que deve ser usado para aludir a todas as atividades que constituem e compõem o sistema econômico pesqueiro que ocorrem em espaços distintos, como áreas costeiras ou interiores (pesca continental) (ALENCAR, 2013).

Vale destacar que Dowbor (2015) faz um ensaio e uma abordagem dos setores produtivos importantes, como os de produção material, infraestrutura, serviço de intermediação, que apontam como forma exitosa para o funcionamento dos mesmos e limites facilitadores que devem ser, e frequentemente são, os intermediários, isso na existência de um elemento-chave, o modo vital para o funcionamento dos três setores supracitados, que são as

políticas sociais: saúde, educação, cultura, lazer, habitação social e segurança, setores que trazem em comum o fato de constituírem investimentos nas pessoas.

A visão de longo prazo do Ministério das Pescas é a promoção de pescarias sustentáveis e responsáveis. São planejadas investimentos para a renovação de Angola, frota de pesca pequena e obsoleta. O treinamento em Angola é insuficiente, com apenas uma escola de nível médio na província do Namibe e Luanda, CEFOPESCAS. O ministério planeja construir escolas de nível básico em Cabinda, Zaire, Benguela, e Kuanza Sul; nível médio em Luanda e na província de Benguela. Uma academia de pesca da província de Namibe também foi planejada. O plano diretor de pesca e aquicultura estabelece um programa de capacitação para alta, média e em níveis básicos para os setores público e privado em assuntos relacionado ao setor pesqueiro. (KONDA, 2008, tradução nossa).

Salienta-se ainda que, com a complexidade cada vez maior das atividades econômicas e das profissões, as políticas sociais sobrepõem-se como condição prévia para o melhor funcionamento de todos os setores, principalmente nomeadamente o social.

No entanto, para a atividade aqui estudada, podemos adentrar em um eixo e em vertentes considerados importantes, senão as mais pontuais neste estudo, que são as várias dificuldades enfrentadas por essa comunidade pesqueira.

O arrasto de embarcações de pesca industrial nas áreas delimitadas para atividade de pesca artesanal leva consigo as redes dos pescadores artesanais. Entretanto, nesse conflito, os pescadores estão sujeitos a tais problemas, uma vez que na pesca marítima há um grau alto de imponderabilidade, de risco pela própria natureza, em outro momento, pelo fato conhecido de o próprio mar ser bem comum e de livre acesso, até mesmo em certos e vários casos em que a existência de mecanismos de controle sobre o “território marítimo” por transmissão hereditária ou comunitária de locais de pescas considera-se sempre ser uma atividade bastante oscilante e imprevisível (DIEGUES, 1999).

Podem-se verificar ainda, na mesma comunidade, problemas relativos à falta de higiene e de instalações sanitárias, má gestão dos recursos da pesca, falta de lojas de materiais de pesca, bem como falta de crédito para financiamento da atividade pesqueira. Problemas que ameaçam a subsistência dessas famílias e também a própria simbologia cultural da comunidade. Ainda há o abandono da atividade pesqueira pela população mais jovem, que migra para outras áreas em busca de melhores oportunidades, principalmente para as zonas urbanas.

Lima (2002) explicita que esse fenômeno migratório está relacionado a mudanças como a carência permanente de infraestrutura e de emprego, a falta de material de pesca e a noção empírica sobre pesca. Daí a emigração constitui a resolução das dificuldades, eis a descrição:

a) Emprego: é patente a insatisfação dos pescadores quanto à ausência de leis

trabalhistas na atividade de pesca. Entretanto, essa mesma ausência, se comparada com a já existente do trabalho formal, não os garante nas condições de velhice, segurança no trabalho e aposentadoria;

- b) Carências infraestruturais: a carência e a precariedade de objetos e serviços urbanos, como praças, comércio especializado, prestação de serviços bancários, assistência médico-hospitalar, abastecimento de água; nota-se ainda que tais carências impelem, por vezes, o pescador a uma localidade que possua mais e melhores equipamentos urbanos na ânsia de desfrutar deles;
- c) Materiais de pesca: nesse ponto, são notórias as dificuldades de aquisição motivadas pela baixa capacidade ou poder financeiro dos pescadores, o que se explica pelo baixo rendimento obtido com a venda do pescado. Ademais, na decorrência da existência desigual do sistema de partilha, pelo qual os pescadores sentem-se insatisfeitos por terem consciência de que, mesmo sendo fundamentais no processo produtivo pesqueiro, recebem muito pouco;
- d) Noção empírica da sobrepesca: os pescadores atribuem a carência do pescado à pesca predatória de modalidade industrial adjacente a sua área de pesca. Nesse sentido, reclama-se da falta de fiscalização rigorosa nas áreas destinadas à captura dos dois setores, o artesanal e o industrial. Claramente, o pescador tende a perceber que a diminuição dos estoques ou da produção pesqueira está intimamente ligada à pesca industrial.

Vale destacar, de acordo com Massena et al. (2014), o fato de os jovens não estarem envolvidos de forma ativa com a pesca, digamos diretamente, o que poderá proporcionar uma ruptura no ciclo de transmissão de saberes, ou seja, interrompe-se, na comunidade, a transmissão do conhecimento de pesca aos jovens, de forma que a continuidade da prática da atividade pesqueira fica comprometida.

A falta de organização política deixa-os sem voz frente aos fatores de expulsão e livres para migrar. Ao pescador resta a esperança de melhorar as suas condições de vida migrando para a cidade. Tal projeto surge a partir do momento em que a infraestrutura de seus locais de origens e as condições de trabalho são comparadas com outras localidades [...] as expectativas ao serem definidas, a saída do migrante se faz de maneira organizada, pois utilizam como mecanismos para transferirem-se para a cidade, informações prévias sobre o local e deslocam-se com as pessoas com quem obtiveram as informações. (LIMA, 2002, p. 116).

A atividade da salga do peixe, desempenhada por mulheres, tornou-se menor; todavia, só os peixes menores são salgados e secos. Por outro lado, a pesca tem sido cada vez menos produtiva por conta das capturas ilegais, dos furtos dos materiais de trabalho (redes) e da

proliferação da pesca industrial em grande escala. A época que marca cadência para os meios de subsistência das famílias da comunidade pesqueira ocorre de maio a setembro, período que corresponde à estação alta, quando os barcos saem todas as manhãs. Já nas épocas de estação baixa, quando a economia desaquece por causa do baixo nível de atividade, os pescadores são forçados a migrar para outros lugares de pesca onde, por conseguinte, criam uma segunda família, o que faz com que a primeira família tenha de prover sozinha suas necessidades (ANGOLA, 2013).

Há que se dar respaldo à segurança alimentar, aspecto em que a indústria da pesca contribui significativamente. Atualmente, cerca da metade da população depende do setor pesqueiro para sua subsistência, principalmente da pesca artesanal; logo, a pesca artesanal angolana é vista como ferramenta econômica para aliviar a pobreza e a marginalização de numerosas pessoas que vivem em estado crítico de pobreza. Em 2003, o governo adotou uma estratégia de redução de pobreza, e um dos fundamentos do programa refere-se à segurança alimentar e ao acesso adequado à alimentação. Para tal fim, o setor pesqueiro precisa introduzir o HACCP/ISSO 22000 (Certificação da Segurança Alimentar); a implantação do sistema nacional de inspeção para produtos da pesca, bem como outros programas de trabalho, é planejada em colaboração com os setores pesqueiros industriais e com as comunidades pesqueiras tradicionais, de modo a melhorar as condições do processamento do peixe e a qualidade final dos produtos. Esses esforços e medidas visam reduzir as perdas pós-colheita e aumentar a disponibilidade de peixe para consumo humano (KONDA, 2008).

4.8 Governança da pesca e dos recursos naturais

É importante, neste quesito, abordar a temática com relação à política vigente na governança dos recursos naturais, fazendo-se obviamente menção aos demais recursos existentes. De acordo com Du Preez (2009), as teorias de governança de recursos naturais apresentam riscos de perder de vista os recursos específicos de diferentes áreas. Assim como minerais e petróleo, os peixes têm potencial de contribuir para o desenvolvimento econômico. Entretanto, como uma indústria, a pesca é uma área que exige mais trabalho intensivo que o setor da mineração, isto é, considerando que, globalmente, o setor pesqueiro em larga escala emprega cerca de 500 mil pescadores, sendo que a pesca artesanal emprega diretamente mais de 50 milhões de pescadores, que apoiam pelo menos 450 milhões de dependentes.

De fato, isso só vem atestar a contribuição massiva das pescarias, e particularmente da pesca artesanal de pequena escala, aos meios de subsistência locais. Sabe-se que, ao contrário dos minerais e do petróleo, o peixe é um alimento; o setor, portanto, contribui diretamente para a segurança alimentar na África. É um recurso renovável, se administrado de forma sustentável.

De acordo com o art. 16 da Constituição da República de Angola, consta do título e princípios fundamentais:

Os recursos naturais, sólidos, líquidos ou gasosos existentes no solo, subsolo, no mar territorial, na zona económica exclusiva e na plataforma continental sob jurisdição de Angola são propriedade do Estado, que determina as condições para a sua concessão, pesquisa e exploração, nos termos da Constituição, da lei e do Direito Internacional. (ANGOLA, 2010).

Segundo Begossi (2004), há muitos paralelos entre a ecologia e a economia; isso se explica por ambas procurarem determinar a melhor maneira de alocar recursos. Na ecologia, indivíduos procuram dispor sua energia e seu tempo da melhor forma para obter recursos (alimentares, de abrigo, de reprodução); na economia, procura-se alocar da melhor forma os recursos financeiros dentro de um orçamento limitado.

Devemos enaltecer o passado e estar cientes de que, desde muito cedo, ou seja, dos primórdios, todas as civilizações antigas foram fundamentadas na biomassa, isso porque todas elas dependiam quase exclusivamente de produtos da biomassa para sua vida material, como alimentos, ração animal (até nos dias de hoje é comum), combustível, fibras para vestimentas, madeira para construção de moradias ou abrigo, plantas curativas ou medicinais. Ademais, é fundamental deixar claro que milhões de “pessoas dos ecossistemas”, habitantes das florestas e população rural, desencadeiam lutas por sua subsistência nos ecossistemas próximos, comumente de maneira criativa e com base em conhecimento profundo sobre as ocorrências da natureza (SACHS, 2002).

[...] as populações utilizavam plantas nativas, animais e minerais, que eram transformados em ferramentas, vestuário e outros produtos. Os resíduos ou materiais excedentes de cada processo eram simplesmente descartados. Durante muito tempo, esse comportamento se mostrou bastante razoável, já que a população era pequena e podia se deslocar para novos locais. O ambiente se encarregava de absorver os resíduos descartados pelo homem, de forma que eram mínimos os impactos causados ao meio, podendo ser atribuídos à falta de poder para alterar o ambiente, já que não havia percepção do impacto. A produção, por mais primitiva que fosse, era sempre constituída por um sistema aberto, com fluxo linear de materiais. Minerais e metais empregados, por exemplo, para a fabricação de ferramentas, moedas e armas, foram usados por séculos. Na era pré-industrial, a antroposfera poderia ser considerada em equilíbrio com os demais elementos do sistema natural, e a humanidade, considerada parte do ecossistema natural. Por este motivo, lidar com resíduos provenientes da produção de bens e serviços sempre foi, historicamente, considerado antieconômico, principalmente porque havia espaço suficiente para descartar o volume de lixo e resíduos e não havia limitação para matérias-primas.

(GIANNETTI; ALMEIDA, 2006, p. 16).

Diante desta visão, Sachs (2002) argumenta que não se trata de retroceder aos modos ancestrais de vida, mas transformar o conhecimento dos povos dos ecossistemas, decodificado e recodificado pelas etnociências, o que virá a ser um ponto de partida para *a invenção de uma moderna civilização de biomassa*, a ser posicionada em ponto completamente diferente na espiral do conhecimento e do progresso da humanidade. A principal alegação é que tal civilização consiga minorar o enorme débito social acumulado com o passar dos tempos, ao mesmo tempo que possa reduzir a dívida ecológica.

Há evidências de que a pesca artesanal pode ocasionar redução no estoque de peixes explorados, especificamente com relação aos peixes piscívoros de grande interesse comercial, o que pode alterar o restante do ecossistema marinho, como já constatado tanto em recifes marinhos tropicais e subtropicais como no lago Vitória, situado na África, entre Uganda, Tanzânia e Quênia. Portanto, tais estudos indicam a necessidade urgente de se fazer o manejo da pesca artesanal, ou melhor, que tais estratégias sejam elaboradas e impostas por uma instituição governamental, nacional, competente e comprometida. Inversamente, o manejo imposto por instituições de governo que de algum modo desconsiderem as comunidades de pescadores artesanais, que possuem maior dependência e conhecimento sobre os recursos pesqueiros locais, fruto de seu espaço endógeno, muitas vezes se mostram inapropriados (SILVANO, 2004).

Ao retratar as governanças de recursos naturais, é necessário adentrar o conceito de desenvolvimento sustentável. Buarque (2008) relata que este resulta do amadurecimento das consciências e do conhecimento dos problemas sociais e ambientais, bem como as diferentes disputas diplomáticas observadas constantemente e as várias formulações acadêmicas, que, no âmbito técnico, têm sido pauta ativa nas três últimas décadas, com críticas ao economicismo e defesa do respeito ao meio ambiente e às culturas.

É preciso frisar que há um confronto de paradigmas que se manifesta de diversas maneiras, podendo ser chamado de conflito aberto, integração e coexistência reformista, que, porém, não está ainda resolvido; sua superação não se conhece ainda. Por conseguinte, é notória a existência de um novo paradigma no qual começa a transparecer claramente, diante do fracasso do modelo tecnocientífico, que se traduz no esgotamento dos combustíveis fósseis, na contaminação do planeta com materiais tóxicos e não recicláveis e pela exclusão social, aumentando o fosso entre países ricos e pobres, refletindo-se entre as classes abastadas e classes desfavorecidas. Nesse compasso, o esbanjamento, o desperdício e a poluição na

biosfera são a certeza que estamos levando o planeta a graves crises ecológicas e sociais, como mudanças climáticas, desertificação, desflorestamento, diminuição da biodiversidade, restrição da água potável e aumento devastador das pegadas ecológicas, o que interfere e expõe a grave crise do capitalismo (RODRIGUES, 2011).

Ainda na visão de Rodrigues (2011), há outro paradigma, em que a ecotecnologia troque a tecnociência esgotada, em que a tecnosfera dê espaço a uma ecotecnosfera, reciclável e renovável; tal paradigma é indispensável e necessário para acompanhar a luta pela justiça e pelo bem-estar das populações; caso contrário, a sociedade consumista permanecerá esgotante, manipulável e apenas reativa.

Ademais, o estudo de ecologia humana é extremamente apropriado quando se trata de analisar as diversas interações entre as populações humanas e os recursos naturais, ou melhor, o contato direto com os recursos naturais; conseqüentemente, a observação diária desses recursos aquáticos e da vegetação são relações ecológicas em seu sentido estrito. Conforme adentramos os ambientes urbanos, os recursos deixam de ser adquiridos diretamente da natureza, fazendo com que as relações sejam tipicamente mais econômicas que ecológicas (BEGOSSI, 2004).

O relatório anual do PNUD (2011), dedicado ao desafio do progresso sustentável e equitativo, apresenta dupla perspectiva, o que demonstra como a degradação ambiental intensifica a desigualdade por meio de impactos adversos em pessoas que já se encontram situações precárias e desfavorecidas e como as desigualdades no desenvolvimento humano agravam a depredação ambiental. Entretanto, de forma a responder de maneira satisfatória tal situação conflituosa, recorreremos ao conceito de desenvolvimento humano, que consiste em alargar as escolhas das pessoas, ou seja, baseia-se na partilha dos recursos naturais. Porém, a promoção do desenvolvimento humano exige a revisão da sustentabilidade, seja em nível local, nacional e global, o que pode e deve ser realizado conjuntamente por meios equitativos e promotores de capacitação.

O desenvolvimento humano consiste no alargamento das liberdades e capacidades das pessoas para viverem vidas que valorizam e que têm motivos para valorizar. Trata-se de alargar as escolhas. As liberdades e capacidades constituem uma noção mais alargada do que a de necessidades básicas. Muitos fins são necessários para uma 'boa vida', fins que podem ser valiosos — tanto intrínseca como fundamentalmente — podemos valorizar a biodiversidade, por exemplo, ou a beleza natural, independentemente da sua contribuição para os nossos padrões de vida. (PNUD, 2011, p. 7).

De igual modo, é importante a coparticipação dos pescadores artesanais e dos demais membros da comunidade pesqueira, visto que são essas pessoas que detêm as regras sociais e estratégias ou até mesmo práticas peculiares de pesca que podem favorecer a conservação dos

recursos pesqueiros a seu favor, bem como a territorialidade e o manejo comunitário de recursos.

Para que as medidas de manejo pesqueiro possam contemplar efetivamente tanto peixes como as sociedade humanas que deles dependem, são necessárias informações sobre as características da pesca artesanal: espécies exploradas, estratégias de pesca empregadas e a realidade socioeconômica dos pescadores. No entanto, tais informações são ainda pouco conhecidas para muitas das pescarias artesanais tropicais e subtropicais. (SILVANO, 2004).

4.9 Funções e responsabilidades dos diferentes intervenientes na cadeia de abastecimento

Com Decreto Presidencial nº 226/12, de 3 de dezembro (ANGOLA, 2012), que aprovou o estatuto orgânico do Ministério das Pescas, surge a Direção Nacional de Infraestrutura e Indústria da Pesca (DNIIP), instituição central, definida como autoridade competente com responsabilidades diretas e específicas no âmbito das condições e das práticas sanitárias e de higiene, abastecimento, manuseamento, conservação, distribuição e venda dos produtos da pesca; cabe salientar que o ente não logrou ser o que se pretendia; a fiscalização é quase inexistente. A DNIIP tem ainda as seguintes atribuições, responsabilidades e funções: concepção, direção, controle e execução da política de infraestruturas especializadas de apoio à pesca, transformação, distribuição e apoio à organização e ao funcionamento das redes de comercialização e pesquisa de mercados internos e externos dos produtos da pesca e da aquicultura (ANGOLA, 2012).

A Direção Nacional das Pescas e Proteção dos Recursos Pesqueiros (DNPPRP) centraliza suas atribuições, responsabilidade e funções na concepção, direção, controle e execução da política pesqueira e de proteção e desenvolvimento dos recursos pesqueiros.

O IPA é responsável pela realização das ações de promoção e apoio ao desenvolvimento da pesca artesanal e da aquicultura; já o Instituto Nacional de Investigação Pesqueira (INIP) promove investigação técnico-científica e tecnologia para apoio e desenvolvimento da pesca, integrando o laboratório para o controle de qualidade dos produtos da pesca artesanal.

O Instituto Nacional de Apoio à Indústria Pesqueira e Investigação Tecnológica (Inaipit) fornece apoio ao desenvolvimento da atividade industrial, centrado no processamento e na transformação de produtos da pesca e da aquicultura (SILVA; COSTA, 2013).

4.10 A mulher na atividade pesqueira

A atividade feminina ocorre no meio rural, fruto de várias manifestações culturais e com diferenças notáveis em relação aos espaços urbanos. Não é de se admirar que o presente estudo centre-se em uma comunidade rural com suas especificidades e vivências marcantes.

Nas comunidades rurais, a mulher constitui o suporte da vida familiar e doméstica, cabendo-lhe responsabilidades no domínio da educação das crianças, dos proventos do agregado familiar e, de forma geral, da gestão da vida doméstica. Não obstante, sua existência pauta-se por uma grande invisibilidade social, exatamente quando não é chamada a participar ou intervir nas questões decisivas da vida comunitária (COSTA, 2017).

A questão de gêneros é importante e algo problemática, principalmente nas questões referentes à inserção social e a preconceitos ainda enfrentados. A presença das mulheres na pesca acrescenta demandas novas aos arranjos produtivos e à reprodução social do segmento em análise. A condição do gênero emerge da pesquisa como é retratado no segmento concreto da divisão social e técnica do trabalho (ALENCAR, 2013).

[...] o gênero, ao extrapolar a diferença anatômica e biológica entre os sexos, agrega outras diferenças – no âmbito econômico, político, social, cultural ou étnico –, que engendram formas de pensar e agir, escolhas, interesses, espaços posicionais e ocupacionais, trajetórias e vivências distintas para homens e mulheres, em cada sociedade ou época. Em outras palavras, o gênero é um produto social, que se constrói na temporalidade. Seu caráter relacional concebe identidades e subjetividades sexuadas, as relações de gênero modelam papéis, atributos e hierarquias de gênero que se reproduzem nas práticas da vida cotidiana. (DELGADO; TAVARES, 2012, p. 82).

No meio rural angolano, registra-se uma forte hegemonia da tradição cultural, motivo por que hábitos e costumes locais têm sido preservados, entre os quais os ritos de iniciação, que contribuem não somente para a diferenciação dos papéis sexuais, como também para a inferiorização social das mulheres. Portanto, tais preceitos são reforçados por lógicas de dominação masculina, com vista a naturalizar a submissão das mulheres (COSTA, 2017).

Segundo Nascimento (2014), apesar da crescente participação da mulher angolana na renda e nos recursos familiares, há a sensação de que esta não vem acompanhada de participação na esfera pública de decisão e da gestão comunitária. É evidente que as autoridades oficiais ou líderes locais não reconhecem o papel essencial das mulheres, isto é, independentemente das razões que as levaram a migrar (migrações forçadas ou espontâneas; pelas guerras e demolições de casa ou fatores familiares, econômico e falta de infraestrutura social), não se privilegia a criação de estruturas de proteção específicas.

Nota-se que a atividade pesqueira é tida como uma prática fundamentalmente masculina; na realidade, nas comunidades pesqueiras há uma divisão social do trabalho por gênero, e muitas mulheres sobrevivem da pesca por outras modalidades, como a mariscagem, por exemplo, mesmo sendo tal atividade considerada de menor prestígio no processo piscatório. Ademais, as mulheres dispõem somente de mangues costeiros como espaço de trabalho e fonte de sustento ou mesmo rendimento, por causa, em parte, de sua exclusão da pesca em alto-mar (FIGUEIREDO; PROST, 2014).

Na sociedade capitalista e patriarcal, que oprime e explora as pessoas de todas as formas, mulheres sentem o peso das imposições sociais, dentre as quais, as relacionadas ao trabalho têm grande relevância, visto que a maior preocupação do sistema é com a atividade produtiva, de onde vem o acúmulo do lucro através da exploração do trabalho. Onde grande parte do trabalho desenvolvido pelas mulheres, dentre deles o doméstico, é considerado improdutivo (ou não produtivo), mesmo esta atividade sendo essencial para a sanidade social e o desenvolvimento de indivíduos saudáveis e economicamente ativo. (ALMEIDA, 2016, p. 24).

Há uma pergunta norteadora para entender debate a respeito da presença feminina na pesca, questão sobre a qual Costa (2017) reflete: a mulher ajuda ou trabalha? Evidentemente que tal discussão suscita diversas outras relacionadas, porém, após estudada uma comunidade pesqueira, constatou-se que as mulheres, embora tenham consciência da importância de seus trabalhos na pesca, algumas vezes classificam esse mesmo trabalho como sendo “ajuda”, ou melhor, nem sempre elas visualizam seu próprio trabalho como sendo protagonista, visão que acaba por reforçar a ideia de “ajuda” nas atividades desenvolvidas pelas pescadoras. Já em outra instância, as mesmas atividades desenvolvidas por homens que pescam juntos não se enquadram na mesma categoria.

O mar, tanto o de-fora como o de-dentro, é o ambiente de trabalho masculino por excelência, não se permitindo o emprego da atividade feminina na pesca embarcada. Ao longo do tempo, as mulheres foram catadeiras ou marisqueiras. Junto com os seus filhos e filhas ocuparam as margens das regiões estuarinas, dos rios ou dentro dos mangues, com a pesca da ostra, siri, sururu e mariscos de modo geral. (RAMALHO, 2006, p. 29).

Figueiredo e Prost (2014) relatam que a mariscagem tende a ser atividade predominantemente feminina; não obstante, esta pode ser considerada uma atividade pertencente à pesca artesanal, pois se caracteriza por ser uma prática de baixo impacto ambiental e realizada com utensílios rudimentares, confeccionados manualmente pelas próprias marisqueiras. Entretanto, é preciso elucidar as diferenças que se dão entre pescadores e marisqueiras, principalmente no uso do espaço, que é diferente nas distintas artes de pesca. A mulher participa igualmente da cadeia produtiva da pesca realizada por homens, visto que é ela quem trata do pescado trazido do mar e é quem normalmente vai comercializá-lo nas

feiras, assim como lhe cabe a confecção de parte dos instrumentos e o preparo da alimentação que vai a bordo.

Beck (1991) corrobora o exposto acima. Quanto à divisão social do trabalho em comunidades pesqueiras, nota-se que a mulher e o homem são objetos de representações que os colocam em oposição e, ao mesmo tempo, os complementam; logo, o mundo do homem é o da produção, o mundo do trabalho.

Soares (2011) retrata de forma pontual as dificuldades e as barreiras no reconhecimento da presença das trabalhadoras — relacionadas direta ou indiretamente às atividades pesqueiras — e, conseqüentemente, acaba por negar sua participação na atividade. Em boa hora, são indicados procedimentos para a superação desses problemas, como a participação dos órgãos de representatividade que possam salvaguardar os interesses e direitos das mulheres envolvidas com a pesca artesanal.

Por outro lado, vale dizer que a pesca embarcada, tanto estuário quanto no mar, é um trabalho, por excelência, masculino, no qual não se permite a participação feminina devido às representações de que a mulher não possui força física suficiente; de que deve ficar em terra cuidando da criação dos filhos e filhas; de que a presença dela em uma embarcação repleta de homens “não daria certo”, entre outras coisas. Diante disso, coube às mulheres, no decorrer dos anos, o papel de catadeira, coletora ou (como é mais conhecida) marisqueira, junto com os filhos e filhas às margens das regiões estuarinas, dos rios ou dos mangues, na pesca da ostra, marisco, siri, sururu, etc. (RAMALHO, 2007, p. 110).

Beck (1991), fazendo o enquadramento entre gêneros nas atividades, frisa que o mundo do trabalho é masculino, público, ou seja, é o espaço aberto da roça e da praia; por outro lado, o mundo feminino é o doméstico, ou melhor, o espaço fechado da casa/quintal e da criação. Nesse âmbito, quando a mulher procura um trabalho fora da residência, isso ocorre comumente no interior de outras unidades domésticas que não sejam a sua, na qual normalmente o trabalho é a reprodução da rotina de sua própria casa. Contrariamente, o homem quando trabalha fora da comunidade o faz no espaço aberto do mar e da rua.

As mulheres no trabalho doméstico não vendem seus serviços em troca de um salário, sendo assim, seu trabalho mesmo não sendo caracterizado pela leitura clássica marxista da produção de valor, constitui como base fundamental do desenvolvimento das forças produtivas, e o lar o local de reprodução. (ALMEIDA, 2016, p. 25).

Segundo Maneschy e Escallier (2002), quando a mulher assume um trabalho fora, não só demanda mais esforços individuais ou grupais, mas geralmente fomenta a oposição dos cônjuges, desse modo, à inversão de valores culturais atinentes aos papéis sexuais no sustento do seio familiar; a isso acrescenta-se a insegurança dos homens no mar quanto à mobilidade de “suas” mulheres em terra. Ademais, tais fatores convergem, portanto, no sentido de

reforçar a posição subalterna das mulheres, nomeadamente nos planos econômico, social e político. As autoras, de forma enfática, reforçam que a alternativa é o não assumir outros trabalhos além dos domésticos, por outra vertente, vivida como liberdade por algumas, mesmo conscientes e em seu posicionamento pleno de que a relação custo-benefício do trabalho “extra” compensa muito pouco, a alternativa aqui em destaque; na maior parte das vezes, somente contribui para substanciar seu isolamento com o silêncio.

Antes de adentrar propriamente na questão da pesca na África, especificamente na África Ocidental, onde países como Senegal, Costa do Marfim, Benim, Serra Leoa, Guiné-Conacri, Gana e Mauritânia tiveram grande enfoque nas duas últimas décadas com apoio de ONGs e doadores extremamente interessados nessa região, é preciso ressaltar que isso ocorreu, em grande parte, por conta da intensificação do comércio inter-regional e com a União Europeia. Entretanto, foram surgindo discussões e abordagens acerca da participação e das condições de trabalho a que as mulheres estão sujeitas no enfrentamento das atividades pesqueiras e nas necessidades de melhorar essas condições, principalmente das mulheres envolvidas no processamento e na venda do pescado.

Porém, na África Subsaariana, em países como Angola e Namíbia, a pesca constitui a fonte de subsistência de grande parte da população costeira, mas a atenção raramente é voltada para as mulheres que participam na atividade e a ela se dedicam. As mulheres realizam a compra do pescado proveniente das embarcações e responsabilizam-se pela limpeza e pelo processamento, além da venda de peixes frescos, salgados, secos e cozidos (RAEMAEEKERS; SUNDE, 2015).

De modo a dar mais respaldo à educação, devemos nortear com a educação tradicional comunitária, o que não tem dado resposta significativa, ou melhor, não tem sido abordada na perspectiva da construção da identidade nacional e da cidadania democrática, simplesmente atribuindo-se, em geral, uma função de enraizamento cultural. Isso significa que essa educação está arraigada na educação tradicional africana (ETA), na qual o princípio basilar é a diferenciação do gênero. Ademais, esse procedimento é alvo de críticas à luz do princípio da igualdade de direitos, mas não se pode ignorar o potencial da ETA quanto ao resgate da identidade do povo angolano como *Bantu* (COSTA, 2017).

Segundo o PNUD (2015), as assimetrias deixam as mulheres em desvantagem no mundo do trabalho, seja este remunerado ou não. Nos dois mundos do trabalho — o remunerado e o de prestação de cuidados não remunerado — existem ainda grandes desequilíbrios no domínio do gênero, o que é reflexo dos valores locais, das tradições sociais e dos papéis históricos associados ao gênero, e, de igual modo, o trabalho de prestação de

cuidados inclui o trabalho doméstico, como o zelo pelo lar de modo geral, de atividades básicas a mais complexas: preparo de refeições para a família, coleta de água e combustível, limpeza da casa, correlacionadas circunstancialmente à prestação de cuidados a idosos e crianças e membros de família doentes, seja em curto ou longo prazo.

É importante assinalar que, na maior parte dos países, em todas as regiões, as mulheres trabalham mais que os homens. Estima-se que a força feminina responda por 52% do trabalho global, e os homens respondam por 48%; contudo, ainda que as mulheres tenham mais da metade do trabalho, a realidade é que estão em plena desvantagem nas duas esferas do trabalho: o remunerado e o não remunerado, à luz de padrões que se reforçam mutuamente. Para que os dados fiquem mais claros, basta dizer que, em 2015, a taxa global de participação na força de trabalho era de 50% para as mulheres e de 77% para os homens. Nota-se que, na escala mundial em 2015, 72% dos homens em idade ativa (com idade igual ou superior a quinze anos) estavam empregados, em comparação com 47% das mulheres. Nesse caso, a contribuição das mulheres para a força de trabalho e taxa de emprego é afetada profundamente por questões econômicas, culturais e sociais pela repartição dos cuidados a prestar no agregado familiar.

Trabalhar fora significa obter ingressos monetários, fundamentais a qualquer comunidade que está se inserindo a uma economia de mercado. A renda não permite que sejam obtidos conforme a necessidade, o que obriga a mulher a buscar no mercado de trabalho e, principalmente, no setor informal um trabalho remunerado que permita a complementação de renda. (BECK, 1991, p. 17).

Deixamos aqui respaldada a presença das mulheres no mercado de trabalho angolano, em que a força ativa de trabalho da população situa-se entre 15-54 anos de idade, chegando assim a 9,4 milhões de pessoas, universo no qual as mulheres representam 50,85%, o que equivale a 46,67% do total da força do trabalho. Nesse caso, a mão de obra eleva-se para 3,75 milhões de mulheres. As Tabelas 2, 3 e 4 ilustram indicadores básicos do tema.

Tabela 2 – Angola: Emprego por setor de atividade econômica (milhares e %)

	2006	2008	% de empregos novos
Agricultura	4.781,13 (84,7)	5.491,29 (82,0)	67,44
Pesca	46,44 (0,8)	164,43 (2,5)	11,20
Petróleo	12,78 (0,2)	15,17 (0,2)	0,22
Diamantes	15,65 (0,3)	16,59 (0,3)	0,08
Outras atividades extrativas	26,13 (0,5)	26,68 (0,4)	0,05
Energia/água	--	2,34 (0,0)	--
Manufaturas	37,26 (0,7)	42,21 (0,6)	0,47
Construção	206,72 (3,7)	240,11 (3,6)	3,17

Serviços de mercado	202,00 (3,6)	334,55 (5,0)	12,58
Setores sociais (setor privado, emprego na educação, na saúde e em outros serviços sociais)	16,53 (0,3)	18,70 (0,3)	0,20
Setores institucionais (emprego no setor público, inclusive na administração pública e defesa, e outros serviços prestados pelo Estado)	261,11 (4,6)	296,11 (4,4)	3,32
Outros	35,98 (0,6)	45,64 (0,7)	0,91
TOTAL	5.642,17 (100)	6.695,32 (100)	1.053,34 (100)

Fonte: adaptado de UNCTD (2013)

Tabela 3 – Angola: Estrutura do emprego por setor e por gênero (2008)

Setor	% Mulheres	% Homens
Agricultura tradicional	70	30
Agricultura comercial	26	74
Indústria	17	83
Construção	11	89
Comércio formal	25	75
Setor informal	70	30
Serviços comunitários	28	72
Educação e ciência	36	64
Cultura e artes	49	51
Administração pública	24,5	75,5
Atenção à saúde	42	58

Fonte: adaptado de UNCTD (2013)

Tabela 4 – Angola: Emprego total e emprego feminino no setor formal (2007)

Setor	Feminino (número de trabalhadoras)	% do total de emprego formal feminino	% de emprego feminino por setor	% de emprego masculino por setor	Total de empregos formais
Agricultura e pesca	23.000	7,69	26	74	88.461
Manufatura e mineração	34.000	11,36	17	83	200.000
Construção	22.000	7,35	11	89	200.000
Comércio, transporte, telecomunicações	72.000	24,06	40	60	180.000

e turismo					
Administração pública e defesa	102.235	34,17	24,5	75,5	417.571
Educação	29.000	9,69	36	64	80.555
Atenção à saúde	17.000	5,68	42	58	40.476
TOTAL	200.235	100,00	24,8	74,2	1.206.508

Fonte: adaptado de UNCTD (2013)

Dois aspectos merecem atenção: primeiramente, é nítido o papel preponderante da agricultura na geração de trabalho no país, representando 82% de todos os empregos; em segundo lugar, a participação das atividades extrativas é reduzida, o que deixa evidente a baixa intensidade de trabalho requerida pelo setor exportador angolano. Uma análise dos dados indica que a estrutura setorial do emprego tende a reforçar cada vez mais o predomínio da agricultura e dos serviços no mercado de trabalho, e o setor da pesca é um fenômeno chamativo e interessante que, por certo, atesta o surgimento de uma nova frente de trabalho no país. Salienta-se que o número absoluto de mulheres trabalhando em outros setores é consideravelmente reduzido, realçando que, na economia formal, o principal empregador dessa mão de obra é o Estado (administrações central e locais) e as áreas tradicionais, com grande propensão em contratar as trabalhadoras em áreas como saúde, educação e outros (UNCTD, 2013).

O trabalho permite que as pessoas garantam a sua subsistência e beneficiem de segurança econômica, o que é fundamentalmente para um crescimento econômico equitativo, para a redução da pobreza e para a igualdade de gênero. viabiliza também uma participação plena na sociedade, conduzindo a um sentimento de dignidade e de valor próprio. O trabalho pode contribuir para o bem público, e o trabalho inerente à prestação de cuidados a terceiros gera coesão social e reforça os laços no seio das famílias e comunidades. (PNUD, 2015, p. 9).

Informações do Ministério de Administração Pública, Emprego e Segurança Social (Mapess) apontam que 93% da população rural depende das atividades informais — basicamente agricultura de subsistência — enquanto 51% da população urbana está igualmente na informalidade; estima-se que a renda gerada pelo setor informal sustente mais de 75% da população angolana. Um bom indicador do grau de informalidade existente é a proporção de trabalhadores autônomos ou de familiares não remunerados que fazem parte do total da mão de obra empregada. Em Angola, em 2009, ambas as categorias representavam 66,2% do total da força de trabalho ativa no país. Entretanto, havia uma discrepância acentuada entre as populações rural e urbana: as cidades totalizavam 43,9% da população nessas categorias, e o campo somava 87,3%. Além disso, deve-se levar em conta aqueles indivíduos dedicados a atividades comerciais informais, rurais e urbanas, empregados em

micro e pequenas empresas. Assim, e com base nos cálculos existentes, é possível concluir que o setor informal é o principal meio de sobrevivência para a maioria dos angolanos e, seja rural ou urbano, é a fonte precípua de ocupação para a mão de obra feminina em Angola.

O trabalho também fortalece as sociedades. Os seres humanos a trabalharem juntos não só incrementam o bem-estar material, como também acumulam um conjunto de conhecimentos que constitui a base das culturas e das civilizações. Quando todo este trabalho é desenvolvido com respeito pelo ambiente, os benefícios estendem-se ao longo de gerações. Em última análise, o trabalho liberta o potencial humano a criatividade humana e o espírito humano. (PNUD, 2013, p. 9).

4.10.1 Saúde

É importante ressaltar que a relação entre trabalho e saúde/doença é notada desde a Antiguidade e tornou-se mais intensa a partir da Revolução Industrial (sécs. XVIII-XIX), embora nem sempre fora objeto de atenção. Para constar, no trabalho escravo ou regime servil, não havia a preocupação em preservar a saúde dos que eram submetidos ao trabalho. Trabalho que era interpretado como castigo ou estigma: a palavra latina *tripalium* designa um instrumento de tortura (MINAYO-GOMEZ; THEDIM-COSTA, 1997).

Com o advento da Revolução Industrial, os trabalhadores foram praticamente forçados e submetidos aos ritmos e ditames da produção, que atendiam à necessidade de acumulação de capital, e à mercê da exposição e da precariedade do trabalho, com jornadas extenuantes, de doze a dezesseis horas diárias, em ambientes insalubres, aos quais também eram submetidas crianças e mulheres. No entanto, não é de estranhar-se que as pressões sofridas pelos trabalhadores objetivando a busca incessante e desenfreada pela produtividade e pelo lucro em condições adversas de trabalho trouxeram sofrimento e adoecimento e, como consequência, um quadro elevado de morbimortalidade e baixa expectativa de vida. Para agravar o quadro, a aglomeração de pessoas no mesmo espaço físico e inadequado propiciava a proliferação acelerada de doenças infectocontagiosas, ao mesmo tempo em que a periculosidade das máquinas era responsável por mutilações e mortes (BRASIL, 2009).

No final do século XV e início do XVI o mundo viveu a transição entre o modo de produção feudal para o sistema capitalista, onde o advento do mercantilismo, processualmente, impulsionou a industrialização mundial, desencadeando o que ficou conhecido como revolução industrial, momento de explosão produtiva do sistema capitalista e, onde então, o corpo das pessoas foi tomado como meio de produção do capitalismo, dessa forma, tornando-se objeto de práticas médicas, políticas e normatizações, que objetivavam exclusivamente a manutenção da força de trabalho. Na época, o contexto era de crescente urbanização e consolidação do sistema fabril, com o ambiente urbano com grande insalubridade, ausência de intervenções sanitárias, grandes epidemias e doenças explicadas pela religiosidade, e

práticas de tratamento curandeiras, tendo em vista a ausência de preocupação estatal na saúde. (ALMEIDA, 2016, p. 31).

A UNCTD (2013) ressalta que o acesso à assistência médica em Angola, particularmente a atenção pré-natal e materna, é muito limitada, o que se deve tanto à carência ou mesmo à escassez de infraestrutura como à de qualificação pessoal. Em 2009, a estimativa de gastos em saúde como porcentagem do PIB indicava que Angola encontrava-se como o país africano com níveis mais baixos de despesas governamentais na área.

A saúde é um elemento-chave que pode ter um impacto substancial na melhoria do bem-estar da população, se, logicamente, houver a consecução de ações como melhor acesso a unidades de saúde, mais informações disponíveis sobre como prevenir e tratar das doenças mais prevalentes, o que se configura como os objetivos principais do setor da saúde (INE, 2013).

A taxa de morbidade não varia muito segundo o estado de pobreza — há uma pequena diferença entre as duas categorias sociais: pobres 15% e entre os não pobres 18%; entretanto, padrões diferentes surgem por áreas de residência. É nítido que os pobres são mais vulneráveis e mais propensos a padecerem de problemas de saúde na área rural que na urbana, quando os não pobres apresentam uma tendência totalmente oposta. Ressalte-se ainda que os resultados segundo gênero, idade e nível de escolaridade da mãe são idênticos, tanto para pobres como não pobres, e as chances de adoecer ou até mesmo sofrer um acidente aumentam com a idade, embora aqueles com menos cinco anos sejam uma exceção. Por fim, quanto maior a escolaridade, a incidência de problemas de saúde diminui. Os pobres estão consideravelmente menos propensos a visitar um profissional de saúde do que os não pobres (45% e 66% respectivamente).

Nesse contexto, viver em uma área urbana aumenta as chances de consultar-se, e a maior acessibilidade a educação está positivamente associada a consultas do pessoal da saúde, ou melhor, pessoas com níveis altos de escolaridade são mais propensas a consultar-se.

É importante, todavia, trazer para esta discussão a situação da saúde dos pescadores, sobre a qual é preciso fazer uma abordagem pertinente e incisiva das condições das pescadoras, da educação política, da qualidade do atendimento público e, por conseguinte, da assistência básica à saúde.

Salienta-se, assim, que as pescadoras artesanais estão excessivamente expostas a diversos riscos, que podem desencadear sérios problemas de saúde, como acidentes de trabalho, doenças ocupacionais e, logicamente, a violência sofrida decorrente da exclusão social, na qual é notória a precariedade dos serviços prestados a essas trabalhadoras, além do

preconceito massivo, decorrência das relações de gênero; nesse sentido, ocorre, de fato, o não reconhecimento da sociedade da mulher pescadora. É bem verdade que os fatores de risco potencializam-se na decorrência das más condições de vida, na dificuldade de acesso a educação, habitação, saneamento básico, transporte e serviços de saúde, bem como aos meios de comunicação (STADTLER, 2015).

4.10.2 A dificuldade dos cooperados na pesca artesanal

De antemão, podemos dizer que a cooperativa contou com dez membros fundadores, sendo que nove são homens, e três divisões administrativas, das quais todos fazem parte: mesa de assembleia, direção e órgão fiscal. Estão registrados, atualmente, 22 membros cooperados, sendo que dez são homens e doze, mulheres.

A Tabela 5 apresenta como estão identificados e classificados os pescadores cooperados e não cooperados, segundo diversas categorias.

Tabela 5 – Perfil dos pescadores entrevistados.

		HOMENS		MULHERES	
		Cooperados	Não cooperados	Cooperadas	Não cooperadas
		(10)	(10)	(12)	(06)
Quantidade		50%	50%	67%	33%
Faixa etária (anos)	15 --- 20	-	20%	17%	-
	20 --- 30	10%	10%	33%	33%
	30 --- 40	20%	10%	25%	33%
	40 --- 50	30%	40%	17%	33%
	50 --- 60	40%	10%	8%	-
	≥ 60	-	-	-	-
Escolaridade^a	1° inc.	20%	30%	17%	-
	1° comp.	-	10%	8%	50%
	2° inc.	10%	-	8%	17%
	2° comp.	20%	30%	33%	-
	NM inc.	30%	30%	17%	17%
	NM comp.	10%	-	17%	-
	SUP inc.	10%	-	-	-
	SUP comp.	-	-	-	-
Sem escol.	-	-	-	17%	
Estado civil	Solteiro (a)	90%	90%	100%	100%
	outros (a)	-	-	-	-
	Viúvo (a)	10%	10%	-	-
Núm. filhos	1 --- 2	20%	20%	25%	17%
	2 --- 5	10%	20%	42%	50%
	5 --- 8	10%	40%	25%	33%

8 --- 10	60%	20%	8%	-
^(a) Escolaridade: 1° inc. = primeiro grau incompleto; 1° comp. = primeiro grau completo; 2° inc. = segundo grau incompleto; 2° comp. = segundo grau completo; NM inc. = nível médio incompleto; NM comp. = nível médio completo; SUP inc. = superior incompleto; SUP comp. = superior completo; Sem escol. = sem escolaridade). Fonte: elaboração do autor sobre dados coletados.				

É possível verificar na Tabela 5 que a faixa etária dos pescadores apresenta-se de forma variada, havendo leve predominância dos homens mais velhos sobre as mulheres. Segundo o INE (2016a), a idade média da população angolana é 20,6, com mediana de 16,0. Já na área urbana, é de 21,3, e na rural, de 21,2. Nesse caso, fazendo a separação entre gêneros, a idade média dos homens é de 20,2 e as das mulheres, 21, sendo superior. Isso explica o abandono da prática pesqueira ou interesse em exercer a pesca artesanal das camadas mais jovens, que procuram por outras atividades profissionais mais atrativas. Além disso, pode-se perceber também a presença de alguns jovens, com idade entre quinze e vinte anos (tanto homens quanto mulheres), o que é reflexo da necessidade de obtenção de renda e também de auxílio à família.

Uma questão importante é o nível de escolaridade dos entrevistados: grande parte relata não ter concluído o nível médio, alguns não possuem sequer o primeiro grau completo e há um caso de ausência de escolaridade. Portanto, pode-se dizer que há um acesso precário à educação na comunidade, o que corrobora os dados de escolaridade baixa do próprio país, como já mencionado anteriormente. A taxa nacional de alfabetismo é de 66%, no entanto, a da área urbana é praticamente o dobro daquela da área rural, sendo que a distribuição é 79% para a primeira e 49% para a segunda. Em suma, a simetria significativa é observada entre os gêneros nas duas populações, 80% nos homens contra 53% nas mulheres. Ressalta-se, porém, que a população que não sabe ler e escrever é essencialmente idosa, ou melhor, apenas 27% da população com 65 ou mais anos sabe ler e escrever (INE, 2016b).

Segundo a Angop (2016), existem no Nzeto quarenta escolas, sendo que 32 são responsáveis pelo ensino primário e sete pelo ensino secundário (ensino fundamental); a essas unidades escolares pertencem também as componentes comunais, com a existência de salas de aulas, de forma atender outras pessoas. Houve um crescimento no número de pessoas frequentando o ensino primário, que atingiu 9.766 alunos; já o primeiro ciclo alcançou 3.173; o segundo, 1.784, e, o mais importante, a alfabetização, com 2.588 alunos, perfazendo o total de 17.341.

Com relação ao estado civil, todas as mulheres (cooperadas e não cooperadas) e grande parte dos homens declaram-se solteiros, o que se deve ao fato de que o casamento que prevalece, por questões culturais, é o denominado tradicional, ou seja, que não tem respaldo

legal. De maneira a deixar claro esta situação, o estado civil de solteiro em Angola caracteriza a maior parte da população com 12 ou mais anos de idade, o equivalente as 46%; por outro lado, as uniões conjugais formalizadas pelo casamento representam apenas 14%, já aquelas que são consumadas por união de fato representam 34%. Os divorciados correspondem a 0,4%; separados, 2,5%, e viúvos, 3,5% (INE, 2016a).

Para complementar a questão familiar, pode-se notar que há predominância de um alto número de filhos, que pode ser considerado reflexo do nível de escolaridade e de pobreza da população. Por sua vez, na comunidade pesqueira estudada, os filhos também participam e auxiliam o trabalho dos pais, realizando a divulgação e ajudando na venda. Além deles, os membros da cooperativa também contam com a participação de parentes como forma de aumentar a renda da casa.

A Tabela 6 apresenta dados sobre o posicionamento dos entrevistados quanto a questões financeiras, benefícios econômicos e perspectivas futuras diante da atividade da pesca artesanal.

Tabela 6 – Posicionamento dos 22 pescadores cooperados entrevistados quanto à administração da cooperativa e perspectivas futuras.

Questões	Respostas	%
Como foi a participação dos pescadores à cooperativa	Iniciativa própria	82%
	Outros (incentivo de familiares/amigos)	18%
	Ajuda de instituições/governo	-
	Ajuda de líderes dos bairros	-
Grau de esclarecimento dos pescadores quanto ao funcionamento das leis	Muito esclarecido	9%
	Esclarecido	59%
	Pouco esclarecido	32%
Avaliação ao funcionamento administrativo da cooperativa	Excelente	14%
	Bom	54%
	Regular	32%
	Ruim	-
	Péssimo	-
Recebe apoio de programa de extensão pesqueira pública	Sim	73%
	Não	27%
Reconhece o esforço de alguma instituição governamental pesqueira no incentivo à produção	Sim	50%
	Não	23%
	Não soube responder	27%

Recebe algum treinamento ou formação técnica para a prática pesqueira	Sim Não	- 100%
Utiliza técnicas modernas de pesca ou processamento do pescado	Sim Não	- 100%

Fonte: elaborado pelo autor com dados da pesquisa

É verdade que o objetivo ao integrar-se à cooperativa é a busca de lucro; os pescadores também relatam encontrar benefícios, como a prática de melhores preços e também maiores volumes de negócio. Porém, a cooperativa retém grande parte para efetuar os negócios, representando um equivalente que varia de 30% a 100%, segundo os pescadores cooperados.

Quanto ao financiamento para custear parte ou toda a produção, apenas dois dentre os 22 entrevistados da cooperativa afirmaram recorrer a tal recurso. Paralelamente a isso, mais da metade dos pescadores (59%) relata que tampouco há apoio de instituição pública ou privada para melhorar o trabalho. Já os que recebem esse auxílio — parcela que compreende os 41% restantes — apontam que a instituição responsável por esse apoio é o próprio IPA.

Em relação a perspectivas futuras, tanto homens como mulheres pretendem dar continuidade futuramente a seus negócios na pesca, justificando que há uma grande escassez de emprego e que é esta atividade a responsável por seu sustento. A única mulher cooperada entrevistada que não pretende dar continuidade aos negócios explica que, por ser jovem (pertencente à faixa etária de 15-20 anos), deseja buscar alternativas para obter sua renda. Por fim, ainda no âmbito das projeções futuras, os pescadores dividem-se em suas opiniões, sendo que apenas uma pequena parte deles (9%) considera a situação da pesca artesanal como instável futuramente.

Aqui, o ponto interessante é com relação ao vínculo que os cooperados encontram na cooperativa, como sendo uma aliança protetora. Como mostra a Tabela 7 a seguir, 95% dos pescadores afirmam que darão continuidade futuramente a seus negócios com a cooperativa, pelo fato de ser a fonte de renda principal e viver unicamente pela atividade, além de encontrar na cooperativa um modelo organizativo melhor. Também é preciso conhecer as aspirações desse grupo de trabalhadores como “pescadores”: é nítido que, embora na comunidade o desemprego seja alto, a necessidade financeira e o sustento familiar tornam-se claramente mais visíveis, ou seja, impõem a prosseguir nela, por conta da falta de oportunidades em outras áreas. O pescador artesanal encontra maior sustento em sua profissão, embora, em uma outra vertente, a questão de cultura da passagem de geração a geração de hábitos e costumes seja também um ponto determinante.

Para complementar os resultados até aqui, a Tabela 7 aponta mais categorias que constaram nos questionários aplicados.

Tabela 7 – Posicionamento dos 22 pescadores cooperados entrevistados quanto aos objetivos pretendidos, benefícios econômicos e financiamento, apoio de instituições para melhorar o trabalho e continuidade futura dos negócios.

Questões	Respostas	%
Objetivo que os pescadores pretendem atingir ao se organizarem em forma de cooperativa	Financeiro	85%
	Social	5%
Benefícios econômicos para os pescadores associados à cooperativa	Melhores preços	36%
	Maior volume de negócios	64%
Percentual de uso da cooperativa para efetuar os negócios	Entre 10 e 30%	18%
	Entre 30 e 60%	23%
	Entre 60 e 100%	59%
Recorrer a financiamento para custear parte ou toda a produção	Sim	9%
	Não	91%
Recebe apoio de instituição pública ou privada para melhorar o trabalho	Sim	41%
	Não	59%
Dar continuidade futuramente aos negócios junto à cooperativa	Sim	95%
	Não	5%
Situação da pesca artesanal futuramente	Estável	45%
	Instável	9%
	Não soube responder	46%

Fonte: elaborado pelo autor com dados da pesquisa

Como mostram os dados, o que chama atenção é a forma de adesão dos pescadores à cooperativa, que é realizada basicamente por iniciativa própria destes e sem qualquer ajuda de instituições governamentais ou até mesmo dos líderes do bairro. Alguns relatam ter iniciado as atividades pesqueiras por meio de incentivo de familiares — fato que, além de constituir uma necessidade de auxílio na renda familiar (como mencionado anteriormente), ainda compõe uma marca da pesca artesanal, que é a transmissão deste trabalho pelas gerações, mesmo que essa tradição tenha diminuído com o passar do tempo.

No aspecto funcional da cooperativa, ou seja, no âmbito jurídico e econômico, os membros mostram-se satisfatoriamente esclarecidos, e a maior parte deles considera bom o funcionamento administrativo. Ao mesmo tempo, deve-se ressaltar que a cooperativa não

dispõe de qualquer incentivo financeiro e, não obstante, as dificuldades vividas pelos pescadores na atividade são referentes à falta de meios de trabalho (linhas de pesca, anzóis, boias, cabos de ancoragem de motores e combustível).

Fica evidente a existência de dificuldades com relação à melhoria de vida pessoal e profissional, além da grande necessidade que os pescadores têm em receber apoios e incentivos dos bancos comerciais no fornecimento de crédito para que possam estimular e alavancar a atividade pesqueira.

Não há treinamento ou formação técnica para a prática da atividade pesqueira; tampouco há programas sociais oferecidos pela cooperativa a cooperados, familiares e comunidade em geral. Quanto ao uso de técnicas modernas de pesca, os pescadores relatam que não possuem acesso a tais técnicas, que são comumente utilizadas nas modalidades de pesca exploratória e furtiva. Apesar de almejarem esse conhecimento, é importante mencionar que há uma grande desvantagem na utilização dessas técnicas, pois elas desencadeiam estrago ou diminuição dos estoques das espécies marítimas.

Por conseguinte, é importante mencionar e abordar a temática da saúde dos pescadores, pois, sem dúvida, o exercício da pesca e os ambientes de produção acarretam riscos à saúde. São identificadas com maior incidência doenças como diarreias, dores de cabeça, febres, dores nos rins, tosse, malária e ferimentos no corpo. Em contrapartida, a cooperativa não oferece ou dispõe de apoio médico hospitalar para seus membros. Infelizmente, pode dizer-se que frequentemente as doenças originadas no trabalho são percebidas em estágios já avançados, e isso se entende quando muitas delas, em sua fase inicial, apresentam sintomas comuns a outras patologias, o que dificulta a identificação dos processos que as geraram, bem mais abrangentes que a mera exposição a um agente exclusivo (MINAYO-GOMEZ; THEDIN-COSTA, 1997).

De acordo com a Angop (2017), há na comunidade apenas um hospital geral em fase de ampliação, que pretende duplicar a capacidade atual, de 49 leitos, e também estão sendo construídos mais três centros médicos. Entretanto, o município conta com doze centros médicos e catorze postos de saúde, sendo que cada comuna do município possui um centro de saúde e cada aldeia possui um posto de saúde. Vale enfatizar que, no município, os profissionais da saúde estão distribuídos da seguinte forma: quatro médicos cubanos, três sul-coreanos e quatro angolanos. O hospital municipal atende entre 250-300 pessoas, perfazendo a média de 25 pessoas por especialidade e o banco de urgência. As doenças predominantes na província são a malária (devido à característica do próprio município de possuir alta incidência de precipitação pluviométrica e também às más condições e deficiência de

saneamento básico e estruturas sanitárias domésticas), as doenças diarreicas agudas e as respiratórias.

Um estudo qualitativo foi levantado em uma comunidade de pescadores artesanais da Bahia (Brasil), população essencialmente composta por família produtiva pescadora e marisqueira. De início, foram verificadas características de vulnerabilidade socioeconômica, como baixo nível de escolaridade e trabalho de crianças, adolescentes e idosos. Conseqüentemente, na base das condições de trabalho, está a jornada extenuante; como fruto desse trabalho braçal, são detectadas atividades com movimentos repetitivos e cadências aceleradas, sobrecarga nos ombros e ausência de pausas (PENA; GOMEZ, 2014).

De acordo com Almeida, Tavanti e Ghelardi (2001), há a preocupação de que deve se ter atenção à saúde dos trabalhadores, e que ela não pode ser desvinculada daquela prestada à população em geral; nesse caso, como tem sido tradicional, a assistência ao trabalhador deve ser levada a cabo e desenvolvida em diferentes espaços institucionais, de modo a atingir objetivos e práticas distintas como:

- Pelas organizações de trabalho;
- Pelo estado, basicamente na implementação de políticas sociais públicas, particularmente na área da saúde, na rede pública de saúde;
- Por empresas, mediante os serviços especializados em segurança e medicina no trabalho (SESMT) bem como outras formas de organização de serviço de saúde;
- Pela existência de planos de saúde, seguro suplementar e outras formas de prestação de serviços, que devem ser custeadas pelos próprios trabalhadores;
- Serviços especializados organizados no âmbito dos hospitais universitários.

A contribuição dos líderes da comunidade à cooperativa é inexistente, e, embora a classe dos pescadores se veja praticamente sem apoio de algumas entidades, tudo indica que, no futuro, os pescadores estejam convictos e confiantes da permanência nessa profissão sem possibilidade de abandono, por esta ser sua principal fonte de renda. Neste ponto de vista, torna-se necessário fazer uma intervenção jurídica no problema, que felizmente está outorgada pelo dispositivo máximo da lei angolana. A Constituição de 1992 deixa pautado que as autarquias locais são pessoas coletivas territoriais que visam a prossecução de interesses próprios das populações, dispondo, para o efeito, de órgãos representativos eleitos e da liberdade de administração das respectivas coletividades (ANGOLA, 1992).

Para Costa (2017), o poder local é entendido como administrativo e tradicional, sendo

que este deve ser exercido com base na lei e na tradição ao nível de cada comunidade e circunscrição administrativa definidas por lei, conforme as entidades que visam o seguimento dos interesses coletivos. Esclarecendo: o administrativo, porque determina entidades que, nos termos da lei, definem conduta impõe aos outros a própria conduta; já o tradicional é quando estamos diante daquele poder exercido pelas autoridades tradicionais, apoiado e fundamentado nas regras consuetudinárias e nas características locais. Nesse sentido, o poder local tem a responsabilidade de focar a satisfação dos interesses da própria população ou comunidade como é chamada a desempenhar. O poder local não mira o seguimento de interesse geral ou nacional que ao próprio Estado compete seguir, o poder local trata apenas de assuntos e problemas inerentes às populações de determinado lugar.

De acordo com Mendonça e Valencio (2008), a organização social da pesca artesanal é conhecida por meio de seus processos e de sua forma de interação, ou melhor, produz um sujeito social, o “pescador”, aquele dotado e munido de conhecimentos tradicionais, que torna viável não só sua atividade profissional, mas também sua reprodução sociocultural em bases comunitárias. Portanto, os autores reafirmam ainda que a institucionalização da pesca remete a outro grupo social, que vem dotado de outras formas de conhecimento que, por conseguinte, facilitam uma estrutura político-burocrática e que, por sua vez, formula seu próprio poder, de modo a manter-se nele e nele se produzindo.

Há vários desejos de melhoria de vida para estes pescadores, principalmente no eixo profissional, o que permeia cadeia produtiva de modo a facilitar o trabalho; tais desejos são referentes à falta de meios ou estruturas de que não podem usufruir. Entretanto, a construção de uma escola técnico-profissional de pesca constitui o maior desejo dos pescadores, de forma que seja possível adquirir conhecimentos técnico-científicos para a prática pesqueira. A construção de um banheiro público também constitui uma preocupação urgente no seio dos pescadores, de modo que possa atender oportunamente suas necessidades.

A Figura 11 (A e B) ilustra o espaço onde é realizado o desembarque dos pescadores.

Figura 1 - Pescadores em processo de desembarque (A e B).



Embora a pesca na comunidade do Nzeto seja caracterizada como totalmente artesanal, os pescadores clamam por melhorias dos equipamentos de pescas, como embarcações, linhas de pesca, coletes salva-vidas, lanterna, e capas de chuva. A Figura 12 (A, B, C e D) ilustra os tipos de embarcações utilizadas pela comunidade em questão.

Figura 2 - Embarcações utilizadas pelos pescadores (A, B, C e D)



A partir de observações feitas na comunidade do Nzeto, cabe destacar que o abandono da atividade pesqueira pelos jovens tem relação com os ofícios de maior atratividade na

província. O setor petrolífero é forte e nele os jovens têm a oportunidade de ganhar melhores salários. A outra razão tem a ver com a emigração dos jovens para a capital do país, Luanda, em busca de melhores condições de estudo, já que o Nzeto não tem escola de formação superior.

O único setor na comunidade do Nzeto que proporciona emprego é o Estado, sendo que a participação privada, que seria grande gerador de oportunidades e emprego, é atualmente incipiente, embora haja grandes potencialidades, principalmente pelos recursos naturais que a circunscrição detém para atrair investidores privados (ANGOP, 2017).

A participação dos agentes estatais na implementação de políticas ou no incentivo à produção e no auxílio dos pescadores artesanais, e logicamente de modo a dar amparo às atividades de pesca em geral, é realizada pelo IPA. Os cooperados podem afirmar que as ações mais frequentes realizada pela instituição resumem-se a palestras e seminários de caráter motivacional.

4.10.3 Participação das mulheres cooperadas nas atividades pesqueiras

A cooperativa Dialungana tem em seu corpo doze mulheres. Não obstante, o número não se traduz em força no ponto de vista administrativo, se levarmos em conta os membros fundadores, entre os quais há apenas uma mulher. Dos cargos a exercer na organização, como estabelecido pela mesa da assembleia, existe apenas uma mulher ocupando a Secretaria Geral.

Analisando as informações coletadas, os resultados obtidos foram bem expressivos de acordo com os relatos colhidos nesse grupo de trabalhadoras. Podemos constatar, primeiramente, que a integração das mulheres na pesca artesanal somente é consumada graças à iniciativa e ao esforço próprio, sem qualquer incentivo ou apoio de líderes comunitários ou instituições públicas, o que deixa claro o fraco engajamento de instituições públicas.

Outro aspecto a levar-se em conta é que 100% das mulheres entram na referida organização com a pretensão de atingir objetivos econômicos; 77% das mulheres associadas à cooperativa trabalham no processo de salga e secagem e 23%, com o transporte e a estocagem do pescado. Além disso, 77% das mulheres acreditam que a participação desse gênero na pesca é completa; 70% das mulheres associadas à cooperativa realizam outros negócios (como a agricultura ou venda informal de produtos diversos) para incrementar a renda.

Cabe ressaltar que a mulher pescadora da comunidade restringe-se a desenvolver

atividades de pós-pesca, isto é, ela atua quando os homens desembarcam na costa trazendo o pescado — o que é totalmente diferente de outras comunidades de pescadores, nas quais as mulheres participam diretamente da captura do peixe em mangues, rios, lagos etc.

As mulheres assumem a responsabilidade de transporte, armazenagem e secagem do peixe e também da comercialização, e não podemos desmerecer esse papel importante, visto que envolve todo o contato com a cultura da pesca e obviamente as expõe a todos os riscos da atividade da pesca artesanal, que são inúmeros, e complementa a cadeia de embarque desembarque e o processamento.

As mulheres da comunidade pesqueira do Nzeto, independentemente de qualquer composição familiar, tendem a encarregar-se de todas as atividades domésticas, desenvolvendo várias atividades, como cuidar da alimentação da família, dos filhos, das condições higiênicas da casa. Por razões financeiras, algumas mulheres tendem a lançar-se a outras atividades extras, como o atendimento de bares ou lojas. Graças ao fruto de pequenas economias acumuladas de seus cônjuges, muitas puderam lançar-se a uma nova atividade comercial de modo a preencher seu tempo vago. Antes, nem todas podiam beneficiar-se dessa renda extra; essa reconversão inibe-se por fatores como a falta de capital, o baixo nível de instrução, matérias-primas, competências necessárias e o acesso ao mercado.

As mulheres dedicam-se exclusivamente às atividades de salga, secagem e venda do peixe, em ambientes que podemos considerar muito precários para manuseio de produto comestível; a exposição aos riscos de saúde é total; há uma forte exposição a chuvas, radiação solar e variações climáticas (alternância de temperaturas). As Figuras 13 e 14 ilustram como é desencadeado o trabalho feminino e as más condições de posicionamento ergonômico, bem como a exposição direta a radiação e chuvas.

Figura 3 Trabalho de limpeza (A) e de salga (B) do pescado realizado pelas mulheres



Figura 4 - Ausência de estruturas adequadas para manejo do pescado



Os riscos à saúde relatados na atividade são doenças (dores abdominais, de cabeça, de coluna, febre etc.) e ferimentos no corpo (principalmente nas mãos). As principais dificuldades vividas no exercício da profissão são falta de materiais de pesca (redes, boias, embarcações); falta de câmara frigorífica para conservar o pescado; inexistência de um local adequado para processar o pescado.

De acordo com Pena e Gomez (2014), após serem analisados e avaliados qualitativamente os riscos na comunidade de pesca artesanal da região costeira da Bahia, foi possível identificar cerca de trinta patologias ligadas ao trabalho da pesca artesanal e duzentas enfermidades. Dos riscos relacionados às exposições pode-se citar: radiações solares e riscos de neoplasias; alta pressão atmosférica na atividade de mergulho; inflamações geniturinárias, alergias; intempéries, chuvas e frio, e com grande risco de infecções respiratórias, faringite. É preciso destacar os riscos ergonômicos a que as mulheres estão expostas no cumprimento de suas atividades, com ausências de bancadas e tanques de processamento de pescado e estruturas dignas de trabalho para evitar problemas na coluna vertebral, como também problemas relacionados ao carregamento de peso, posturas nocivas e excesso de movimentos com esforços repetitivos.

Para Almeida, Tavanti e Ghelardi (2001), deve-se apontar algumas melhorias das condições e dos ambientes de trabalho e, com todos envolvidos, participar ativamente. São medidas simples, básicas e pouco onerosas, que, quando executadas, refletirão positivamente na proteção da saúde dos trabalhadores e do meio ambiente. Para esse fim, o controle das condições de riscos para a saúde e melhoria dos ambientes envolve as seguintes fases:

- Identificar as condições de riscos para a saúde presentes no trabalho;
- Caracterizar a exposição e a quantificação das condições de riscos;
- Discutir e definir as alternativas de eliminação ou controle das condições de

riscos;

- Implementar e avaliar as medidas adotadas.

4.10.4 Mulheres pescadoras não cooperadas

Se, por um lado, abordamos a situação das mulheres pescadoras cooperadas, de outro, temos a situação das não cooperadas. Desta categoria, 83,4% afirmaram não haver diferença alguma, porque obtêm maiores rendimentos, e 16,6% admitem encontrar diferença entre o trabalho realizado sem associação à cooperativa e aquele feito quando se é membro desta.

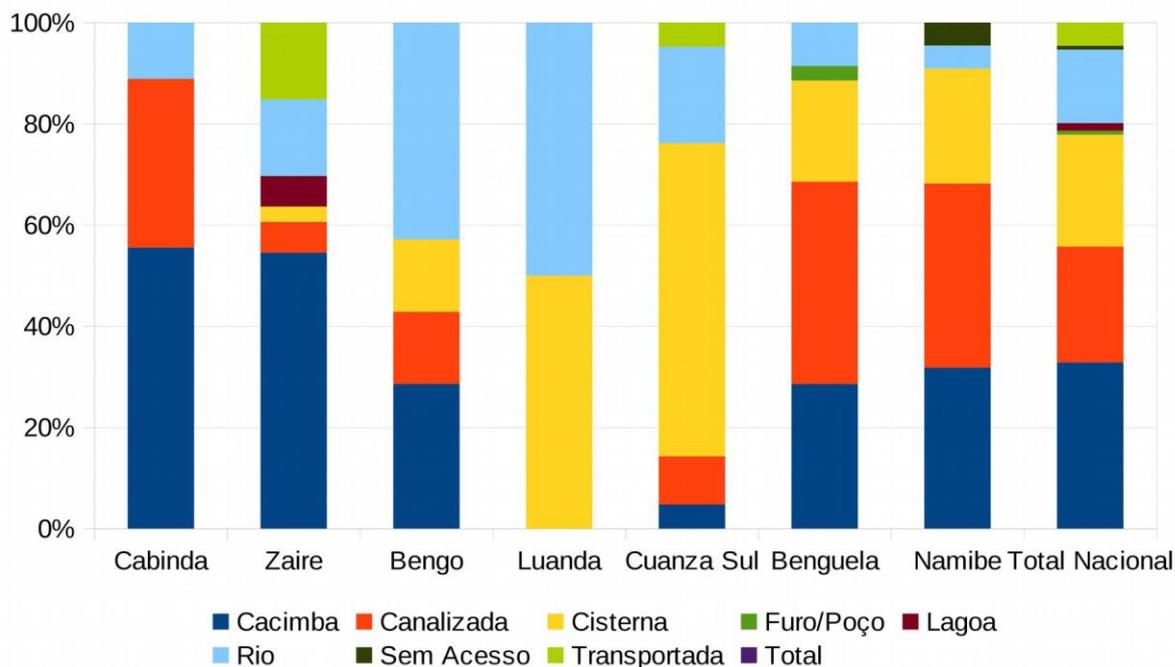
As mulheres não cooperadas reclamam da falta de câmaras frigoríficas para a conservação do produto pescado, uma vez que a única saída tem sido a venda imediata aos consumidores que frequentam o local de suas atividades, e a retenção de algumas quantidades para o consumo familiar. A construção de estruturas apropriadas para salga e limpeza do peixe constitui, em suma, o grande desejo das pescadoras. Se, por um lado, é o maior desejo, por outra parte, é um dos maiores problemas, visto que elas trabalham sob más condições sanitárias, e a própria manipulação do pescado carece de melhores condições de higiene. É importante frisar que, em Angola, 60% dos agregados familiares usam local próprio para defecar; em comparação às áreas rurais, o valor é extremamente baixo, correspondendo a 26%, contra 84% na área urbana. Nesse sentido, deve-se acrescentar que o fornecimento e a distribuição de água potável é extremamente deficiente no país, sendo que apenas 44% dos agregados familiares têm acesso a água tratada para o consumo humano; o percentual é ainda mais baixo em áreas rurais, com 22,4%, contra 57,2% da área urbana (INE, 2016a). Infelizmente, a comunidade do Nzeto não está livre da falta desse bem precioso em grande escala. A capacidade de captação de água existente no município é do tempo colonial, projetada para algo entre 500 e mil pessoas, e posteriormente ampliada para abastecer cerca de 6 mil habitantes. Ainda assim, para os 48 mil habitantes, a estrutura não atende as necessidades básicas da população (ANGOP, 2016).

Somente 25% dos centros de pescas cadastrado em Angola têm acesso à rede pública de energia elétrica; a província de Cabinda, exclave angolano mais ao norte da região estudada, é a mais bem servida em termos de fornecimento de energia elétrica. Na província do Zaire, o número chega 10% (IPA, 2018).

Para os centros de pescas cadastrados em Angola, a maior fonte de obtenção de água

para as pescas marítimas são as chamadas cacimbas, e, em segundo lugar, a água canalizada e das cisternas. A Figura 15 mostra como se dá tal acesso.

Figura 15 - Acesso a água nos centros de pescas



Fonte: adaptado de IPA (2017)

A falta de clientes leva à escassez e à falta meios monetários para o início do próprio negócio, outro problema relatado pelas pescadoras. Ademais, outras melhorias reivindicadas são a construção de uma escola técnico-profissional de pesca artesanal e maior investimento em material de pesca, ou melhor, o acesso facilitado a tais insumos. Não obstante, as mulheres desejam a construção de uma instalação em que se possam abrigar da exposição direta aos raios solares e às chuvas. As mulheres dizem beneficiar-se de palestras de mobilização e seminários diversos promovidos pelo IPA.

Foram cadastrados em todo território angolano catorze mercados de peixes nas províncias costeiras; a Tabela 8 (abaixo) ilustra melhor a distribuição desses mercados e da infraestrutura de apoio aos pescadores. O que chama atenção no quadro são as províncias de Benguela e Namibe, as mais beneficiadas em infraestrutura, ao contrário da província do Zaire, que só dispõe de um mercado de peixe e uma fábrica de gelo. De resto, pode-se, com base nesses dados, declarar que essas mesmas infraestruturas sequer se encontram localizadas na comunidade pesqueira do Nzeto, fato por que os pescadores apontam a necessidade dessas estruturas em seu espaço.

Tabela 8 – Infraestruturas de apoio à pesca artesanal nas províncias costeiras de Angola

Província	Mercados de peixe	Lojas de insumos de pesca	Centros de salga e secagem	Salas de processamento	Fábrica de gelo	Túnel de congelação	Câmara congeladora	CAPA
Bengo	1	0	0	0	1	0	0	1
Benguela	4	3	0	1	12	1	18	3
Cabinda	1	0	1	1	0	0	0	2
Cuanza Sul	2	0	1	31	2	0	0	1
Luanda	1	1	4	3	1	0	0	2
Namibe	3	2	6	3	9	6	8	3
Zaire	1	0	0	0	1	0	0	2
Total	13	6	12	39	26	7	26	14

Fonte: adaptado de IPA, 2017.

Os pescadores artesanais, considerados camponeses, parte da ruralidade, encontram quase toda sua dieta alimentar no cultivo de produtos agrícolas na comunidade, como mandioca, batata-doce, amendoim, feijão, banana-terra, milho, tomate, laranja e manga. Mas tal problema está basicamente relacionado ao fornecimento e à falta de energia elétrica na comunidade: obviamente, com a implantação de um sistema de fornecimento eficiente, que atenda a todos consumidores da comunidade, haverá melhora nas condições de trabalho e de vida de todos os pescadores artesanais. De acordo com a Angop (2016), existem na comunidade quatro geradores no total, com capacidades ou potências de abastecimento diferentes, dois com a potência de 1.000 kVA (quilovolt-amperes) e os outros dois com de 800 kVA.

4.10.5 Pescadores não cooperados

Se, por um lado, o estudo pode basear-se nos pescadores que estão respaldados e ancorados na cooperativa de pesca Dialungana, há ainda os pescadores não cooperados, aqueles que podem ditar seu trabalho no próprio ritmo, mas não escapando das dificuldades e das mazelas que só têm a contribuir com a pobreza extrema da comunidade.

Tabela 9 – Posicionamento dos 16 pescadores não cooperados quanto a situação da pesca artesanal, ao financiamento da produção, ao programa de extensão pesqueira pública e ao acesso a treinamentos para a prática pesqueira.

Questões	Respostas	%
	Estável	6%
Como é vista a situação da pesca artesanal futuramente	Instável	38%
	Não soube responder	56%

Recorre a algum tipo de financiamento para custear parte ou toda a produção	Sim Não	19% 81%
Recebe apoio de programa de extensão pesqueira pública	Sim Não	44% 56%
Recebe apoio de instituição pública ou privada para melhorar o trabalho	Sim Não	37% 63%
Recebe treinamento ou formação técnica para a prática pesqueira	Sim Não	13% 87%
Utiliza técnicas modernas de pesca e processamento do pescado	Sim Não	13% 87%

Fonte: elaborado pelo autor com dados da pesquisa

Há nos pescadores não cooperados a percepção de que seus trabalhos e as transações que possam ser realizadas pelas cooperativas possuem uma diferença. No caso dos homens, 40% admitem não encontrar diferença e 60% dizem encontrar diferenças nas transações feitas por meio da cooperativa.

No que diz respeito às principais dificuldades da pesca artesanal, os dados não se diferenciam entre pescadores cooperados e não cooperados. A instituição que deve velar por esse grupo (nomeadamente o IPA) pouco tem feito — muitos pescadores chegam até a desconhecer a existência do órgão e outros nunca puderam sentir alguma intervenção governamental. Já as mulheres dizem beneficiar-se de palestras de mobilização e seminários diversos por parte do IPA.

5 PERCEPÇÕES E INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES COM UM FUNCIONÁRIO DO IPA – ENTREVISTA

De modo a fazer um entrosamento da literatura com os dados levantados e coletados para a presente pesquisa, entrevistamos um funcionário do IPA com intuito de perceber e analisar não só os depoimentos dos pescadores e as particularidades existentes na comunidade, mas dar respostas complementares a vários problemas.

Na comunidade pesqueira estudada, como em qualquer outra, há peculiaridades específicas ou diferenças na prática da atividade pesqueira em comparação com outras comunidades do mesmo tipo em Angola, embora tais diferenças sejam reduzidas.

Não existem grandes diferenças nas atividades dos pescadores artesanais do Nzeto em comparação com outras comunidades pesqueiras em Angola. O que existe é a utilização das artes de pesca que diferenciam de acordo as características das praias de cada região do País. Por exemplo, as praias do Norte do país, onde se situa o Nzeto, são rochosas e abundam espécies de maior valor comercial e os pescadores utilizam mais a arte de linha com anzol, ao contrário do Sul, onde as praias não são rochosas e abundam espécies pelágicas e utiliza-se mais a rede de emalhar e cerco. Mas os usos e costumes de todas as comunidades são os mesmas. (Funcionário do IPA, 2018).

Outro ponto que merece atenção são as políticas de concessão de financiamento ou crédito governamental; antes, é importante saber se realmente na comunidade tais práticas econômicas existem ou não e como são os critérios para a distribuição de tais créditos.

Existem políticas governamentais para a concessão de microcrédito aos pescadores artesanais no Nzeto. A primeira política é a capacitação técnica das Cooperativas de Pescadores Artesanais que são financiados através da entrega de pequenas embarcações artesanais movidos com motores fora de borda de marca Yamaha de 40 HP e os materiais de pesca. Os financiamentos são cedidos pelo Fundo de Desenvolvimento das Pescas de Angola (Fadepa), que concede créditos aos pescadores organizados em cooperativas. A segunda política é o crédito que os bancos comerciais cedem às cooperativas de pescadores artesanais através de uma linha de financiamento traçada e monitorada pelo governo. Estes créditos têm juros altamente bonificados, na ordem de 25 o ano, com financiamento de meios de produção com barcos, rede, motores e pequenas camionetas para transporte de peixe. Todos estes créditos cedidos têm uma exigência das cooperativas participarem no financiamento na ordem de 10% e são reembolsáveis até cinco anos, dependendo do valor. Também são financiadas às mulheres processadoras e comercializadoras de Pescado que recebem valores por volta de US\$ 1 mil, com a finalidade do aumento da sua capacidade técnica, produtiva e financeira com vista o aumento da renda das famílias. Este crédito é concedido anualmente e tem o tempo de reembolso de um ano. (Funcionário do IPA, 2018).

Se abordamos, por um lado, as políticas governamentais, é preciso ater-se aos aspectos organizacionais como parte de políticas que possam potencializar a atividade da pesca e dos pescadores como um todo. É nesse cenário que entram em ação as cooperativas de pescas.

Entretanto, esse modelo organizacional age realmente algum efeito sobre a vida dos pescadores?

São propostas em Angola organizações de cooperativas de pescadores artesanais como forma de organizar a comercialização do pescado e viabilizar a geração de renda para as famílias. Essas organizações estão baseadas nos mesmos objetivos da pesca empresarial incentivada nos modelos de cooperativas desenvolvidas na agricultura familiar, estruturadas com uma perspectiva de produção de um ou dois produtos. Nesse período, foi constituída a Cooperativa Emangana, com o objetivo de melhorar a comercialização e realizar a captura de pescado em alto-mar, obtendo peixes em quantidade suficiente e de melhor qualidade, para atingir os maiores mercados. Dentro dessa lógica, apostou-se que a consolidação deste modelo de organização garantiria autonomia, facilitaria a comercialização e garantia da geração de renda para as famílias envolvidas. Com isso, os pescadores foram mobilizados para se associarem e garantir o recurso necessário para o investimento projetado. Esse processo ficou ocorreu no período de formação da Emangana quando qualquer pessoa que possuísse os requisitos podia se associar. (Funcionário do IPA, 2018).

O que se pode sentir, com base nesse depoimento, são as vantagens que o modelo organizacional pode proporcionar aos pescadores; em contrapartida, nas vozes dos pescadores entrevistados ou até mesmo em uma análise exaustiva da comunidade, podemos verificar que maior parte dos pescadores enquadra-se como pescadores autônomos sem qualquer filiação a alguma cooperativa ou outra organização. Logo, pode-se prever e assistir a um insucesso das cooperativas no Nzeto, e se esse problema pode estar atrelado às diferenças de desenvolvimento provinciais.

A não existência de objetivos comuns e coesão, compromisso pelo trabalho coletivo por certos cooperados. O fraco nível de escolaridade, o próprio modelo de organização evidencia a imaturidade dos membros. É notável a diferença de ação e funcionamento das cooperativas no Nzeto em relação às outras províncias pelo fato da existência de assimetrias de desenvolvimento rural e urbano. Esta justificação é pelo fato de existirem ainda poucos serviços e infraestruturas de apoio ao pescador artesanal. Com isto, podemos exemplificar a existência nas províncias mais desenvolvidas de câmaras frigoríficas, fábricas de gelo que possibilitam o armazenamento do peixe, conferindo qualidade ao pescado; o que no Nzeto não existe (Funcionário do IPA, 2018).

Se dentro das políticas governamentais do Estado angolano existem as leis das cooperativas, e de forma a dar mais abrangência e respaldo a essas organizações, torna-se necessário conhecer os mecanismos político-institucionais voltados a elas.

As políticas institucionais voltadas às cooperativas estão relacionadas ao apoio do Estado a esta forma de organização, o estímulo prestado para a adesão dos pescadores ao cooperativismo, a facilitação da adesão e a concessão do crédito para obtenção dos meios de produção. Como políticas criadas para desenvolvimento e fomento a pesca artesanal, como principais políticas e programas, pode-se citar os Centros Integrados da Pesca Artesanal, o Apoio à Organização Produtiva de processadoras de Pescado e o Apoio à Cadeia Produtiva, pequenos empreendimentos, fábricas de gelo, caminhões frigoríficos, e outros na área da qualificação e inclusão social de pescadores(as), como o programa de alfabetização.

(Funcionário do IPA, 2018).

Outro ponto central a ser ressaltado na visão dessa entidade governamental é como as políticas, de forma específica nesta categoria, podem beneficiar ou contemplar os pescadores, quando estes não podem praticar a pesca, por motivo de proteção e conservação de algumas espécies, mediante algum programa de seguridade de proteção financeiro-social.

Os pescadores não recebem algum auxílio de proteção do governo quando se aplicam medidas de prevenção das espécies. Geralmente, em Angola, em particular no Nzeto, o pescador artesanal exerce duas atividades para a sustentabilidade das suas famílias. Os pescadores também exercem atividades agrícolas para o sustento das suas famílias, sendo esta a profissão secundária exercida quando ocorrem a paralização das suas atividades de captura. (Funcionário do IPA, 2018).

Das manifestações ou reivindicações que esta classe promove, como qualquer outra classe, como sendo descrito movimento dos pescadores.

Os pescadores promovem manifestações de reivindicação para serem atendidas, caracterizadas na paralização da atividade de captura. Os pescadores são muitas vezes reforçados a praticar preços baixos e, quando isto ocorre, eles decidem não se fazer ao mar por um tempo. (Funcionário do IPA, 2018).

Pode-se também focar sobre o enquadramento social dos pescadores do Nzeto quanto à percepção de abandono ou a falta de reconhecimento e ajuda do governo no exercício de suas atividades ou na grande importância de seus trabalhos; é nítida a percepção de marginalização destes pescadores?

Os Pescadores artesanais não sofrem de marginalização ou de qualquer exclusão. As suas atividades são importantes para a vida das populações porque é garante da alimentação para as populações. Não se tratando de marginalização mais de choque de interesse com a invasão das atividades do turismo, desportos náuticos nas zonas tradicionais de pesca. (Funcionário do IPA, 2018).

Um ponto não menos importante que merece ser destacado é com relação às políticas ou governanças de sustentabilidade, se realmente existem ou são colocadas em prática pelo IPA na preservação das espécies ou no combate à prática predatória dos recursos marinhos.

A pesca é marcada por instabilidades provocadas por fatores ambientais, pela variedade de espécies e sua migração, seus padrões de reprodução, entre outras. A vida nas águas também é marcada não só por processos naturais, mas por temores e medos, acidentes e naufrágios, conhecimentos e habilidades, legislações, pela flutuação dos preços, pela perecibilidade do pescado, bem como a infracção à lei de pesca vigente no país. Toda essas ocorrências são inspecionadas e fiscalizadas pelo Instituto de Fiscalização Pesqueira, órgão estatal criado para o efeito (Funcionário do IPA, 2018).

Para finalizar, entre dois momentos existentes, o passado e o presente, é verdade que se deve ansiar pelo futuro desses pescadores, o que poderá vir no encalce das melhorias das

condições de vida e de trabalho, o que o município pode a vir oferecer doravante para toda a comunidade que, de alguma forma, carrega consigo o espírito camponês-pescador. Será que houve alguma mudança nas condições de trabalho dos pescadores no Nzeto?

Houve alteração nas condições de trabalho dos pescadores artesanais nos últimos tempos a citar: Foi construída uma ponte cais para atracação das pequenas embarcações de pesca artesanal facilitando a carga e descarga de pescado. Introdução de pequenas embarcações de pesca artesanal moderna movida a motor fora de borda. Introdução de artes de pesca melhoradas. (Funcionário do IPA, 2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após o estudo, no qual se procurou retratar os pescadores artesanais com seus diferentes problemas e particularidades de reprodução social, é importante falar-se, primeiramente, do problema genérico por que Angola passa em termos econômico, social e político. Ora, se o país convive com estes males, o que se pode esperar de transferência de certos serviços às várias categorias existentes? Dialogar com a categoria de trabalhadores camponês-pescador é, sem sombra de dúvidas, a tentativa de iluminar esta classe de trabalhador praticamente excluída do principal sistema econômico capitalista hoje predominante. O que motivou o presente estudo sobre a comunidade pesqueira do Nzeto dentre outras existentes em Angola foram basicamente o isolamento e as necessidades em que os pescadores são forçados a viver.

A província do Zaire, embora conte com uma costa extensa para atividade pesqueira e outras, é a nacionalmente mais importante na geração de riqueza provinda da produção petrolífera. O que, infelizmente, não faz dela rica, ou melhor, o repasse a província é desconsiderável, fazendo outras províncias economicamente mais fortes. Outro ponto importante foi a guerra civil em que o país esteve mergulhado por muitos anos, províncias como Zaire foram palco e alojamento das forças da oposição ao governo (União Nacional para a Independência Total de Angola - Unita), o que desencadeou conflitos e lutas sangrentas nessas regiões e, conseqüentemente, a perda de vidas humanas e a destruição massiva de infraestruturas. Obviamente que se pode logo compreender que o nível de pobreza na província é considerável e que se deve traduzir principalmente por esta classe trabalhadora.

A inserção social na comunidade, por assim dizer-se, é fraca, nomeadamente em áreas como educação e a participação na força ativa de trabalho, pois são poucos os meios de integração a um possível emprego, levando assim muitos jovens aos trabalhos informais ou até mesmo à migração. Cabe ressaltar que as vozes dos pescadores artesanais na comunidade são um pedido de socorro pelas diversas dificuldades no exercício de suas atividades, mas também são do orgulho em desempenhar a arte de pesca herdada das gerações passadas, e o medo e o receio que estes mesmos têm em não poder transferir seus conhecimentos às novas gerações.

Na comunidade pesqueira do Nzeto, um lugar marcado pela ruralidade do espaço e parte de seu povo considerado camponês-pescador, são nitidamente visíveis as necessidades dos munícipes em todos aspectos da vida cotidiana, quer a econômica, quer a social.

Pescadores artesanais veem-se totalmente obrigados, por conta da necessidade de subsistência financeira, a abraçar a interajuda familiar de esposas, filhos e parentes, de modo a aumentar satisfatoriamente a renda familiar. Todo o agregado familiar participa de alguma maneira na cadeia produtiva que se dá três formas: o embarque, o desembarque e o processamento do pescado. Na comunidade, a única fonte predominante de geração de emprego é o Estado, representado por suas instituições presentes no município, e a própria administração municipal.

Muitos encontram na pesca artesanal o amparo para uma vida digna e fuga de uma vida sem qualquer obtenção de renda. Mas é importante dizer que a atividade pesqueira é marcada na comunidade pela falta de apoio no âmbito político e social que possa dar à classe maior representatividade e fomentar a produção pesqueira de forma a atender a população não apenas local, mas também provincial, na luta contra a fome e a pobreza.

Por outro lado, a comunidade do Nzeto e seus habitantes esperam por tempos melhores, ou que seus problemas sejam sanados com a inclusão de serviços que possam atender a todos para que possam levar a uma vida mais digna e aceitável do ponto de vista de qualidade. Para começar, espera-se que possam usufruir ou ter maior acessibilidade a atendimento médico, criação ou remanejamento de instalações sanitárias adequadas e acesso à educação para fomentar mais a prática pesqueira e agrícola. A relação das comunidades com a pesca varia ao longo da costa; essa relação é de dependência, caracterizada como sendo máxima na província de Namibe e mínima na província do Zaire. Já a província de Luanda, sendo a capital de Angola, possui características extremamente particulares devido à ligação a grandes centros urbanos e, conseqüentemente, o maior mercado de peixe do país.

É adequado que os trabalhadores e trabalhadoras na pesca artesanal, nos dias de hoje entrem em cena reivindicando seus direitos, isto é, questionando a condução de políticas levadas às comunidades pesqueiras, clientelistas e assistencialistas, herdadas de tempos passados, e criam associações ou outros mecanismos de representações, bem como estão cada vez mais engajados na luta pelos territórios de pesca, pela gestão participativa e pela conservação dos ambientes aquáticos. Portanto não é de se admirar que, em Angola, particularmente em províncias com maior mercado de peixe ou até mesmo clientela, as mulheres processadoras e vendedoras de pescado já se organizam em cooperativas estritamente femininas para atender os interesses desses grupos de trabalhadoras. Sendo assim, é possível ver a multiplicidade de interesses na cadeia da pesca artesanal, não considerando esse grupo menos importante. O que realmente mina o sucesso das cooperativas são os propósitos diferentes e a falta de comprometimento de muitos intervenientes da cadeia

produtiva, ou seja, a falta de um objetivo comum para direcionar o funcionamento dessas organizações para facilitar e atender a vida dos pescadores. Há que se tecer críticas fundadas nos modais organizacionais viáveis para a inclusão socioeconômica, ou seja, as cooperativas e associações. Estas, que realmente deveriam equivaler a um mecanismo de inserção e segurança profissional, têm pouca força ou poder organizacional e social para os pescadores. É importante que as cooperativas ou associações constituam uma ferramenta importante para o fortalecimento das atividades pesqueiras e garantia de renda e manutenção familiar dos cooperados.

A comunidade pesqueira do Nzeto, sendo mais afetada com a pobreza e a precariedade, diferentemente de outras comunidades pesqueiras ao longo da costa angolana, por conta da má distribuição de renda, beneficia mais serviços essenciais; no Nzeto, os camponeses pescadores estão reféns dessas duas práticas produtivas para sua subsistência alimentar e financeira. No entanto, é necessário repensar políticas governamentais que possam assegurar a integridade social dos trabalhadores quando estes são impedidos de desenvolver a prática pesqueira no período da reprodução das espécies marinhas. Então, propomos um modelo semelhante ao usado em comunidades pesqueiras do largo de rio Amazonas (Brasil), a Política do Seguro Desemprego do Pescador Artesanal (PSDPA), popularmente chamado de seguro defeso. Os pescadores da comunidade simplesmente se veem forçados a retornar à atividade agrícola, o que já constitui uma limitação financeira. O governo angolano pode então inserir políticas de subsídio aos pescadores devidamente cadastrados na aquisição de alguma renda quando estão são impossibilitados de trabalhar.

Por outro lado, é preciso debruçar-se sobre as práticas ou políticas desenvolvidas pelas as instituições do Estado. A incitação e o encorajamento de práticas e a modernização da pesca artesanal devem levar a uma ideia a estes pescadores artesanais do que seriam as práticas corretas. Percebe-se, por parte das ações destas instituições, a idealização ou a ruptura de princípios e tradições adquiridos da pesca artesanal destes pescadores, sobrepondo-se à tese elaborada pelo IPA. Não obstante, isso deixa de forma clara a intenção de mudança de *status* da comunidade pesqueira, forçando-a a uma prática pesqueira de nível semi-industrial, o que leva a uma competição acirrada ou concorrência desleal entre os grupos que aceitam ou não a modalidade.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, E. F. As mulheres pescadoras e a conservação de recursos pesqueiros na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (AM). In: SCHERE, E. (Ed.). **Trabalhadores e trabalhadoras na pesca: ambiente e reconhecimento**. Rio de Janeiro: Garamond, 2013. p. 21-49.

ALMEIDA, I.; TAVANTI, A.; GHELARDI, E. **Doenças relacionadas ao trabalho**. 114. ed. Brasília: Editora MS, 2001. v. 67.

ALMEIDA, M. C. E. **A saúde e doença em sua relação com o trabalho da pescadoras/marisqueiras da mesoregião Nordeste Paraense**. 2016. 141 f. Dissertação (mestrado em Saúde Pública). Fundação Oswaldo Cruz/Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2016.

ANGOLA. Constituição da República de Angola (1992). **Rev. Inf. Legis.**, Brasília, a. 29, n. 116, out.-dez. 1992.

_____. Cadastramento da pesca artesanal marítima de Angola (2017) **Instituto de Desenvolvimento da Pesca Artesanal e Aquicultura Comuna**.

_____. Constituição da República de Angola (2010). **Diário da República [de Angola]**, Luanda, n. 23, 05 fev. 2010.

_____. Decreto n. 41/2005, de 13 de junho. **Diário da República [de Angola]**, Luanda, n. 70, 13 jun. 2005. Disponível em: <<http://extwprlegs1.fao.org/docs/pdf/ang116916.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2017.

_____. Decreto Presidencial nº 42/2012, de 13 de março. **Diário da República [de Angola]**, Luanda, n. 49, 13 mar. 2012. Disponível em: <<http://extwprlegs1.fao.org/docs/pdf/ang118357.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2017.

_____. Decreto Presidencial nº 226/2012, de 3 de dezembro. **Diário da República [de Angola]**, Luanda, n. 230, 03 dez. 2012.

_____. Lei nº 23/2015, de 31 de agosto (Lei das Cooperativas). **Diário da República [de Angola]**, Luanda, n. 124, 31 ago. 2015. Disponível em: <http://dw.angonet.org/sites/default/files/20150831_-_lei_n.o_23-15_-_lei_das_cooperativas.pdf>. Acesso em: 06 jan. 2018.

_____. Ministério das Pescas. **Plano de desenvolvimento da pesca artesanal**. Luanda: MPA, 2013.

_____. **Portal Oficial do Governo de Angola**. Luanda, s. d. Disponível em: <<http://www.governo.gov.ao/>>. Acesso em: 15 mar. 2018.

ANGOP - Angola Press. **Praia do Nzeto transformada em local de auto-sustento**. 20 set. 2017. Disponível em: <http://www.angop.ao/angola/pt_pt/noticias/sociedade/2017/8/38/Zaire-Praia-Nzeto-transformada-local-auto-sustento,8e26526d-2a62-4091-a73b->

277bbfd75661.html. Acesso em: 21 mar. 2018.

_____. **Zona industrial nasce no Nzeto em 2017**. 25 maio 2016. Disponível em: <http://www.angop.ao/angola/pt_pt/noticias/angola-acontece/2016/4/21/Angola-Zona-uesgmar>. Acesso em: 21 mar. 2018.

BASTOS, A. V. B.; PINHO, A. P. M.; COSTA, C. A. Significado de trabalho: um estudo entre trabalhadores inseridos em organizações formais. **Revista de administração de empresas**, v. 35, n. 6. p. 20-29, 1995.

BATALHA, M. O. **Introdução à Engenharia de Produção**. Rio de Janeiro: Elsevier Campus, 2008.

BECK, A. Pertence à Mulher : Mulher e Trabalho em Comunidades Pesqueiras do Litoral de Santa Catarina. **Revista de Ciências Humanas**, v. 7, n. 10, p. 8–24, 1991.

BEGOSSI, A. Áreas, pontos de pesca, pesqueiros e territórios na pesca artesanal. In: BEGOSSI, A.; LEME, A.; SEIXAS, C. S.; CASTRO, F.; PEZZUTI, J.; HANAZAKI, N.; PERONI, N.; SILVANO, R. A. M. (Eds.). **Ecologia de pescadores da Mata Atlântica e da Amazônia**. São Paulo: HUCITEC, 2004. p. 223-253.

BRASIL, S. S. **Trabalho, adoecimento e saúde: aspectos sociais da pesca artesanal no Pará**. 2009. 172 f. Dissertação (mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal do Pará, Belém, 2009.

BUARQUE, S. C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**. 4 ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008. 180p.

BUNGA, C. E. S. **Pobreza, fome e estratégias para a sua mitigação na cidade de Namibe-Angola**. 2015. 166 f. Dissertação de mestrado em gestão de território- Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade de Nova Lisboa, Lisboa.

CARDOSO, E. S. **Pescadores artesanais: natureza, território, movimento social**. 143 f. 2001. Tese (doutorado em Geografia Física). São Paulo, Universidade de São Paulo, 2001.

_____. Pescadores: Geografia e Movimento Social. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina. **Anais...** São Paulo, Universidade de São Paulo, 2005. p. 2.825-2.837. Disponível em: <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10/Teoriaymetodo/Conceptuales/07.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2018.

CARVALHO, P. Estrutura social e marginalização social. **Revista Angolana de Sociologia**, v. 10, p. 5-8, 2012.

CIOTTI, L. R.; TEIXEIRA JR., A. B. **Cooperativa de trabalho e o termo de conciliação judicial AGU-MPT**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2005.

CLAUZET, M.; RAMIRES, M.; BARRELLA, W. Pesca artesanal e conhecimento local de duas populações caiçaras (Enseada do Mar Virado e Barra do Una) no litoral de São Paulo, Brasil. **Multiciência**, v. 4, n. 4, p. 1-22, 2005.

CORDELL, J. Marginalidade social e apropriação territorial marítima na Bahia. In: DIEGUES, A. C.; MOREIRA, A. de C. C. (Orgs.). **Espaços e recursos naturais de uso comum**. São Paulo: Napaub-USP, 2001. p.139-162.

_____. Social Marginality and Sea Tenure in Bahia. In: **A sea of smallboats**. Cambridge: Cultural Survivor INC, 1989. p. 125–151.

COSTA, L. S. O cooperativismo: uma reflexão teórica. **Ciências Sociais em Perspectiva**, v. 11, n. 6, p. 55–64, 2007.

COSTA, Â. F. B. M. O Papel do poder local e das autoridades tradicionais no desenvolvimento local de Angola. **Revista da Academia Brasileira de Direito Constitucional**, v. 9, n. 16, p. 207–232, 2017.

DA COSTA, A. B. (Coord.). **Um olhar sobre a pobreza** - vulnerabilidade e exclusão social no Portugal contemporâneo. Lisboa: Gradiva, 2008.

DEACON, R. T. Fishery management by harvester cooperatives. **Review of Environmental Economics and Policy**, v. 6, n. 2, p. 258–277, 2012.

DELGADO, J.; TAVARES, M. S. (Trans)versalidades de gênero e geração nas políticas sociais: o lugar de mulheres e idosos. **Caderno Espaço Feminino**, v. 25, n. 2, p. 79–97, 2012.

DIEGUES, A. C. A interdisciplinaridade nos estudos do mar: o papel das ciências sociais. XV Semana de Oceanografia, Instituto Oceanográfico da USP. **Anais...** São Paulo, Universidade de São Paulo, 2003.

_____. A Sócio-Antropologia das Comunidades Marítimas no Brasil. **Etnográfica**, v. 3, n. 2, p. 361–375, 1999.

_____. **Ilhas e Mares: Simbolismo e Imaginário**. São Paulo: Hucitec/Nupaub, 1998.

_____. **Pesca e marginalização no litoral paulista**. 1973 [s.l.]. 190 f. Dissertação (mestrado em Ciências Sociais). Departamento de Ciências Sociais, Universidade de São Paulo, 1973. Disponível em: <<http://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/color/Pesca.pdf>>. Acesso em: 05 mar. 2018.

_____. **Pescadores, Camponeses e Trabalhadores do Mar**. São Paulo, Atlas, 1983

DIOGO, F.; CASTRO, A.; PERISTA, P. (Orgs.). **Pobreza e exclusão social em Portugal: contextos, transformações e estudos**. Ribeirão: Húmus, 2015.

DOMINGUEZ, P. S. **A pesca e o conhecimento local dos pescadores artesanais de Fernando de Noronha-PE**. 2014. 68 f. Dissertação (mestrado em Sustentabilidade de Ecossistemas Costeiros e Marinheiros). Santos, Universidade Santa Cecília, 2014.

DOWBOR, L. **O pão nosso de cada dia: processos produtivos no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015.

DU PREEZ, M. Fishing for Sustainable Livelihoods in Angola: The Co-operative Approach.

SAIIA, n. 45, p. 1–25, 2009.

EID, F.; LIANZA, S.; PIMENTA, W. Princípios e critérios para o cooperativismo pesqueiro auto-sustentável. I Seminário de gestão sócio-ambiental para o desenvolvimento da aquicultura e da pesca no Brasil. **Anais...**, Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

FAO - Food and Agriculture Organization. Angola Country Programming Framework 2013-2017. **Faostat**, p. 40, 2012.

FERRINHO, H. **Cooperativas e desenvolvimento rural**. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1978.

FIGUEIREDO, M. M.; PROST, C. O trabalho da mulher na cadeia produtiva da pesca artesanal. **Revista Feminismos**, v. 2, n. 1, p. 82–93, 2014.

FMI - Fundo Monetário Internacional. **Consultas de 2016 ao abrigo do Artigo IV - Comunicado de Imprensa, Relatório do Corpo Técnico e Declaração do Administrador do FMI para Angola**. Washington: FMI, 2015.

FURTADO, C. **Criatividade e dependência na civilização industrial**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2008.

GEISTDOERFER, P., 1989, apud DIEGUES, A. C. **Ilhas e Mares: Simbolismo e Imaginário**. São Paulo: Hucitec/Nupaub, 1998.

GIANNETTI, B. F.; ALMEIDA, C. M. V. B. **Ecologia industrial: conceitos ferramentas e aplicações**. 1. ed. São Paulo: Edgard Blucher, 2006.

GODOY, A. S. A pesquisa qualitativa e sua utilização em administração de empresas. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 4, p. 65-71 jul/ago. 1995.

INE - Instituto Nacional de Estatística (Angola). **Inquérito integrado sobre bem-estar da população/IBEP**. Relatório, v. III - perfil da pobreza. Luanda: INE, 2013.

_____. Inquerito integrado sobre o bem-estar da população/IBEP. Relatório de tabelas, v. II. Luanda: INE, 2011.

_____. **Projeção da população da província do Zaire 2014-2050**. Luanda: INE, 2016a.

_____. **Recenseamento geral da população e habitação**. Resultados definitivos da província do Zaire. Luanda: INE, 2016b.

KEFALÁS, H. C. **Cooperativas em comunidades tradicionais pesqueiras: dois estudos de caso**. 2016. Dissertação (mestre em Ciência Ambiental). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

KONDA, F. D. M. Present Status of Fisheries Wealth in Angola. **Journal of Marine Bioscience and Biotechnology**, v. 3, n. 1, p. 1–6, 2008.

LIMA, M. G. M. Migração - uma estratégia de sobrevivência para o pescador artesanal? In:

FURTADO, L. G.; QUARESMA, H. D. B. (Eds.). **Gente e ambiente no mundo da pesca artesanal**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2002. p. 258.

MACHADO, M. F. Entre a terra e o mar: o trabalho das mulheres nas comunidades pesqueiras no Brasil. **O portal dos psicólogos**, 2009. Disponível em: <<http://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0530.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

MALDONADO, F.; SANTOS, A. C. Cooperativas de pescadores artesanais: uma análise sob a perspectiva teórica. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 8, n. 3, p. 323–333, 2006.

MANESCHY, M. C.; ESCALLIER, C. Parceiras de terra: o trabalho das mulheres na pesca em Vigia, litoral do Pará. In: FURTADO, L. G.; QUARESMA, H. D. B. (Eds.). **Gente e ambiente no mundo da pesca artesanal**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2002. p. 57–90.

MARINHO, M. dos S. **Movimento social e conflitos na pesca**. 2009. 254 f. Tese (doutorado em Ciências Sociais). São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2009.

MASSENA, F. dos S.; RAMOS, F. L.; MIROTTI, P. I.; TREVISAN, S. Dal P.; WIBELINGER, L. M. Etnoictiologia dos pescadores artesanais da vila Cachoeira, Ilhéus-BA. **Rev. Bras. Pesca**, v. 7 p. 32-44, 2014.

MENDONÇA, S. A. T. de; VALENCIO, N. F. L. da S. O papel da modernidade no rompimento da tradição: as políticas da SEAP como dissolução do modo de vida da pesca artesanal. **Boletim do Instituto de Pesca**, v. 34, n. 1, p. 107–116, 2008.

MINAYO-GOMEZ, C.; THEDIM-COSTA, S. M. F. A construção do campo da saúde do trabalhador: percurso e dilemas. **Cadernos de Saúde Pública**. v. 13, n. 2, p. 21-32, 1997.

NASCIMENTO, A. Obstáculos aos direitos humanos da mulheres deslocadas internamente: o caso angolano. **Revista Angolana de Sociologia**, n. 13, 2014, p. 49-66.

NETO, F. A. P. **Estudo de sismicidade natural de Angola e desencadeada no médio Kwanza**. 2014. 134 f. Dissertação (mestrado em geociência aplicada). Instituto de Geociências, Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

OLIVEIRA, M. dos S.; ARTMANN, E. Características da força de trabalho médica na Província de Cabinda, Angola. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 25, n. 3, p. 540–550, 2009.

OLIVEIRA, S. Modos de vida da pobreza em Angola. **Revista Angolana de Sociologia**, n. 9, 2012, p. 125-135.

PANSINI, F.; MARIN, A. P. O ingresso de criança de 6 anos no ensino fundamental: uma pesquisa em Rondonia. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 1, p. 87-103, jan.-abr. 2011.

PANZUTTI, R. **Empreendimento cooperativo: um novo agente econômico**. 1. ed. São Paulo: Ocesp/Sescoop, 2001.

PAPE, U. J.; MELO DA SILVA, A. P.; OLIVEIRA SAMPAIO, J. **República de Angola - Pobreza e Análise de Impacto Social**. Angola, África: Banco Mundial, 2016.

PENA, P. G. L.; GOMEZ, C. M. Saúde dos pescadores artesanais e desafios para a Vigilância em Saúde do Trabalhador. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 19, n. 12, p. 4689–4698, 2014.

PERISTA, P.; BAPTISTA, I. A estruturalidade da pobreza e da exclusão social na sociedade portuguesa-conceitos, dinâmicas e desafios para ação. **Forum Sociológico**, série II, 20 p 1-14, 2010.

PINHO, D. B. A doutrina cooperativa nos regimes capitalistas e socialistas. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1966, apud COSTA, L. S. O cooperativismo: uma reflexão teórica. **Ciências Sociais em Perspectiva**, v. 11, n. 6, p. 55–64, 2007.

_____. et al. **Administração de cooperativas**. São Paulo: CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 1982.

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **A verdadeira riqueza das nações: vias para o desenvolvimento humano**. Relatório do desenvolvimento humano 2010. Nova York; ONU, 2010.

_____. **Síntese o trabalho como motor do desenvolvimento humano**. Equipa do relatório do desenvolvimento humano 2015. Nova York; ONU, 2015. p. 1-40.

_____. **Sustentabilidade e equidade: um futuro melhor para todos**. Relatório de desenvolvimento humano de 2011. Nova York; ONU, 2011.

_____. **Sustentar o progresso humano: Reduzir as vulnerabilidades e reforçar a resiliência**. Relatório de desenvolvimento humano. 2014. Nova York. p. 1-231.

RAEMAEKERS, B. S.; SUNDE, J. The diverse and productive fisheries in Africa's coastal. **Yemaya**, p. 10–11, 2015.

RAMALHO, C. W. N. **Ah, esse povo do mar!** Um estudo sobre trabalho e pertencimento na pesca artesanal pernambucana. São Paulo/Campinas: Polis/Ceres-Unicamp, 2006.

_____. O caminhar sobre as águas das Ciências Sociais. In: COSTA, A. L. (Ed.). **Nas redes da pesca artesanal**. Brasília: Ibama, 2007. p. 308.

RAMIRES, M. R. **Etnoictilogia, dieta e tabus alimentares dos pescadores artesanais de Ilha Bela/SP**. 2008. 169 f. Tese (doutorado em Ambiente e Sociedade) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

RIBEIRO, E. A. A perspectiva da entrevista na investigação qualitativa. **Evidência**, n. 4, p. 129–148, 2008.

RODRIGUES, J. Desenvolvimento e sustentabilidade ecológica. **Revista Angolana de Sociologia**. n.7, 2011, p.35-42.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002. 92 p.

SILVA, A. F. A pesca artesanal como arte e como significado cultural: o caso Potiguar. **Revista da Universidade Federal de Roraima**, Boa Vista, v. 4, n. 8, 2010.

SILVA, C. A. **Pesca artesanal e produção do espaço – desafios para a reflexão geográfica**. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

SILVA, H.; COSTA, O. Estudo sobre a cadeia de abastecimento e mercados da pesca artesanal na região de Luanda-Angola. **Ecosphere**, p. 53, 25 set. 2013.

SILVA, J.; BRAGA, T. Etnoictiologia de pescadores artesanais da comunidade Surucúá (reserva estrativista Tapajós-Arapiuns). **Amazôn., Rev. Antropol. (online)**, v. 9, p. 238–257, 2017. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/amazonica/article/view/5490>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

SILVANO, R. A. M. Pesca artesanal e etnoictiologia. In: BEGOSSI, A.; LEME, A.; SEIXAS, C. S.; CASTRO, F.; PEZZUTI, J.; HANAZAKI, N.; PERONI, N.; SILVANO, R. A. M. (Eds.). **Ecologia de pescadores da Mata Atlântica e da Amazônia**. São Paulo: HUCITEC, 2004. p. 185-220.

SOARES, S. M. As pescadoras e a luta por reconhecimento - “O trabalho não visto”. V Jornada Internacional de Políticas Públicas. **Anais...** São Luís do Maranhão: V Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2011.

SOUZA, J. **A invisibilidade da desigualdade brasileira**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

STADTLER, H. H. C. Mulheres na pesca artesanal: lutando por previdência e saúde. **Retratos de Assentamentos**, v. 18, n. 1, p. 91–112, 2015.

TAVARES, C. **O que são comunidades alternativas**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

UNCTD - Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento. **Quem se beneficia com a liberação do comércio em Angola? Uma perspectiva de gênero**. Nova York/Genebra: ONU, 2013. Disponível em: <http://unctad.org/en/PublicationChapters/ditc2013d3_pr.pdf>. Acesso em: 29 dez. 2015.

ZAIRE (província de Angola). **Plano de Desenvolvimento Provincial do Zaire - 2013/2017**. M’Banza Kongo: Governo da Província do Zaire, 2014.

ANEXO 1 – Questionário aplicado aos homens e mulheres cooperados e não cooperados

**UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA
Mestrado em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente
Turma 2016**

QUESTIONÁRIO

Data: ____/____/____

A. IDENTIFICAÇÃO: _____

Localização: _____

1. Sexo: Masculino () Feminino ()
2. Faixa etária (anos): entre 15 e 20 () entre 20 e 30 () entre 30 e 40 ()
entre 40 e 50 () entre 50 e 60 () acima de 60 ()
3. Escolaridade: Primeiro grau incompleto () completo (). Segundo grau incompleto ()
completo (). Nível médio incompleto () completo ().
Superior Incompleto () completo (). Sem nível de escolaridade ()
4. Estado civil: Solteiro () Casado () Viúvo () outro ()
5. Número de filhos: 1 a 2 () 2 a 5 () 5 a 8 () 8 a 10 () outros ()

B. SITUAÇÃO DO COOPERADO NA ATIVIDADE PESQUEIRA

6. Você está integrado diretamente em alguma cooperativa ou associação de pesca?
Sim () Não ()
7. Se sim, como conseguiu se integrar? Iniciativa própria dos pescadores () Ajuda de
instituições/governo () Ajuda dos líderes dos bairros () Outra ()
Qual? _____
8. Ao se organizar em forma de cooperativas pesqueiras, que o objetivo pretende atingir?
Financeiro () Social () Outros () Quais? _____
9. Quantas pessoas da família trabalham nesta cooperativa (). E quais membros da
família trabalham junto? Filhos () Marido/mulher () Parentes (). Como é feita a
participação dos membros? _____

Qual é a participação dos filhos? _____

E participação de parentes? _____

- 10.** Quais os benefícios econômicos para os associados que operam nesta cooperativa pesqueira? Melhores preços () Maior volume de negócio () outros ()

- 11.** Existe diferença nos resultados quando as transações são feitas através da cooperativa, em comparação com a comercialização direta da produção? Sim () Não () Se sim, qual é a diferença? _____

- 12.** Quanto ao funcionamento da cooperativa no âmbito jurídico (leis) e econômico, qual o seu grau de esclarecimento? Muito esclarecido () Esclarecido () Pouco esclarecido ()

- 13.** Qual o percentual de utilização da cooperativa para efetuar os negócios comerciais de sua produção?

Entre 10% e 30% () entre 30% e 60% () entre 60% e 100% ()

Se o percentual é abaixo dos 60% a 100% pra onde é destinado restante da produção?

- 14.** Quais as principais dificuldades vividas no exercício da profissão?

- 15.** Quais as doenças ocupacionais mais recorrentes da atividade pesqueira?

A cooperativa fornece algum apoio ou atendimento médico e hospitalar? Sim () não ()

Outros () Quais? _____

- 16.** O que você acha que poderia melhorar a vida pessoal e profissional dos associados?

17. Qual a contribuição que os líderes da comunidade prestam à cooperativa?

18. Pretende futuramente dar continuidade de seus negócios junto à cooperativa?

Sim () por que? _____ Não () por que? _____ Não soube responder ()

19. Pretende ou pensa em continuar a ser pescador? Sim () Se sim, por que? _____

_____ Talvez () Não ()

Se não, por que? _____

20. Como você vê a situação da pesca artesanal futuramente? Estável () Instável () Abandono () Não soube responder () Outros ()

21. Na sua opinião, qual avaliação você daria ao funcionamento administrativo da cooperativa? Excelente () Bom () Regular () Ruim () Péssimo ()

22. Na qualidade de pescador cooperado, reconhece o esforço de alguma instituição governamental pesqueira no incentivo da vossa produção? Sim () não () não soube responder ()

23. No seu entendimento, o que o Instituto de Pesca Artesanal tem feito pra vossa categoria? _____

24. Recorre a financiamento para custear parte ou toda produção? Sim () Não ()

Se sim, a quem recorre? Cooperativa () Bancos () Instituto de pesca artesanal ()

25. Recebe apoio de programa de extensão pesqueira pública? Sim () Não ()
Se sim, há quantos anos recebe o apoio? _____
26. Tem recebido algum apoio ou ajuda de alguma instituição pública ou privada para melhorar o seu trabalho? Sim () Não () Se sim, qual?

27. Recebe algum treinamento ou formação técnica para a prática pesqueira? Sim () Se sim, quem fornece? _____ Não () Raramente () Nunca ()
28. Usa algumas técnicas modernas de pesca? Sim () Não () Se sim, quais e com quem aprendeu? _____
29. Qual o meio de comunicação frequentemente usado para se informar sobre a vinda de técnicos? Rádio comunitário () Rede de telefonia () Internet () Líderes comunitários () Reuniões comunitárias () Televisão () Associações de pescas () Outros () Quais? _____
30. A cooperativa oferece programas sociais para os associados, familiares e à comunidade em geral? Sim () Não () Não soube responder ()
Se sim, quais? _____ E quais os benefícios gerados pelos programas sociais aos cooperados? Apoio educacional () Formação técnico profissional () Cultura e lazer () Não existem ()

C. MULHERES NA PESCA

31. Que tipo de compromisso tem com a cooperativa? _____
Quais as principais atividades das mulheres na cooperativa? Salga e secagem () Transporte e estocagem () Outros () Quais? _____
32. Quais os riscos da atividade da salga e outros? _____
33. Considera a participação das mulheres na cooperativa como satisfatória no ponto de vista da participação nas tarefas? Satisfeita () Insatisfeita ()
Se insatisfeita, por que? _____

34. E como você acha o tipo de participação das mulheres na pesca?

Completa () Incompleta () Excluída ()

35. Existe outra atividade na pesca que gostaria de fazer? Sim () Não () Se sim qual? _____

Além da pesca, qual outra atividade exerce para o sustento familiar? Negócio () cultivo () nenhuma () outros (). Se outro, quais? _____

Quais os produtos agrícolas que mais consomem?

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Data: ____/____/____

D. IDENTIFICAÇÃO/INSTITUIÇÃO:

Cargo : _____

Localização:

Questões

1. Quantos pescadores artesanais, cooperados e não cooperados, existem atualmente em atividade na comunidade pesqueira do Nzeto?
2. Há alguma peculiaridade ou diferenças das atividades dos pescadores artesanais do Nzeto em comparação com outras comunidades pesqueira em Angola?
3. Existem políticas governamentais de lançamento de crédito para a pesca artesanal no Nzeto? Se não, porque? E quais os critérios para concessão?
4. No que diz respeito ao funcionamento das cooperativas, este modelo organizacional potencializa realmente as atividades dos pescadores artesanais sendo que a sua maioria se enquadra como não cooperado?

5. Quais as razões ou motivos do insucesso das cooperativas na comunidade pesqueira do Nzeto?
6. Pode-se afirmar que é notável a diferença de ação e funcionamento das cooperativas no Nzeto em relação às outras nas províncias mais desenvolvidas? Porque?
7. Há mecanismos políticos institucionais voltados ou posto em práticas para os desafios destas organizações?
8. Os pescadores recebem algum auxílio, ou seja, algum programa de proteção do governo ou seguridade financeiro-social quando não podem exercer as suas atividades por algum motivo? Principalmente da conservação das espécies?
9. (OS pescadores promovem manifestações reivindicatória? Quais as principais manifestações que os pescadores desencadeiam, de modo a serem atendidas as suas reivindicações?
10. Pescadores artesanais como uma categoria sofrem alguma exclusão ou marginalização de suas atividades, e até mesmo fruto do espaço em que desempenham suas atividades?

